

24 horas em notícias

Milhares de pessoas prestaram homenagem a comandos mortos

MILhares de pessoas prestaram homenagem a comandos mortos em cerimônia realizada no Rio de Janeiro...

Civis eram expandidos no R.P.M.

Os civis foram expandidos no R.P.M. em decorrência da mudança de direção...

Novo C.E.M.A. nascido após muito esforço

O novo C.E.M.A. nasceu após muito esforço em decorrência da mudança de direção...

Os civis foram expandidos no R.P.M. em decorrência da mudança de direção...

Sociedade e Centro substituí Rua Coutinho

A Rua Coutinho foi substituída por Sociedade e Centro em decorrência da mudança de direção...

Transmissão na base da resposta ao golpe

A transmissão na base da resposta ao golpe foi realizada em decorrência da mudança de direção...

ANOP tem novos diretores

A ANOP tem novos diretores em decorrência da mudança de direção...

Espanha: Presidente das Cortes e Primeiro Ministro

A Espanha tem um novo Presidente das Cortes e Primeiro Ministro em decorrência da mudança de direção...

FOR FOLHA de notícias de domingo por correspondência...

Expresso

1 DEZEMBRO - 1978 - N.º 186 - PREÇO 700

DIRETOR FRANCISCO PINTO BALEZADO

SUB-DIRETOR JOSÉ DE CARVALHO NUNES NOBRE DE SOUSA

Rua Espanha, 700 - 21.120 - Rio de Janeiro - RJ

Dirigentes políticos "de todas as colorações" deslocam-se a Belém

Um grupo de dirigentes políticos de todas as colorações deslocou-se para Belém em decorrência da mudança de direção...

A Constituinte vai abordar o problema delicado do pacto

A Constituinte vai abordar o problema delicado do pacto em decorrência da mudança de direção...

A Constituinte vai abordar o problema delicado do pacto em decorrência da mudança de direção...

A Constituinte vai abordar o problema delicado do pacto em decorrência da mudança de direção...

A Constituinte vai abordar o problema delicado do pacto em decorrência da mudança de direção...

Os dirigentes políticos de todas as colorações deslocaram-se para Belém em decorrência da mudança de direção...

A Constituinte vai abordar o problema delicado do pacto em decorrência da mudança de direção...

A Constituinte vai abordar o problema delicado do pacto em decorrência da mudança de direção...

A Constituinte vai abordar o problema delicado do pacto em decorrência da mudança de direção...

A Constituinte vai abordar o problema delicado do pacto em decorrência da mudança de direção...

A Constituinte vai abordar o problema delicado do pacto em decorrência da mudança de direção...

25 de Novembro

Análise

- O fim da Constituição
- Da supremacia da autoridade militar
- Da necessidade de apoio popular

Depoimentos

- Marão de São Paulo
- Pinto Faria
- Pires Cavalcanti
- Plano 3 anos

Antecedentes

- O general
- Os militares
- A greve dos 1.º

Partidos

- Constituinte
- Partido Socialista
- Partido Comunista
- Partido Trabalhista

A Intermecção e o 25

- Partido Socialista
- Partido Comunista
- Partido Trabalhista

A economia

- Partido Socialista
- Partido Comunista
- Partido Trabalhista

Estado de sítio será levantado 3.º ou 4.º feira

O estado de sítio será levantado no dia 3.º ou 4.º de dezembro em decorrência da mudança de direção...

O estado de sítio será levantado no dia 3.º ou 4.º de dezembro em decorrência da mudança de direção...

RFA libta: Mudanças antes do reinício da actividade

A RFA libta: Mudanças antes do reinício da actividade em decorrência da mudança de direção...

A RFA libta: Mudanças antes do reinício da actividade em decorrência da mudança de direção...

13 das muitas peças para o filme do 25

Uma das muitas peças para o filme do 25 em decorrência da mudança de direção...

Uma das muitas peças para o filme do 25 em decorrência da mudança de direção...

Uma das muitas peças para o filme do 25 em decorrência da mudança de direção...

978 - OROVIA - 1000
MILICIONATI - 1000
DUREZZA - 1000
DUREZZA - 1000

OMEGA - OROVIA - 1000

Coordenatores:
OMEGA - OROVIA - 1000

OMEGA - OROVIA - 1000

OMEGA - OROVIA - 1000

OMEGA - OROVIA - 1000

TIRAGEM DESTA SEMANA 133.000 EXEMPLARES

OMEGA - OROVIA - 1000

24 horas

em notícia

Milhares de pessoas prestaram homenagem a comandos mortos

MULTIDÃO enorme desfilou, ontem, à tarde, perante os restos mortais do Tenente-coronel José Eduardo Oliveira Coimbra e do 2.º fuzil-miliciano-comando Joaquim dos Santos Pires, que a partir das 16 e 30 foram expostos em câmara ardente na basílica da Estrela. O afluxo da multidão contrasta com o escasso número de pessoas que se inscreveram no funeral do soldado da PM.

O funeral do tenente Oliveira Coimbra sairá hoje, pelas nove horas, para o Porto e o do fuzil Santos Pires, à mesma hora, para a Moura do Ribatejo.

Entre as numerosas personalidades que estiveram na basílica da Estrela, contam-se os ds. Mário Soares e Sá Carneiro.

Civis eram espancados no R.P.M.

UM DOS RESULTADOS marginais do golpe de 25 de Novembro foi o conhecimento, por parte das autoridades militares da existência de presos civis, detidos na R.P.M., por iniciativa de uma "Brigada Especial" do Regimento, outras aquelas que chegaram a ser espancados e até sofreram outras formas de tortura.

Novo C.E.M.A. suscita apoio muito amplo

No rescaldo da clarificação político-militar processada na sequência do controle do golpe de 25 de Novembro, a nomeação do vice-almirante Souto Cruz para o cargo de Chefe de Estado-Maior da Armada, suscitou um amplo apoio dentro deste ramo das Forças Armadas.

Souto Cruz era, aliás, de há muito, um dos nomes mais apontados pelas bases para substituir o almirante Filgueiras Soares, sobre quem recaíram as críticas que também envolveram outros elementos da cúpula "governativa" da Armada.

Lgo depois de abortado o golpe de 25 de Novembro, vários oficiais superiores da Armada tiveram saber ao E.M.G.P.A. do seu desejo de se processar a nomeação de um novo C.E.M.A. Dissentiu mesmo que, se a reivindicação não fosse atendida.

Um elemento que pode ter sido determinante no vencimento desta ideia pode ter sido a verificação do entranhamento inapagável da Armada, no silêncioso imediato ao lado do Conselho da Revolução no controlo do golpe de 25. Estando presente em Belém, durante a tarde de terça-feira, o almirante Filgueiras Soares e o comandante Martins Guerreiro, as cotas por se interdição transmitidas à Armada depararam com "resistências" para serem curadas de imediato. O caso mais flagrante terá sido o da Escação Rádio Naval de Monsanto, onde se demorou por longo tempo a acatar uma ordem executável quase instantaneamente. Membros da Armada no Conselho da Revolução agiram em força só no dia 26 à noite, quando a acção anti-golpe já decorria do equilíbrio político-militar do momento.

Sousa e Castro substituí Rosa Coutinho

PARA CHEFE dos Serviços de Apoio ao Conselho da Revolução foi nomeado o capitão Sousa e Castro, que substituiu, no cargo, o almirante Rosa Coutinho. Como já é do conhecimento público, o almirante Rosa Coutinho pediu a demissão do CR.

Transmissões na base da resposta ao golpe

Tendo deparado, à partida, com limitadíssimos meios de transmissão, as Forças Armadas do E.M.G.P.A. e do C. de Verificação, que monitoram o seu Posto de Comando operacional no Regimento de Comandos, tiveram de se socorrer de circuitos de transmissões da P.S.P. e da G.N.R., e de montar, em pouco mais de uma hora (no começo da tarde de 25), um sistema de transmissões.

Como já sucedera no 25 de Abril, o coronel Garcia dos Santos, superintendente desta tarefa prioritária.

ANOP tem novos directores

ATRAVÉS de um despacho do ministro da Comunicação Social, com data de 28 de Novembro, foi nomeado para presidente do Conselho de Administração da Agência Notícias Portuguesa, o coronel Sarrafid Rodrigues. Para substituir do presidente foi nomeado o dr. Alfredo Duarte Costa, e para director-geral, António Mesquita.

O mesmo despacho, indica ainda que estão em curso diligências para que sejam designados, o Conselho Superior e o Conselho Fiscal da referida agência noticiosa.

Arturo Mesquita, que, essencialmente, sucede o Vile Verde Cabral, exerceu a maior parte da sua carreira jornalística em Angola, tendo também desempenhado altas funções directivas no seio do Partido Comunista Português.

Abandonou, há largos anos aquele partido, com o qual parece encontrar-se hoje, totalmente incompatibilizado.

Espanha: Presidente das Cortes e Primeiro Ministro

ESPERA-SE que hoje ou amanhã venham a ser designados os dois nomes para Primeiro-Ministro e para Presidente das Cortes, em Espanha. A decisão sairá do Conselho do Reino cujo rescaldo para o efeito correu hoje, pela manhã.

A imprensa espanhola teve especulações em redor dos prováveis nomeados, embora nada se possa avançar com segurança. Para Presidente das Cortes avestam, entre outros, os nomes de Torquato Fernandez Miranda, que foi vice de Carrero Blanco e ainda o era quando este foi assassinado, e Garcia Velazquez antigo falangista. Para Primeiro-Ministro, apontou-se, também, o nome do conhecido banqueiro, Pedro Garmón.

POR FORÇA das medidas de excepção que acompanham o estado de sítio em vigor na área da Região Militar de Lisboa, não foi publicada a edição do "EXPRESSO EXTRA" de última quarta-feira e só hoje, 1 de Dezembro, é possível a edição do jornal que deveria ter saído no sábado, 29.

Dirigentes políticos "de todas as colorações" deslocam-se a Belém

FOI PARA TRATAR de três pontos — considerados fundamentais, que o Presidente da República convidou, ontem, os dirigentes de todas as facções políticas, a se deslocarem ao Palácio de Belém.

São os seguintes os pontos:

1 — Os partidos devem apelar para os seus militantes e simpatizantes, para uma entrega voluntária de armas, bem como de postos emissores considerados clandestinos.

2 — Impedir que nos próximos dias, tenham lugar manifestações, ou qualquer outras demonstrações públicas, que de algum modo possam contribuir para uma alteração da ordem pública.

3 — Estimular, um aumento de produtividade sem o qual a revolução socialista, não terá qualquer viabilidade (verifica-se aqui um apelo antigrego).

Para este efeito, estiveram ontem em Belém, dirigentes do PPD, PS, CDS, PC, MDV/CDR, PUP, MES, LCI, MRPP, PSP, UDP, aguardando-se que até à noite, todos os restantes partidos e demais organizações políticas, correspondam ao convite feito pelo Presidente.

Em virtude do seu tempo se encontrar particularmente preenchido, devido aos últimos acontecimentos políticos, o general Costa Gomes delegou na pessoa do

seu chefe de gabinete, major Caldas, e no ten. coronel Moura de Carvalho, a incumbência de esperar pessoalmente aos diversos dirigentes políticos que se dirigiram a Belém, os três pontos acima referidos. Recebido, no entanto, em audiências separadas, pelo menos os dirigentes do CDS, Diogo Freitas do Amaral, e do do PPD, Francisco Sá Carneiro.

No interior do Palácio de Belém, o EXPRESSO teve de ocasião de trocar breves impressões com o dirigente do CDS, que disse ter ido a Belém "para comentar a actual situação política portuguesa, e apresentar o ponto de vista do seu partido". "Também daí conta ao sr. Presidente, da minha recente ida a Roma, tendo-ambos falado durante cerca de 45 minutos, sobre todos estes factos", disse prof. Freitas do Amaral.

Por seu lado, Sá Carneiro disse-nos que havia estado mais de uma hora com Costa Gomes, falando "sobre o momento político e a reconstituição do Governo". Acerca das declarações de Melo Antunes relativas a uma ligação PS-PC, afirmou: "trata-se de uma tentativa de salvar o PC, obviamente comprometido ao golpe". Por sua vez, o secretário-geral do PCP, que também esteve ontem de tarde em Belém, recusou-se mais uma vez a falar para o EXPRESSO, quando

lhes manifestamos o desejo de com
o de comentar o actual momento po
lítico português.

"Já sabe que eu não fui para o
EX-PRESSO? Não, e voua jornal
tudo-me muito mal. Talvez para a
próxima vez. Não pôs".

Cunhal que com Octávio Pato
estive reunido antecedente de
manhã com Costa Gomes, numa
audiência onde se teria já falado de
questões relacionadas com o levanta
mento do "estado de sítio".

Cunhal, aos outros jornal, que
tratara, com oficiais affectos ao
Presidente da República, "des
colares que possam ser feitos com
vistas a uma normalização no
Regime Militar de Lisboa". Nogueira,
além disso, que tivesse estado re
fugiado na "embaixada da
Chronosféria".

A saída do Palácio de Bragança
onde apenas se demorou alguns
minutos, Arnaldo Matos, Secre
tário-Geral do MRPP, explicou aos
jornalistas a razão de tão curta
permanência:

"O Presidente da República
tinha-me pedido para ir e aí,
como mandou dizer pelo Chefe do
Gabinete que em o Chefe do Gabi
nete que me recebeu, dados e
comarada que é meu secretário
para falar com o Chefe do Gabi
nete".

Nas declarações que prestou aos
jornalistas antes da sua "visita
reimpago". Arnaldo Matos
declarara desconhecer o objecto da
audiência para a qual tinha sido
convidado pelo Presidente da
República. Quando inquirido so
bre a razão porque aceitara tal
convite, Arnaldo Matos respondeu
"que não tinha nenhum motivo
para não aceitar, pois tratava-se de
um encontro político que o seu
Partido decidira aceitar".

Quando ao significado político
de tal encontro, o S. G. do MRPP
afirmou: "Os Partidos políticos
representam classes e não podem
ser, ignorados, por isso que se
concerem, se atacam e se hostilizam o
MRPP".

Finalmente, Mário Soares, diria,
que "o PS denunciou já, e em todos
os tons, a preparação desta golpe".
Resposta "a normalização política
com o PS far no, último fim-de-

semana, levando à cabo II
oficial período o país, e duas
grandes concentrações populares,
no Fátima e em Lisboa, e
demonstrando que não "funciona"
apenas a morte do Tejo".

Quando à aproximação PS-PC,
afirmou: "O Presidente da
República, propõe-me na semana
passada, que discutisse com uma
vez com o dr. Álvaro Cunhal. Ora
sem conversa poderia ter um signifi
cado muito grave para o esta
blecimento do sistema. Faltava de
Arcevedo, levando assim à criação
do VII Governo. Recusamos-nos
por considerarmos que a nossa função
era precisamente a de retirar a
posição do Primeiro-Ministro, e do
VI Governo, como única alternativa
de segurança para o país. Quais
seriam os outros? Um governo de
militar? Mas porquê não o acen
tadum, visto nessa altura estavam
muito divididos. Um governo
PS/PC que não sempre monomani
co, por seguirmos a normalização do
PPD? Ou um Governo PC/PUR,
sem a menor credibilidade tanto
aqui como no estrangeiro? A única
solução era a de retirar o VI Go
verno e faz isso que eu disse ao
general Costa Gomes.

Acres do 25 de Novembro,
Mário Soares declarou:

"Claro que houve uma separação
que foi precipitada, inicialmente
entre as concentrações, a
coordenação, e isso explicou o
lançamento. O PC de agora e o não
estava na concentração. Mas a
verdade é que é difícil acreditar
além, na medida em que houve ter
se já não se tinham realizado
na "aprox. do poder e a con
dição necessária em termos
estruturais, para obter uma pol
itica, foram eles os que
separaram a maioria do PCP que
estava na FA. A mudança, houve
de volta para que o PCP de
para o futuro, mas "um partido
comunistas" é impossível e a
democracia e a justiça social e a
vontade popular. E preciso que o
PC e diga a sua palavra e não se
que não se não tem mais nada a
dizer que não se precipite, contra
a separação.

A Constituinte vai abordar o problema delicado do pacto

O PACTO celebrado pelo MFA e por alguns partidos políticos deverá ser a partir de amanhã um dos temas essenciais em debate na Assembleia Constituinte.

A Assembleia deverá entrar amanhã na discussão do parecer da 5.ª Comissão sobre "Organização do Poder Político do Estado", cujo texto tem por base essencial aquele Pacto.

Na sequência do golpe do dia 25, paritico houve, como o PSD, que, pela boca do seu Secretário-Geral, já passaram em causa a necessidade de um Pacto como o celebrado em Março, e o papel do MFA como motor do processo político português.

O P.S. tem mantido um relativo silêncio sobre esta matéria.

A nível militar, o depoimento mais conclusivo foi a entrevista televisada, do major Melo Antunes, no dia 25, e em que este Conselheiro da Revolução defendeu a necessidade de o MFA e os partidos chegarem a uma plataforma de avanço democrático para o socialismo, o que seria factível pelo facto de agora ocorrerem de novo "condições para o MFA recuperar o seu prestígio e a sua capacidade de direcção".

Segundo círculos geralmente bem informados, o PSD deverá apresentar amanhã à Constituinte não uma proposta contendo a denúncia do Pacto, mas apenas de antecipação do debate dos textos referentes a outros capítulos, adiando para momento oportuno a discussão do Capítulo V. Esta proposta abriria a hipótese de se dar tempo ao C. da Revolução para sugerir uma revisão do Pacto celebrado.

Ainda segundo os mesmos círculos, o PS — que se oporia a esta proposta ou se absteria — preferiria uma via mais abertamente anti-Pacto. Proporia que se entrasse já no debate na generalidade do texto da 5.ª Comissão, apresentando no seu termo uma proposta de Declaração da Constituinte no sentido da revisão da Plataforma.

Observadores atentos admitem que ao C. da Revolução não repugnar a revisão do Pacto em algumas das suas disposições, mantendo-se embora sempre um documento tipo-pacto em vigor.

DE 25 A 26

Entretanto, numa reunião necessariamente sinfónica, tivemos que, no dia 25 de Novembro, perante o agrasamento da si-

tução político-militar, e antes mesmo de tomar conhecimento da declaração do estado de emergência a Assembleia Constituinte, por proposta do PS, suspendeu a sua sessão. Antes da votação, a UDP pediu 30 minutos para elaborar uma declaração de voto.

Realizada a sessão, votaram a favor da suspensão do PS, do PSD e do CDS, e contra a UDP.

A figura "sui generis" da tarde seria dada pelo PCP (que tal como o MDP-CDB, regressou à sala depois de a proposta já ter sido votada); e, que, mesmo assim viu uma "declaração de voto", anti-regimental, porque feita por deputados que não tinham votado anteriormente.

O MDP/CDE tentou também ler uma "declaração de voto", mas já não o pôde fazer, visto o Presidente Henriques de Barros ter já encerrado a sessão.

A "declaração de voto" do PCP ataca a suspensão pedida pelo PS, que considera suspensão das actividades (o que viria a ser informado pela Mesa ao maridar para nova sessão), e afirma decididamente que o PCP não quer a guerra civil.

Entretanto, foi entregue, na mesa da Assembleia Constituinte um abaixo-assinado de dezenas de funcionários da própria Assembleia denunciando "manobras da cfulca social-facista", numa RGT em que os seus 16 membros teriam feito aprovar uma moção em nome dos 200 trabalhadores. A matéria da moção, não constante da ordem de trabalhos, votada com só 27 presentes, era a defesa de um novo Governo de esquerda em substituição do VI Governo Provisório.

No dia 25, atendendo à declaração do estado de sítio parcial, a assembleia é obrigada sobre a existência de condições mínimas de segurança para o funcionamento, o Presidente Henriques de Barros, adia a sessão para o dia 27.

O mesmo sucederia a 27, com o apoio do PS e do CDS, a oposição do PCP, preparado para fazer a sua defesa e atacar a declaração do estado de sítio parcial, e a abstenção do PSD, que se preparava para acusar o PCP pelo golpe.

A 28, a sessão não se efectuou por falta de "quorum", resultado da quase total ausência do Grupo Parlamentar do PS, deixando ao adiantamento do restar dos trabalhos constituintes para o dia 2 de Dezembro.

Deixa feita, o PCP compareceu com escassíssimos deputados, sendo, dos 96 presentes, mais de metade (53) do PSD, pedida, sem sucesso em fazer a reunião.

Estado de sítio será levantado 3.ª ou 4.ª feira

TUDO INDICA que o estado de sítio parcial, declarado no começo da noite do passado dia 25, se prolongará ainda até 3.ª ou 4.ª feira. Os objectivos fundamentais são a localização e detenção de alguns dos responsáveis pelo golpe contra-revolucionário, e sobretudo a apreensão de armas nas mãos de civis. Esta operação de apreensão deverá ser concluída ainda antes do levantar do estado de sítio parcial.

O brigadeiro Vasco Lourenço, comandante da R. M. de Lisboa, confirmou a este propósito no Palácio de Beirão, ao EXPRESSO, que "neste momento, não se são feitos esforços para que tudo se processe o mais rapidamente possível". Referiu que já houvera entrega de armas, mas que não podia precisar o número, nem tão pouco a origem da entrega, "por essa operação estar a ser totalmente controlada pelo posto de comando, a funcionar no Regimento de Comandos de Amadores".

Interrogado sobre se o prazo para o levantamento do estado de sítio, estaria não apenas relacionado com as armas, mas também com o facto de não ser "politicamente aconselhável", V. Lourenço respondeu que era "por outras as razões". "É um problema muito. Temos a consciência de que o estado de sítio não pode ser prolongado por muito mais tempo, porque esse prolongamento não permitiria a determinação de quem é de uma certa "resistência", que não seria destruída. Quando se falou de se apreender manifestações populares, com a finalidade de se fazer o levantamento do estado de sítio, não foi para que Lisboa pudesse atingir um novo 1 de Maio".

RTP-Lisboa: Mudanças antes do reinício da actividade

OS ESTÚDIOS de Lisboa da RTP poderão regressar à sua actividade normal a partir da próxima terça-feira, retomando, para todo o território nacional, a emissão que, desde a noite de dia 25, está a ser assegurada pelos estúdios do Porto.

Embora não se saiba ainda quais as condições e a programação a adoptar por Lisboa, neste seu regresso, é de crer que a normalização da actividade, que implica, segundo um funcionário da RTP, a revisão dos programas e dos quadros de pessoal (e ainda bem, sob certos aspectos), competem, se verificou já nos primeiros dias da semana, estando os estúdios de Lisboa prontos a emitir talvez a partir de amanhã. A decisão final não depende apenas de questões técnicas, mas também de formas como as autoridades militares entenderem que se deve orientar no imediato a actividade de Lisboa, estando empenhados de imediato a actividade de Lisboa.

É possível que, pelo menos a nível de chefias, a RTP sofra algumas alterações importantes. De facto, nos movimentos que se previam nas últimas semanas, é de admitir que venha juntar-se uma reestruturação mais profunda dos quadros do Lumiar, no âmbito das coordenadas da política de Informação, tal como brevemente deverão vir a ser definidas pelo Governo e pelo Conselho da Revolução.

Porém, entretanto, confirmase a nomeação do jornalista Carlos Viegas Pereira, subchefe de redacção do "Jornal Novo", para o cargo de director dos Serviços Informativos, para o qual ainda não se propôs antes de 25 de Novembro.

Os estúdios de Lisboa deixaram de emitir cerca das 20.15 de dia 25, quando o capitão Duran Clemente fez, perante as câmaras, uma explicação sobre os motivos da sublevação e dos imperativos da revolução socialista. Em "curtos segundos", os espectadores puderam assistir ao diálogo do capitão Clemente com os técnicos que o informavam de que tinham de interromper a emissão. O capitão Clemente perguntou então se a interrupção era motivada por razões técnicas, enquanto o locutor de serviço, António Santos, apareceu embaraçado, a responder que não era "propriamente" esse o motivo. Logo a seguir, a imagem do capitão Clemente desapareceu do televisor para dar lugar à de Danny Kaye, cujo filme "O Homem do Diabo Club" os estúdios do Porto escolheram para dar início à sua transmissão para todo o país. A interrupção teria sido determinada pela ocupação do estúdio de Monsanto, onde, desde a manhã, se encontravam forças paracaidistas participantes no golpe, e a possibilidade técnica de "sobrer" Lisboa através do Porto.

13 das muitas peças para o filme do 25

ENQUANTO se aguarda o relatório oficial sobre o golpe, começam a ser conhecidas diversas peças que, unidas, podem contribuir para a elaboração do filme do golpe, tentado, por enquanto, de claros-escuros. Resulta, logo, numa primeira montagem, a importância de algumas comissões de moradores e trabalhadores, afetos à linha fero-proclata, como, por exemplo, as da Sorefame e Cometa, bem como a mobilização operada em alguns setores da firma J. Pimenta, cujas betoneiras haviam de desempenhar papel de relevo, como vamos ver. Em algumas peças da trama:

1 — Os Fuzileiros estariam encarregados de cercar os Comandos de Jaime Neves, pelas 4 da madrugada, no que seriam ajudados por comissões de moradores e trabalhadores especialmente da Sorefame e Cometa. Que esta peça existiu, prova-o, até certo ponto, para além da credibilidade que a fonte forneceu nos meses, o facto de os Comandos se deslocarem a uma dessas locais para receberem G-3.

2 — A segunda peça que, por outro lado, coloca uma interrogação sobre o dia em que devia ser desencadado o golpe, é-nos

fornecida pelo "Jornal Notícias" do Porto, que afirma apier-se em fonte próxima dos responsáveis pelo golpe. Diz, com efeito, o JN: "Uma certeza existe: estava planeado um golpe para o dia 25. Neste golpe estavam envolvidas unidades militares (RALIS, EPAM, Escola Prática do Serviço de Material), além de outras. Mas a acção dessas forças militares estaria secundada pela acção de organizações de base (comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa) e comissões de moradores. A "mão" do PCP e da FUR estavam intimamente ligadas ao "golpe".

Para tanto continou o "JN", trabalhadores e moradores daquelas organizações teriam ficado com a incumbência de receberem 150 mil armas, que foram distribuídas através do desembarque em duas praias: uma no Sul e outra em Adraga, perto de Sintra.

O plano estava pronto, há já 15 dias, e as comissões de trabalhadores da "cintura" tinham em seu poder um plano de "transmissões" para o que contribuiriam, como apoio logístico, as betoneiras de J. Pimenta, que foram aprisionadas ontem como o JN referiu ("N. da R.

Este JN é de 29". Por outro lado haveria um apoio ao golpe de 26 por parte dos fuzileiros.

3 — Em todo este plano, o Ralis encarregava-se de controlar posições-chaves, como são os acessos a Lisboa.

4 — Seriam ocupados a Televisão e a Rádio, como de facto veio a acontecer, não no 26, mas sim no 25. Forças da EPAM ocupam a RTP e a Pst ocupam-se da Emissora Nacional e Rádio Clube.

5 — Os Paras teriam a missão de ocupar diversas instalações da Força Aérea, como de facto vieram a ocupar. Porém, no entanto, que aqui houve alguma ignorância sobre os dispositivos da Força Aérea que já estavam bastante concentrados no Norte. A Marinha teve, no entanto, duas fragatas ao largo de Cascaes.

6 — A operação golpista teria, além de objectivos militares imediatos, objectivos políticos também imediatos, os quais seriam, em primeiro lugar, a subversão no Conselho da Revolução dos actuais membros da Força Aérea, Morais e Silva, Pinho Freire, Castro e Castro e Costa Neves, por outros elementos entre os quais, Costa Martins e Mançaga.

7 — O Quartel-General político

e de informação funcional no edifício da Grão-Pará, na Rua Castilho, sede da S.D.C.I. (Serviço de Detecção e Controlo da Informação), chegado por Almada Contreiras, elemento militar afeto ao Partido de Cunhal e que, há já algum tempo, havia entregue um relatório circunstanciado segundo o qual os seus serviços, a ser aprovado tal esquema, se transformariam numa espécie de Estado dentro de Estado, prendendo trabalhos que ultrapassem as capacidades da famosa PIDE. A título de exemplo poderia ser previsto e qualquer cidadão que não desse garantias de confiança e linha política definida pelo Com-

ando as suas ordens de execução ideológica.

Após o interceptar desta possível fuga e o facto de que se estava de fora do golpe, tiveram sido substituídos, na Grão-Pará, todos os elementos não PIDE.

10 — O Quartel-General centralizado no Alentejo, para onde foi enviado todo o material e escuta que estava no edifício da Grão-Pará, substituído, que foi transportado em camiões para a firma Edmonde Jorge.

11 — Os "Páras", assim, não foram como estava previsto. Passou-se, para tanto, para a Rua Castilho e assim se replicará o encançado do Presidente da República em que hora o patriotismo do povo.

12 — Há quem diga que os para-queimados de Lisboa procederam a ações, depois de Vasco Lourenço haver sido confirmado no cargo de Comandante da

Agência Militar de Lisboa e amada dos seus, aquilo que se estava a passar em São Mamede.

13 — Não há de ser, assim, considerado como elemento que provocou o "golpe" e como factor que intimidou muitas outras forças, tal foi o impacto e efeitos da "ação" em São Mamede.

14 — Vária Gomes, o oficial da 5.ª Divisão, instalou-se no Copcon e daí procurou dar ordem a diversas Unidades dependentes daquele Comando, a fim de que cooperassem com os "Páras" sublevados.

Foi assim, segundo revista "O Jornal", de ontem, que o CIAAC chegou a ser mandado dotar o Copcon de meios de defesa anti-aérea e o R.I.O.Q. recebeu ordens para atacar o Regimento de Comandos da Amadora.

Ambas as unidades se recusaram a cumprir.

15 — As beneditinas e camões de carga pertencentes à firma J. Rincón e Caminhagem Esteves e que deviam barricar os Comandos da Amadora, foram detecadas a tempo por aqueles, que, prendendo os motoristas, se apropriaram das finalidades da operação.

16 — Como "pica saliente" do resto a realizar, se bem que não ditima, deve mencionar-se a intervenção dos deputados do PCP na Assembleia Constituinte em 25 que, mesmo já quando era por demais conhecida a manobra golpista militar em curso, queriam que a sessão se realizasse. Este facto é notado nos locais deste número do EXPRESSO.

Sousa, Marcelo Rebelo de

O fim do Gonçalvismo, os "políticos", e os "operacionais"

Marcelo Rebelo de Sousa

COM O 25 DE Novembro termina, tudo indica que irreversivelmente, uma fase essencial do processo político em curso: a fase gonçalvista, iniciada em Novembro de 1974, solidificada em 11 de Março de 1975, e que atingiu o seu ponto crítico em Julho passado.

De facto, com o abortar do golpe de 25 de Novembro, encerra-se o período em que uma liderança aberta ou pressões obstaculantes de tomo foram da iniciativa de um sector que se foi homogeneizando no MFA, e encontrou os seus principais apoios políticos no PCP, e nos partidos que depois constituiriam a FUR.

Se o processo político temia até Setembro o seu ciclo spinolista, depois do compasso de apenas de Outubro, entraria claramente no ciclo gonçalvista.

No entanto, de estão até esta parte, este ciclo apresentou características muito diversas.

Até 11 de Março prevalece o que se poderá designar de criação das estruturas de apoio (5.º Divisão, Campanhas de Dinamização Cultural, central sindical única imposta por lei, institucionalização tendencial de um certo MFA, preparação de um acordo delimitador do campo de manobra dos partidos) reforço de posições nas instâncias locais e avanço na administração central.

Do segundo golpe de 11 de Março (também conhecido pelo contra-golpe de meite de 11 para 12 até à queda do V Governo, o gonçalvismo conheceu o seu momento de apogeu, apoiado por uma larga zona da imprensa

nacionalizada, controlado através de homens de confiança os sectores económicos nacionalizados, e com aparente empenho pelo plano militar (que atingiria o máximo com a exclusão dos 9 do C. da Revolução).

Desde a formação do VI Governo, o gonçalvismo transplantou todas as suas estruturas para uma nova clandestinidade, mas foi reforçado os meios à sua disposição — manifestações de massas em Lisboa e Alentejo, aceleração das ocupações agrárias, criação de estruturas para-militares tipo SUV, montagem de centros operacionais na periferia de Lisboa (Concelho de Azambuja, por exemplo), e no Alentejo (zona de Aljustrel), e pressões laborais intensas em que tiveram papel activo a Interindustrial e o secretariado da câmara industrial de Lisboa.

Paralelamente, subia a temperatura política em algumas unidades de RML, e iniciava-se a ofensiva na Força Aérea.

Coexistiu com este farrasamento o apoio então dado abertamente por sectores políticos como a FUR e o próprio PCP a figuras militares como Otelo Saraiva de Carvalho e Carlos Fabião, bem como o ataque violento a homens como Moraes da Silva, Pires Valente, Jaime Neves e Vasco Lourenço.

Neste processo a "insidência" desempenhou um papel relevante, e o recurso pelo sector gonçalvista ao princípio crítico de golpes e contra-golpes da reacção tende aparentemente a desmobilizar os outros sectores do MFA.

Curiosamente, esta arma psico-estratégica volta-se-lhe, em larga medida, contra os seus utilizadores. Já que a "insidência" perante sucessivas frustrações golpistas (praticamente desde o primeiro anúncio abreviado de 4 de Julho) veio a desmobilizar milhares de organizações políticas cujo apoio os gonçalvistas consideravam seguro.

Este ciclo gonçalvista que se encerra a 25 de Novembro, ciclo mais golpista do que revolucionário, e que numa primeira fase (até 11 de Março) coexistiu em pé de superioridade, com os requisitos cadentes do anterior golpismo spinolista.

Será que o termo de todo um ascendente (frontal ou velado) gonçalvista a nível de poder de Estado corresponde ao termo das tentativas golpistas do PCP?

Será que o termo de todo um ascendente (frontal ou velado) gonçalvista a nível de poder de Estado corresponde ao termo das tentativas golpistas do PCP?

Esta uma questão fundamental, cuja resposta caberá é para si impossível de se dar. Mas, conforme ficará claro do resto do artigo, pensamos que, se perder o seu sempre "negocionário" FUR, ao ver limitada a máquina gonçalvita no plano militar, o PCP compreenderá que lhe resta a alternativa de abandonar rapidamente a via golpista, antes que esta precipite viragens muito claras do processo à direita.

Será por causa disso que o

"Avante" de ontem sumo clamor regresso a 25 de Abril, repeta apelo à unidade anti-fascista na base da "vanguarda das liberdades e das outras conquistas da revolução?



que foi o golpe?

Uma tese muito simplista diria que o golpe de 25 de Novembro foi um 11 de Março ao contrário. Já tive o azêdo de referir que esta comparação só me parece exacta num ponto: na conclusão agora confirmada de que qualquer força político-militar que tome a iniciativa de um confronto tem mais probabilidades de perder, por isolamento, do que de ganhar a partida.

Em tudo o resto, o 25 de Novembro foi bastante diverso do primeiro 11 de Março.

Segundo várias elementos operacionais, o golpe de 25 de Novembro tinha o seu planeamento militar relativamente rigoroso.

Partindo da situação de contestação frontal dos paraquedistas de Tancos ao CEMFA, parece aos sublevados que a iniciativa poderia facilmente partir de um movimento desses paraquedistas, já que só por arrastamento parecia possível dinamizar unidades da RML, mesmo as mais cooperantes.

Antecedida por uma reunião na noite anterior no Simposato, e de contactos já hoje sintonizados com o Secretariado da Cintura Industrial, a ofensiva desenvolve-se durante a manhã e o começo da tarde do dia 25 por faixas sucessivas e ponderadas:

1.º — Controlo dos meios aéreos, que motiva a ocupação de bases, ocupação esta feita, em alguns casos, sem que o grupo dos efectivos ocupantes tivesse sequer conhecimento do que se iria passar (p. ex. a justificação dada para uma das ocupações foi a de que ela se encontrava tomada por uma organização política civil).

2.º — Controlo dos meios de comunicação social de maior impacto — rádio e TV — com o auxílio de unidades da RML, e garantindo o imediato afastamento de funcionários considerados como não sendo de confiança.

Neste momento, os objectivos anunciados pelos paraquedistas

são pontuais — as dimensões do CEMFA, vice-CEMFA e dos dois restantes conselhos da Revolução. No entanto, funcionavam já postos de comando operacionais em vários pontos, sendo um deles o situado no SDCL, onde na manhã de 25, alguns militares não afectos à linha pönchabista se sabiam "saneados".

Também se viria depois a saber que já nessa altura o COPCON — onde comparece o conselheiro Vazias Gomes — dava ordens de intervenção a diversas unidades da RML.

Assim, o CIAAC recebia a ordem para colocar os seus meios de defesa anti-aérea ao serviço dos sublevados — o que não faria, antes aderindo rapidamente ao comando operacional montado na Amadora, e fiel ao Conselho da Revolução.

O RIOC era mandado avançar para deter uma eventual saída dos comandos de Jaime Neves, não tendo também acatado esta directiva.

Se estas unidades não cumprido as missões atribuídas, no que se sabe que seriam apoiadas por grupos civis, então a fase subsequente poderia ser a mobilização de massas civis (que, em vários pontos da cintura industrial de Lisboa se encontravam em "stand-by"), mobilização essa em que os órgãos de comunicação controlados desempenhariam um papel destacado.

Entretanto, para paralisar a movimentação do Regimento de Comandos de não só, existia um plano de barricamento das entradas de Lisboa, e em particular da área da Monsanto por betoneiras e camiões com reboco, das firmas J. Pimenta e Camionagem Esteves.

Os veículos em causa, encontrados em posição estratégica para intervir, dispunham inclusive de rádios, por onde lhes eram transmitidas ordens de acção.

A descoberta deste plano resultou da intromissão de um oficial fiel às forças centralizadas na Amadora na ordem de transmissão das directivas pela rádio.

A FUR e o PCP e o golpe

O faseamento planeado era pois mais amplo do que uma mera saída avulsa dos caçadores paraquedistas de Tancos, e deveria pressupor uma direcção política e um comando militar.

Interessa ver, quais as forças políticas empenhadas no golpe, e quais os seus comandos militares.

No que respeita às primeiras é patente que partidos membros da FUR assumiram a direcção política pública do golpe.

Assim, o MES e o PRP, que emitem o importante comunicado conjunto do começo da tarde de 25, e não pararam mais de convocar os seus militantes para a defesa às unidades revoltosas.

Além deste partidos, notoriamente referenciados por comunicados e directivas de apoio ao golpe, militantes de outros partidos da FUR terão aderido, no momento inicial, a mobilizações de massa previstas pelos planeadores do golpe. Deste modo, contra alguns elementos civis, militantes da FUR foram passados mandatos de captura.

Também a LUAR teve acção destacada, designadamente na Escola Base de Tancos, durante todo o tempo em que ela esteve revoltada militarmente.

A dúvida mais relevante que tem sido levantada, neste particular, não respeita porém aos elementos da FUR (que na sequência do golpe vê o seu campo político destruído), mas à eventual participação do PCP no golpe.

Ora, quanto a esta participação, várias questões têm sido postas, e

— como se verá — delas dependem opções relativamente ao futuro político imediato.

Que estruturas do PCP tiveram uma intervenção activa planeada ou executada no golpe não restam dúvidas:

— as células do PCP na RTP e na Emissora Nacional tiveram acções coordenadas, e integradas no golpe em curso;

— as células do PCP que dominam comissões de trabalhadores de certas empresas desempenhavam um papel essencial na sua eventual acção dentro do golpe (assim na Sorefame e na Cimonta, que deviam apoiar a acção anti-*"comandos"*);

— é conhecido o peso do PCP nas comissões de trabalhadores da J. Pimenta e da Cominagem Esteves, que coordenaram a deslocação de material pesado, dentro do plano de barricagem acima referido;

— conforme também já anotamos, elementos militares não afeitos ao PCP do SDXI eram *"lançados"* inesperadamente no dia 25, pela manhã;

— o PCP mobiliza militantes em zonas como Marinha Grande, e algumas áreas industriais da zona industrial do Barreiro, que ficariam pelo menos em vigilância em unidades industriais, e seriam alimentados pelos boatos mais desencorajados.

Isto para já não referir a actuação comprovada de várias organizações sindicais e do Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa, bem como o apoio diário de órgãos da imprensa influenciados pelo PCP às acções dos paraquedistas, nas suas edições de 25 de Novembro (manutidas e vespertinas).

Logo, parece incontroversa — mas grato as demarcações presentes do PCP — a participação

de células suas no golpe de 25 de Novembro.

Também parece incrosserável a participação destacada de sectores intermediários de direita. O caso mais exposto de falta de vital política é o da UDRB, que a 27, quando o direito político militar já era ativo, e os órgãos nacionais do PCP já se multiplicavam em afirmações, públicas ou não, de não-golpismo, ainda encosa militares para apoio a uma manifestação dos SUVs no Porto. Este erro — que poderá curar caso a Carlos Costa — veio desorganizar a estratagem de "recuperação" então tentado pelo PCP, e justificar um comunicado lido do Conselho de Revolução.

Se passarmos para o plano da cúpula dirigente nacional do PCP, as atitudes divergem. Mas antes de passarmos a essas teses vejamos os factos.

Segundo fonte fidedigna, no dia 25 teria havido uma reunião entre dirigentes do PCP e dirigentes nacionais, com a presença do próprio Álvaro Cunhal. Neste espaço, o Secretário-Geral do PCP teria realizado o lançamento do golpe, dando a lista de comandos militares e de direcção política (colocando assim o PCP para estar depois teria falado da necessidade de valores devidamente o Documento dos 9 como uma alternativa de esquerda a negociar; e concluiu ter havido entre as discussões feitas em certas zonas "programas" entre esquerda e direita, ao atirar-se o PS para esta, quando o que cumpre é fazer o pluralismo de esquerda oisão.

As teses em presença sobre o comportamento da cúpula do PCP são duas:

— a que considera que ela se encontra comprometida totalmente no golpe, já que não é possível que cedeias suas participações naquele sem a superintendência das cúpulas. Para isso, o PCP, pelo golpe, tentaria os terar o poder ou, pelo menos, alterar

substancialmente o equilíbrio existente a nível de poder político-militar;

— segundo a tese alternativa, a cúpula do PCP não teria necessariamente dirigido o golpe, antes teria tentado tirar a "esquerda revolucionária", e até poderia ter tentado tirar o golpe, com um objectivo: o de provocar a morte da FUR, e quebrar a propensão "burra" de muitas das suas bases, abrindo caminho para a plataforma com o PS.

De seja, para a primeira tese, o PCP ganharia com o sucesso do golpe; para a segunda ganharia com a sua derrota.

Antes de apresentarmos uma e outra, cumpre desde logo esclarecer uma coisa: que ambas as teses têm os seus defensores, e que esta defesa não é meramente neutra.

Por detrás de cada uma das teses existem, muito vivos, os interesses políticos (ou estratégicos) dos seus defensores. Isso é importante que se saiba, para prevenir ignominia de se apreciarão dos factos.

Os defensores da tese da implicação total vivem, obviamente, uma de duas coisas:

— ou isolam, em termos estratégicos, o "núcleo principal", para efeitos de acção militar (e os chamados "apreciacionistas" do MFA);

— ou esper o PCP a ataques mais fundamentados, o que levam a abandonar a propensão golpista (PS) ou condicionar a sua saída do Governo (FPD, CDS).

Neste plano, estas forças partidárias têm-se preocupado com a demonstração cabal da responsabilidade do PCP, lembradas do facto da lição do segundo golpe do 11 de Março. No entanto, são vivazes as "incoerências" entre a posição de um PS e a virulência (irrealista?) de um FPD.

Defendim, por outro lado, a tese da quase libação oficial do PCP enquanto partido:

— sectores do MFA que são qualificados de "políticos" preocupados com o potencial

desencadramento de uma "outra la bruxa" imperial, e conscientes do peso político do PCP no plano nacional;

— sectores civis que apostam na "recuperação" do PCP, persuadidos que a contrapartida será a "moderação" desta, e a viabilidade de uma plataforma PS-PCP (o caso mais claro é o do ex-MES, e o seu pensamento, bem como o dos militares políticos, pode ler-se simplesmente em "O Jornal" de ontem).

Uma consideração serena do sucedido revela que é indelicetável a implicação das bases do PCP no golpe. Como indicativo é a diretiva de desmobilização dada pelas cúpulas a partir da noite de 25 para 26, (isto convalida inúmeros exemplos de desobediência, por exemplo, a Império que deixam os acontecimentos, a uma primeira vista, é a seguinte:

— o PCP conhecia e estava dentro do golpe;

— o PCP não lidava intencionalmente a direcção política do golpe, deixando esta liderança para seus aliados da FUR;

— assim o PCP conserva-se a possibilidade de, face um balanço provisorio das forças e a nivel militar e civil, admitir a fundo ao golpe ou desmantelar-se dele;

— as tentativas de posição oficial do PCP sobre o golpe, ao momento mais "quente", são de uma neutralidade intencional, sem nunca verbosar os subterfúgios, e acionando os rancos de um emagamento da "esquerda militar";

— condecorar, a partir de certo momento, de pessoas dos sectores militares e civis favorecidos a contrários, sugerindo uma solução política negociada, antes de se consumarem efeitos do golpe, a nível de substituição político-militar;

— privado de todos de informação (e de mobilização) na área de Lisboa, o PCP tentou, debalde,

usar a Constituição como tribuna para expor o que vão antes a ser publicado no "Avante";

— detinido "caá", com vago somno dos simpatizantes, os sectores socialistas e feministas, o PCP pode ter querido abrir caminho — via ex-MES — para a aproximação com o PS, sem contudo pôr para já em causa a composição do VI Governo Provisório.

Alguns-se muito pouco provável que o golpe não tenha, em qualquer caso, os seus "condes", a nível de dirigentes do PCP a nível de, sobretudo da chamada linha "dura".

Talvez, contudo, também pouco provável que a "deparação" seja imediata, por três razões essenciais:

— o PCP não se pode permitir agora somar a um passo ao plano político — que desmolda e desorganiza — os acontecimentos as suas bases — uma alteração pública de direcção (é bem não esquecer a forma como a UDP já se encontra a retirar devideções políticas do resto do PCP);

— em boa verdade, o PCP conseguiu ainda fazer sair incoerências da post-golpe a nível de Interministerial, o que é transtorno a jogar, embora em termos não golpistas, no futuro;

— a ARA e realidades circunstanciais, podendo ter a prazo os seus dias contados (assim pensam operadores do MFA), no entanto para já são uma realidade escarpada no confronto aberto durante o golpe.

Ora, não se vê muito bem como é que o PCP vai "afastar" homens como Jaime Serra, enquanto a situação estrutural interna (que é lenta se não processar).

No seu todo, o PCP esteve no golpe, mas interveio a sua posição em termos de direcção política. E, pelo conceito da subordinação de 26, deixou de entrar com o golpe.

Mais do menos, por uma altura, diam os operacionais, o golpe começava a poder forçar. Porém esta viragem que correspondia a um fracasso militar?

Um golpe descomandado

As razões do fracasso parecem ser muitas, e passo a seriar as que surgem com maior importância.

a) A principal deverá ter sido a ausência de um eficaz e prestigioso comando militar. Este comando deveria ser coordenado, e não disperso como, desde muito cedo, tendeu a aparecer. Por outro lado deveria concentrar-se numa ou em várias personalidades politicamente militares, suficientemente representativas para poderem suscitar a adesão de unidades e massas civis. Tudo indica que o Otelo que os sublevados pensaram como chefe militar e golpe, e das as posições que fizeram para que não abandonasse o Alentejo Duque na tarde de 25, e, depois, a ele regressasse durante a noite.

Simplesmente, Otelo (que não indica se soubera do golpe na altura) tido em Belém (então ainda detido) não pôde encabeçar um comando que tivesse um poder político persuasor essencial para dar corpo à sublevação.

b) Segunda razão foi a falta de transmissões, montadas sob o comando de Garcia dos Santos, que permitiu comunicar dos "comandos" para diversas unidades, e despertar transmissões viradas dos revoltosos, o que rapidamente foi conhecido por estes e muito os desorientou.

c) Depois, os revoltosos esqueceram-se que não é fácil que, militarmente, Lisboa seja Portugal, e a resposta pronta: coisa das Regiões Militares do Norte, Centro e Sul, que passaram efectivos à disposição da R.M. foi muito impressiva e permitiu em termos operacionais, sobretudo na ocupação de objectivos conquistados (a pérgua R.M. dos Açores colocaria um batalhão à disposição do Presidente Costa Gomes).

d) Outro motivo foi a "plénum" utilização pelos sublevados dos órgãos de comunicação social controlados. Por exemplo, as intervenções de Durand Clemente na RTP foram largamente con-

traproducentes, ao apelar para mobilizações de massas, na emissora e não junto da antena de Monsanto, e indicando logo:

— que se tratava de retirar a um avanço dos "comandos".

— que estes avançavam por ordem do Conselho da Revolução.

Em termos de ofensiva psicológica uma tal mensagem, que sobrevaloriza o inimigo, é um "desastre" e desmobiliza mais do que mobiliza.

Acresce a estes elementos um desfalecimento inesperado provocado por unidades que era indispensável que avançassem e não avançassem.

Finalmente, o PCP, com a sua tática do "sim, mas" (que, aliás, tem sido usual em todos os momentos de crise militar aberta), em que está presente, preferiu esperar a serganhar-se a fundo no período decisivo para o golpe (que foi da madrugada de 25 às 21 horas do mesmo dia).

Uma vez mais comprovaria que, sendo mestre em contragolpes, deixa algo a desejar em matéria de golpes.

O momento preciso da viragem decisiva parece ter coincido com a queda do GDACL. Se este im "agostado" até dia 20 talvez o pensamento militar não fosse depois tão claro. Mas, o comando operacional localizado nos "comandos", na impossibilidade de dispensar forças por vários objectivos (e isso explicaria a fuga de responsáveis pelo golpe por via aérea) concentrou-se no objectivo — Monsanto.

Al falharam as defesas militares (v.g. Raial) e civis de Monsanto, pelos revoltosos, e caíram o GDACL, e os principais centros de comunicação.

Foi na defesa de Monsanto que os sublevados cometeram os seus maiores erros, e foi a partir dessa derrota localizada (a que breve se justou o controlo de Porto Alto) que os potenciais aderentes ao golpe compreenderam que se deviam recuar e desmarcar. Então se deu a grande inflexão no golpe.

Vencedores e vencidos

Como todos os golpes, este teve os seus vencedores e os seus derrotados. Os vencedores civis foram, obviamente, os partidos políticos apoiantes do VI Governo, que emergiu da crise para reassumir de imediato as funções suspensas antes dela.

Os vencidos civis, para além do PCP, e sobretudo, os agrupamentos da FUR. Militarmente, conhecidos que são amplamente os nomes de muitos implicados, fugidos ou detidos, interessa mais apreciar quem são os vencedores.

Como todo o aleatório de, por este meio, se poder criar susceptibilidades na equipa triunfadora, realçamos alguns vencedores "operacionais" e outros "políticos".

Entre os "operacionais" destacat-se-iam pela excepcional capacidade de chefia e planeamento que revelou Ramalho Eanes (agora interino na chefia do EMED), pela decisão e oportunidade das suas acções Jaime Neves, e pelo apoio que prestou em pontos fulcrais Salgueiro Maia.

Também revelariam capacidade de decisão todos os comandantes de regimentos militares, nestes incluindo Pires Veloso.

Entre os políticos, há a notar relevantemente a subida espectacular de um Ferreira da Cunha (quem o viu ao lado de conselheiros da Revolução na situação de arcebispo à noite do Presidente Costa Gomes, em Belém?), a ponderação serena de um Melo Antunes, a presença constante de Passalunghi de Azevedo e a inextinguível capacidade de decisão e de persuasão psicológica do Presidente Costa Gomes.

Entre os nomes mais em foco numa crise, em que dois outros militares fizeram, anedotas veias, a

ponte entre os políticos e os operacionais: Vasco Lourenço e Sousa e Castro.

Às atrás fazíamos em ópticas diversas entre "operacionais" e "políticos", ópticas essas que resultam claras para quem quer que tenha podido ouvir uns e outros falarem acerca do golpe do seu enquadramento sócio-político e das suas sequelas.

Desta diversidade de pontos de análise retiram observadores apressados a conclusão prematura de que não se concretiza numa divergência substancial de opções.

E mesmo possível que vários partidos políticos caiam neste simplismo, tentando apoiar (ou apoiar-se), em contra-relógio em uma ou outra destas ópticas.

Assim, alguns sectores políticos civis tentam extrapolar em proveito próprio afirmações de Melo Antunes, Charais ou Frazaral Correia, enquanto que outros baseiam-se em análises mais "operacionais".

Para já, no entanto, parece que um natural "compromisso" permite e facilita a coexistência de "políticos" e "operacionais".

Aos "operacionais" se concede: — uma alteração profunda no Conselho da Revolução, iniciada pelo afastamento de Otelo e pela queda de Fábregas, e que prosseguirá com a substituição de CENIA, e a saída, a seu pedido de Rosa Coutinho;

— as mutações nas chefias militares, salvo quanto à Força Aérea, onde Morais e Silva reforça o seu peso;

— a dissolução do COPOON; — o controlo severo do armamento na mão de civis;

— a reestruturação das Forças Armadas;

— a reorganização dos órgãos de comunicação social estatizados;

Os políticos serão averbado neste acordo os seguintes:

— a possibilidade de proporcionar ao PCP uma manutenção no

Governo, facilitada pela "cobertura" diplomática do seu envolvimento no golpe;

— a possibilidade da existência de um Pacto entre o MFA e os Partidos, admitindo-se, no entanto, a eventual revisão do que vigora, em algumas das suas cláusulas;

— a reactivação do VI Governo, com ligeiras correcções de composição, e o seu empenhamento prioritário num Plano Económico para uma situação que se aproxima gravemente da ruptura.

Uns e outros admitem a urgência de não delatar a directiva contra-revolucionária (ultrapassada em parte pelos acontecimentos recentes, mas eventualmente disposta a "recuperá-la") reabrir um espaço político que agora perdeu, no entanto, pela via golpista, alguns dos factores de radicalização gratuita da situação político-militar.

Este parece ser o compromisso histórico-militar do momento, em que estão presentes Costa Gomes, Melo Antunes e Charais, tal como Ramalho Eanes, Pires Veloso e Jaime Neves.

É à luz deste compromisso que os próximos tempos se afiguram importantes — como todas as reacções das Forças Armadas e dos principais partidos políticos.

Decorrerá dele a opção do MFA por uma relevância política crençomita, de saber argenteo, ou ao menos prateado? Ou da reestruturação das Forças Armadas decorrerá um papel essencialmente de garante da legalidade democrática no caminho do Socialismo, embora garante com representação num Conselho da Revolução — de poderes mais mitigados — e/ou numa segunda câmara militar?

Como assumirá o PCP este "coste" da falta generalista do MFA, coincidente com o potencial "cazco do cliente" em que se pendur golpista? Sofrerá alterações inter-

nas a curto prazo, que o apertarem dos principais PCPs da Europa Ocidental ou tentará apontar noutra via? E, no segundo caso, em qual via: numa via ainda estafadamente golpista, ou numa nova "colagem" a uma alternativa peruana ou argelina, tentando incutir o entendimento de que há 4 meses não compreendem — o significado do Documento dos 97?

Refira-se aqui, de passagem que não deverá ter sido por acaso que, em vésperas da sua recente deslocação a países da Europa de Leste, membros do Comité Central do PCP insistiram muito para que o secretário-geral Álvaro Cunhal fosse sujeito a um exame clínico global, como o foi. Devido acrescentar-se que possivelmente ao nível do espetado os resultados do exame foram extremamente favoráveis.

Como encarará o PS a sua reiterada posição de "árbitro", a quem são oferecidas uma alçada preferencial à esquerda e outra à direita? Como optará o PS perante a eventualidade de uma revisão do Pacto, agora que as circunstâncias já são diversas das que serviram de substrato à sua crítica por Sotomayor Cardia? Querirá "colar-se" a um MFA reestruturado? Ou, tentando a "antagonismo" dos ex-MES, estará estimular demasiado os ímpetos de reforço do MFA?

E o PPD, como irá atuar? Querirá assumir a posição de defensor do regresso dos militares aos quartéis, ou aceitará posições mais pragmáticas, que não envolvam choque frontal com os políticos do MFA? Insistirá, como parece agora, na recusa da participação do PCP no Governo?

O mesmo é perguntar: que análise da situação política prevalecerá no Congresso de 6 e 7, que estrutura orgânica será nele aprovada, que equipa dirigente ele consagrará?

Da análise acerca das presenças

e ausências, das intervenções e do desfecho do segundo Congresso poderá resultar um conceito de resposta ácida, da atitude de futuro do PPD.

Quanto ao CDS cumprirá ser como concebe ele a sua aproximação ideológica em relação ao PS, ainda que mantendo uma aparência exterior de "dureza", revelada no comunicado anti-Melo Antunes do passado dia 27.

E quanto à extrema-esquerda, como que haverá mais interesse em ver como é que a UDP se vai bater nas bases para conquistar terreno ao PCP; e em observar as reacções do MRPP, do que em assistir ao melodramático desagrado da FUJ, onde o MDP/CDE decerto tentará manter uma certa feição de legalismo democrático, em homenagem à sua participação na Assembleia Constituinte.

Quanto aos ex-MES, eles continuam no vento, sem dificuldades de maior. Em primeiro lugar porque souberam sempre jogar naquilo que hoje apasos como a solução dos "políticos" para o renascer do MFA, à custa de uma certa subalternização dos partidos.

Depois porque, através das mais diversas vicissitudes, eles têm sido a porta aberta para o platifonismo com o PCP. Esquecidos as zangas do termo do IV governo, eles hoje são para o PCP o caminho mais fácil por excelência para um certo MFA.

Ainda por cima — elemento dos cânulos — Jorge Sampaio e companheiros vêm talvez com um sorriso disfarçado de auto-omnicação ao que conduziu a orientação vencedora no Congresso do MES, do mesmo Congresso que precedeu a sua saída, derrotadas que foram as suas teses. Ou melhor, que precedeu a saída de alguns dos ex-MES já que o grande dos seus simpatizantes e aderentes são capazes de nunca terem sido MES.

CORREIA Bezerra
FREIRE, Pinto
SILVA, Moraes e
AVIEZ H. = foal

Expresso

75-12-01

3-4

Depoimento de dirigentes militares

ESTE NÚMERO de EXPRESSO — realizado em difíceis condições técnicas e que não se háido hoje sem a colaboração amigã e abnegada de trabalhadores e dirigentes de Ilundeta e Cia. — procura explicar o 25 de Novembro, as suas origens, as suas consequências. Para além de depoimentos de alguns dos chefes militares (nesta página e na seguinte), e de notícias de última hora nas págs. 1 e 26, apresentamos a análise de M. Reis de Sousa (pág. 2), uma cronologia dos acontecimentos (pág. 4), os antecedentes dos subversivos e de Rio Maior (págs. 5 e 6), apontamentos de reportagem (pág. 7), a situação político-militar através do que foi sucedendo no CR (págs. 8 e 9), a actuação dos partidos e agrupamentos políticos (págs. 10 e 11), o comportamento dos meios de comunicação social (págs. 11 e 12), os aspectos humorísticos (pág. 13) e as implicações simbólicas (págs. 14 e 15).

O primeiro "test" fundamental do 25 de Novembro verificar-se-á quando o estado de fé terminar. Como funcionarão então a autoridade? Com brandura demasiada? Com pressão excessiva? Ou no meio termo justo e necessário?

E que futuro tem o VI Governo Provisório na sua actual composição? Que capacidade terá para enfrentar a crise económica? Que papel desempenhará o PC no futuro próximo?

E que possibilidades tem o MFA renovado? Que eco terão as posições de Melo Antunes sobre o PC, o pacto e a posição dos militares na política?

Estas são as questões essenciais.

Moraes e Silva:

Otelo e Fabião estão acrabunhados

O GENERAL Moraes da Silva, pediu começar a sua apreciação a situação, recusando um pouco as especulações:

"Em minha opinião e na de dois membros do Conselho da Nação, isto foi um aproveitamento de uma luta que teve início entre mim e alguns dos membros do Regimento de Caçadores Paraquedistas, os quais, a pedido do problema da Rádio Renascença, conseguiram expulsar a classe de sargentos, — não sei que começaram, de resto, — quando depois a classe dos pra-

te estavam, esse caso, foi bastante o pretexto, visto que está todo um contencioso, e eu

subitamente passei a ser considerado a pessoa que ovinha abater pelas minhas atitudes, pela minha firmeza, etc. não tinha efectivamente o menor interesse para eles. Aproveitaram então o caso da RR, manipularam os sargentos e as praças através de informações falsas, entre outros meios, e conseguiram reunir uma tomada de posição contra o Chefe do Estado Maior.

EXPRESSO — Poder-se-á dizer, que essa tomada de posição se expressou "Bafanomia", segundo da sua ida a Tancoz, três dias depois do silenciamento da Rádio Renascença?

M. S. — Exactamente. O caso da RR foi quinta-feira de ma-

drugada, e eu fui a Tancoz na segunda-feira, com intuito de explicar ao pessoal determinados factos relacionados com o referido caso. Alí sou surpreendido por uma tomada de posição dos sargentos e das praças, recusando-se a ir ao Plenário.

Posso aceitar ou compreender perfeitamente que, no decurso deste processo revolucionário, haja pessoas que condescendam em certas coisas, mas, a partir de uma certa altura, é impossível. E isto, para mim, foi uma ofensa completa à cadeia hierárquica. Nem sequer me ouviram, e puseram-se logo numa posição frontal de força contra mim, tendo sido claro, que lhes interessava essa posição, atra-



vés da qual o CEMFA era desprestigiado. Quando regressei de Tancoz, comecei a resolver o problema à minha maneira.



A força da caneta

DP. — Administrativamente? M. S. — Sim. Mas, antes disso, há uma semana para se decidir, para que o bom senso deixe de vez aquele pessoal, o que não aconteceu de modo algum, continuaram a ser manipulados pelos mesmos termos manipuladores. E foi então que, a partir dessa semana, concebi administrativamente a resolver o problema, visto que, não sendo de força que iria resolver as suas coisas, tinha de me apoiar na força caneta, tomando determinadas medidas nesse campo, tendentes a facilitar a Base Escola.

DP. — Pode dizer-se que foram as mesmas medidas que estiveram sempre de todo e que aconteceu

M. S. — Bom, o que eu sei é que, sobre outras pessoas se aproveitaram que isto estava a suceder, começaram a ditar mão a esta "base". Há muito tempo que se tem já do tal golpe pela força em tomar o poder e impor uma ordem de esquerda, e essas pessoas viram que estava ali uma grande ocasião, visto que o DDA e a sua cadeia hierárquica avançavam e ali estavam a controlar em alguns sectores, por causa das suas manipulações. Portanto, ali agora eu nunca. Deven ter pensado que esta tentativa de levantamento da F.A. lhes era pérfida, que se juntaram todos e iam a tal golpe. Certo que, inicialmente, contaram com muitos que lhes foram prometidos, acreditaram "que toda a gente iria a favor deles" etc. entusiasmaram-se, como aliás se viu na ocasião que deram à TV no dia 3 aqui no GDACI, onde tudo se facilitou, tudo estava ao seu favor etc. Pensei que alguns a priori de que falavam não eram invenção, mas, chegada a hora da verdade, falharam. Outros iam mesmo inagráveis, para

angariar auxílios e influenciar psicologicamente.

EXP. — Vira a entrevista que acabou de questionar, na TV?

M. S. — Vi, e não pude deixar de sorrir. A essa hora, e sem que eles suspeitassem sequer, já tudo estava terminado, ou pelo menos, em curso.

EXP. — Como assim?

M. S. — Vamos então reportarmo-nos concretamente aos factos do dia 25. O general Flávio Freire e o coronel Moura de Carvalho, arrastaram-me para minha casa, às 8 h da manhã desse dia, do que estava a suceder em Monsanto. Dirigi-me logo à Presidência da República, no meu carro, mas antes resolvi passar pelo GDACI, para ver como estavam as coisas e observar, de perto, todo o aparato. Como sou pouco conhecido, o pessoal nunca percebeu que se tratava de mim. Dei umas voltas de carro observando calmamente as coisas.

EXP. — Que revolução não curral! E depois, foi para Belém?

M. S. — Já entretanto tinham sido chamados os Chefes de Estado Maior, e os membros do Conselho da Revolução. Segundo a análise que conjuntamente fizemos da situação, percebemos que não haveria qualquer hipótese de esperarmos tranquilamente o fim dos acontecimentos, de aguardar qualquer evolução...

EXP. — Em suma, de tentar, mas não vez, resolver politicamente o assunto?

M. S. — Exactamente. Percebemos que isso não era mais possível, e decidimos passar à actividade, utilizando-nos evidentemente da única força que nós sabemos desde sempre que está inteiramente ao lado da maioria e completamente às ordens do Presidente da República, sem a mínima hesitação. Dado o aval do general Costa Gomes para que essa força fosse utilizada, foi logo ali criado, no Palácio de Belém, um grupo de comando provisório, chamou-se o coronel Jaime Navez, e montou-se a coisa. Decidimos que a primeira

operação a levar a cabo seria precisamente a do GDACI, onde se encontrava a entidade com mais capacidade de decisão dentro da F.A., pelo impacto psicológico que proporcionava, e porque restabelecia a cadeia de comando da F.A.

O papel de Pinho Freire

EXP. — Entretanto, conta que o poltrão general Pinho Freire, tomou parte activa no comando das operações do seu próprio salvamento...

M. S. — "Esqueceram-se de facto de um premonitor, que viria a ter uma importância fundamental no desenrolar de todo este processo: deixaram o general Freire com um telefone no quarto. A partir daí, ele, aproveitando-se da situação, contactou com algumas unidades e tomou algumas medidas que viriam a ser definitivas, como se veio a provar, nomeadamente a ida de todos os meios de transporte que nós tínhamos no ABI para o Norte.

Entretanto, uns dias antes, ele também se tinha apercebido que talvez fosse conveniente afastar da zona de Lisboa algumas milícias livres, os Flats e alguma helicóptero, mandando reforçar o destacamento que nós temos na Cortegaça; estas decisões foram factores decisivos na resolução de todo este caso, porque os meios aéreos de que falei, possibilitaram que passássemos rapidamente a contra-ofensiva.

Também gostaria de fitar o papel das populações, nomeadamente em Monte Real, onde se juntaram milhares de pessoas à roda da Base. Tudo isto, mais o facto de terem sido "corridos" do GDACI e de terem sido presos uns tantos conselheiros para que os paraquedistas começassem a demobilizar.

Nós não quisimos utilizar a força e, por isso, tem havido uma certa lentidão em resolver alguns dos problemas que se nos apesentavam. Além disso, houve

outras pessoas que continuaram a manipular e a dar dados falsos, na base do "aguentem, vem aí reforço, etc."

EXP. Quem, por exemplo? Militares? Civis?

M. S. Ambos. Temos informações neste momento, por exemplo, de que, a dada altura, o pessoal de Yanco já estava disposto a acabar com aquela guerra, e apareceu lá o Zezé Afonso acompanhado de uns elementos do MDP de Torres Novas, que se introduziram na Base, argumentando com reforços, que vinham ali, aliciando-os com um destacamento de fuzileiros que estaria prestes a chegar, etc. Claro que perante isso, os homens que já estavam para se render, sem tentarem de saber da veracidade ou não daquelas informações, e ficaram logo mobilizados outra vez. E é assim, que eles tem tentado aguentar a situação. Pensei que, no que nos dá respeito, à Força Aérea, a situação de todas as Bases é perfeitamente normal. Há muitos paraquedistas que já se entregaram, apareceram mistos na Cortegaça, que foi o sítio onde eu activei a Base que viria a substituir a Base Escola nesta altura, e dão-nos inclusivamente informações, ajuda, etc. Portanto, só nos resta aguardar a rendição de Yanco. Para isso, continuamos psicologicamente a pressioná-los através dos diversos comunicados, desmistificamos certos boatos, etc.

EXPRESSO — Há há um prazo para essa rendição, um ultimato?

Continua na p. 4



Depoimentos, cronologia, discursos, detenções

M orais e Silva:

**A nossa preocupação
neste momento
é clarificar, acalmar,
estabilizar**

Continuar no pág. 3

M.S.: Claro que esta situação não pode durar eternamente. Se eles continuarem numa luta desculpada, porque os manipuladores que se estão lá dentro continuam a influenciá-los, não já com a hipótese de reforços, mas agora assustando-os com ameaças do que lhes poderá vir a suceder, nós não poderíamos suportar isso, como disse, muito mais tempo, e terrenos que lá há.

EXPRESSO: O que se pode esperar "per lá lá"?

M.S.: Vamos lá com os meios julgados necessários para esse efeito específico. Penso que não se vai ver de amanhã.

EXPRESSO: Gostaria agora que se falasse dos elementos que está a ir para esta aventura, mais globalmente, isto é, que mencionasse não só os paraquedistas de Tanque, mas os outros.

M.S.: Os aproveitadores? Muitos deles eram da FA, alguns considerados revolucionários, que jogaram a sua cartada. Vieram em chamada aqui para a Região Aérea, para o Estado Maior, mas foi daí que davam as ordens para as unidades. E evidentemente que, quando aquilo começou a correr para o lado, foram os primeiros a fugir. O que interessa realçar, é que essas pessoas, logo que se aperceberam que tinha chegado a viragem, fugiram, o que em nada abona a (em) tre delas: foram uns cobardes, incapazes de assumir as suas responsabilidades.

EXPRESSO: Gostaria, que falasse um pouco mais da organização de toda a estratégia militar que envolveu as operações que já tiveram lugar. Quem, além do coronel Jaime Neves, comandou as operações?

M.S.: Quando tudo isto sucedeu, na manhã do dia 25, apresentaram-se, em Belém, o coronel Eanes e major Loureiro dos Santos chefes da equipa que há dias tinha sido nomeada para reestruturar a antiga 5.ª Divisão, acompanhados por outros elementos, o capitão

Vasco Lourenço, etc.

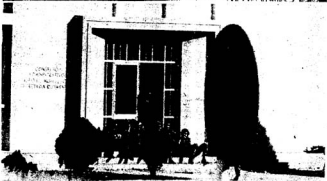
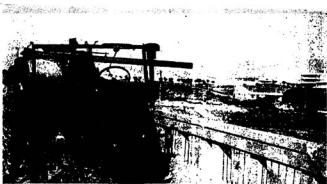
Ficou logo ali decidido que seria esta a equipa que, juntamente com o coronel Jaime Neves, iria fazer o planeamento inicial das operações. O coronel Eanes arrancou para o Regimento de Comandos, onde, em colaboração com Jaime Neves instalou o posto de comando; na Presidência da República, ficou o major Loureiro dos Santos que aí formou um segundo posto de comando, que funcionava como reserva do primeiro, mas também abrangia aspectos da campanha psicológica: comunicados, etc. A trabalhar com ele estavam também, o coronel Moura de Carvalho da F. A., o major Barroco do Exército, alguns elementos da Armada, etc. Foi, portanto, com base nestes dois postos de comando que as operações foram montadas.

EXPRESSO: E qual foi o papel do COPCON durante o dia 25? Desempenhou alguma missão operacional às ordens do general Otelo?

M.S.: O general Otelo foi informado pela Presidência da República do que se estava a passar e, antes de para lá se dirigir, passou pelo COPCON, onde foi sujeito a pressões de várias ordens, de alguns elementos que lá se encontravam...

EXPRESSO: Quais?

M.S.: Preferia não citar nomes. Essas pressões tinham como objectivo "apanhá-lo" para a tal operação... O general Otelo esteve com esses elementos umas duas horas, não cedendo e não alinhando em nada. Depois, dirigiu-se ao Palácio de Belém, para saber mais informações. Disto tudo resultou que as tropas do COPCON tivessem ficado numa posição um pouco dúbia para nós. À tarde, quando as coisas começaram a clarificar-se, o general Otelo começou finalmente a ter mais comando nas suas tropas, dando então ordem para que elas, que já há dias ocupavam lugares estratégicos (TV, Rádio, etc.) se retirassem, tendo sido logo substituí-



RALIS ANTES E DEPOIS DA RENDIÇÃO: "Há determinadas unidades, desde sempre consideradas revolucionárias — embora nós pensamos que elas, desde o início, nada mais fizeram do que contribuir para esta confusão — nomeadamente o RALIS..." (Morsis de Silva)

das por outras consideradas fiéis ao tal posto de comando.

EXPRESSO: E durante todo esse dia, qual foi o estado de espírito do general Otelo? Qual o seu comportamento nos Conselhos de Revolução? Como reagiu?

M.S.: Neste momento, posso dizer que ele está extremamente acobardado: talvez no seu íntimo, ele se considere em certa medida um bocado responsável moral por esta aventura de todos estes indivíduos. De resto, há tempos, quando eu comecei com todo este contencioso com os paras, cheguei ao meu conhecimento que esses indivíduos depois de devidamente manipulados, se dirigiram ao COPCON, a pôr-se às suas ordens, onde obtiveram garantias e apoios, — material, inclusive. — O general Otelo negou, mas eu fiquei sempre com dúvidas a este respeito, e cheguei mesmo a ter uma discussão com ele, durante um dos Conselhos, sobre este assunto. Posso dizer mesmo que o ataquei, tendo o general Pinho Freire feito o mesmo, fazendo-lhe ambos notar que o que ele estava a fazer consistia, ao fim e ao cabo, numa traição à Força Aérea, para além de ser uma ingerência no nosso ramo das F.A., e que não poderíamos aceitar isso de forma alguma.

Ora a conclusão que se tira é a de que o general foi completamente ultrapassado, — dal o seu acobardamento. Tentaram angariá-lo para esta golpada, e como ele não aceitou, marginalizaram-no. Hoje o COPCON está extinto e o general Otelo pediu já a sua demissão, tendo mesmo pedido que o deixassem descansar uns tempos. Quando se apresentar de novo, logo se vê...

EXPRESSO: E o general Fa-
bio?

M.S.: Está também muito acobardado. Sabemos que ele também foi muito pressionado por enviados desse pessoal para adentrar, e disto tudo resulta que este esteja numa posição muito difícil, sendo natural que acabe por pedir a a sua demissão.

EXPRESSO: Como última pergunta: e agora, senhor general?

M.S.: A nossa preocupação neste momento é clarificar, acalmar e estabilizar esta situação. Há determinadas unidades, desde sempre consideradas revolucionárias, — embora nós pensemos, que elas desde o início nada mais fizeram do que contribuir para esta confusão —, nomeadamente o Ralis, PM, EPAM, etc., onde ainda estamos a solucionar vários problemas, e uma vez solucionados dar-se-á curso ao tal inquérito para apurar devidamente todas as responsabilidades. Gostaria de não finalizar sem dizer que assim como no 11 de Março, houve um aproveitamento da extrema-esquerda, como todas aquelas medidas tomadas num ambiente psicológico nada propício (o que só veio a prejudicar todo o desenvolvimento do processo), agora não podemos cair no mesmo erro, à direita. Há que estar muito atentos, — e penso que o estamos — já se tendo o próprio C.R. debruçado sobre isso: não queremos saneamentos selvagens, prisões à baldá, aparecimento de novos oportunistas, etc. Não queremos isso de modo algum. Ninguem quer que isso aconteça.

Pude dirigir as operações enquanto estive preso

EXPRESSO: Conte lá, senhor general...

General Pinho Freire: A aventura do dia 25 foi menos excitante do que as pessoas pensaram! Dei-me tarde, na mesa da Força Aérea, em Monsanto, na quarta-feira, porque tinha havido Conselho da Revolução. As oito e pouco, foram acordar-me dizendo que a unidade estava cerrada, não sendo permitidas as saídas. Dado o contencioso que vinha do anterior e também dada a minha convicção de que o golpe de esquerda ia ser uma realidade — pois eu acreditava que as pessoas com rotação totalitária iam tentar tomar o poder — senti imediatamente que alguma coisa estava em curso e, como tinha os telefones no quarto, tinha mesmo uma espécie de posto de comando em alternativa no meu quarto...

EXPRESSO: Mas então estava dentro do quarto no seu quarto? Sem ninguém a vigiá-lo, e com telefones?

P.F.: Ainda hoje suponho que "eles" nem sequer sabiam que eu estava cá dentro na mesa. Pensaram, até às 3 da tarde, que eu estava aqui ao lado na Região Aérea, e que era lá portento que me iriam agarrar.

EXPRESSO: Para quem foi o seu primeiro telefonema?

P.F.: Para o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, a quem avisé do que se estava a passar. Seguidamente, e sempre pelo telefone, contactei sucessivamente várias unidades, para começar a executar um plano previsto para uma eventualidade deste género.

EXPRESSO: Um plano?

P.F.: Não se esqueça de que isto já vinha de trás. Já tínhamos a nossa activação lá em cima: Havia um destacamento formado, e, se víssemos mesmo, tínhamos reforço de um destacamento, que nunca ficou de resto tão reforçado quanto desejáramos, mas já tinha uma força bastante grande. E assim, verifiquei que Monte Real já estava ocupado que Tancos também, o que era lógico, que aqui também havia "ocupação", bem como no Montijo. Por outro lado, em Sintra, na se passava, nem no ABI, Portela de Sacavém, nem em S. Jacinto (Aveiro). Em consequência disso, pedi a estas últimas unidades que se mantivessem particularmente atentas, e fix desloca-los todos os meios para o Norte.

EXPRESSO: Que outros contactos fez, ao longo desse período em que esteve no telefone? Falou com a Presidência da República?

P.F.: Na Presidência da República, falei com o major Loureiro dos Santos, a quem dei conta da situação, explicando que se tratava apenas de 40 ou 50 homens, parecendo-me fácil, pois, levar a cabo qualquer operação que viesse terminar com o cerco a esta Região Aérea. A maioria dos contactos efectuados por mim, foi, no entanto, com as unidades, como já referi. Dei ordem para o ABI avançar logo para o Norte com os Boings e os DCs; gostaria de referir que, entretanto, foi aparecendo muito penal naquele aeródromo-base, que também seguiu para o Norte. Depois, foi tentado um contacto para saber se a lancha do Montijo teria ou não ido para a BA6 e, como verificássemos que não, foi mandado um emissário, o tenente-coronel Cardoso, segundo comandante da BA6, que se encontrava em casa, e a quem pedi que se dirigisse à lancha, com ordens aos oficiais e sargentos para que fossem imediatamente para ABI, onde a maioria deles, tomou lugar nos aviões e se dirigiu para o Norte. De Sintra, seguiu também pessoal e equipamento. Em S. Jacinto, verificámos logo que não havia o menor problema.

EXPRESSO: Portanto, estava preso, no seu quarto da mesa de Monsanto, e, enquanto isso, comandando as suas unidades, sem que nenhum dos atitudes se apercebesse! E até que hora esteve no comando dessas operações?

P.F.: Cerca das 15 horas, apareceu-me então um sargento paraquedista no meu quarto, que ficou indignado de me ver ao telefone: "Então o senhor está preso, e está ao telefone?"

"Porque não?" respondi.

"Agora já não fará nem mais um telefonema!" Respostei-lhe apenas que já não precisava de fazer mais nenhum; estavam todos feitos.

EXPRESSO: Durante o tempo em que esteve ao telefone, nenhum dos seus homens esteve consigo?

P.F.: Até ao meio dia, estiveram comigo o tenente-coronel Vasquez, comandante da Base 6, — foi até

ele que, tendo cá dormido na mesa, descobriu de manhã que a unidade estava cercada —, e o tenente coronel Bispo, comandante de Grupo da mesma Base. Estes dois elementos ajudaram-me extraordinariamente em todos os contactos que foi necessário fazer, e conseqüentes tomadas de decisão.

EXPRESSO: E depois duas horas?

P.F.: Entretanto, nas várias conversas que fomos mantendo, os tofs. chegou-se à conclusão que eles fariam mais falta no Norte, e que era para lá que deviam tentar dirigir-se. Punha-se pois o problema de saber se os deixariam ou

não sair, risco que decidiram correr. Afinal, verificou-se que saíram tranquilamente da unidade, sem que ninguém lhes tivesse sequer dirigido a palavra! E lá seguiram logo para o Norte, por meios próprios. Como de resto, o fizeram outros oficiais...

EXPRESSO: Quais, por exemplo?

P.F.: Alguns, e quase todos por iniciativa própria. Cito o brigadeiro Lemos, que veio depois a sustentar o comando da Região Aérea Militar Norte, e o coronel Paulino Correia que ficaria como comandante da unidade aérea.



"Não percebo nada de política mas não estou manipulado"

EXPRESSO: E que se passou, a partir da altura em que lhe confiscaram os telefones e em que ficou vigiado?

P.F.: Bom, nesse espaço de tempo, que mediei entre as 15 e as 19 horas, estive guardado por três ou quatro sargentos paraquedistas, com os quais mantive aliás algumas trocas de impressões.

O elemento que se tinha indignado por me ver ao telefone, quando me descobriu (com grande espanto) tranquilamente no meu quarto, depois de iradamente me ter tirado os telefones do quarto, disse-me que não percebia nada de política, mas que eu escusasse de lhe dizer que ele estava manipulado porque ele sabia que não estava. Pedi-lhe então, calmamente que me dissesse como justificava o facto de, não estando a Base-Escola de Tanos sob as ordens do comandante da Região Aérea, não tendo nunca os sargentos-paraquedistas visto o comandante daquela Região Aérea, nem tendo inclusivamente nenhum deles, em altura nenhuma, enviado qualquer delegação para dialogar ou discutir

os seus problemas com o comandante da Região Aérea, como explicavam então estarem a deter esse mesmo comandante, dizendo ao mesmo tempo que não estavam a ser manipulados. Disse-lhes ainda que, quanto a mim, esta acção que levavam a cabo, não se enquadrava na "justa luta" dos sargentos paraquedistas para com o Chefe do Estado Maior. Afinal, estavam a deter um indivíduo que nada tinha a ver com o problema deles. Obviamente que estavam a ser manipulados. Foi isto que tentei explicar...

EXPRESSO: E quais foram os resultados práticos e imediatos dessa sua "explicação"?

P.F.: Ficaram, aflies, sem resposta! Principalmente os três ou quatro soldados que tinham assistido, mudos, ao meu diálogo com o sargento paraquedista que acima de tudo, queria que eu não o considerasse manipulado.

EXPRESSO: E, depois, o que aconteceu?

P.F.: Cerca das 19 horas, alguém chamou os elementos que acompanhavam a minha guarda, que acto contínuo, desataram a fugir pelo corredor.

Eu vim atrás ver o que se passava e não tardei a perceber: era o coronel Jaime Neves que chegava...

EXPRESSO: Al, descanou...

P.F.: Já não havia nada a temer. Fiquei descanado.

EXPRESSO: Gostaria que contasse a "entrada em acção" do coronel Jaime Neves.

P.F.: Entrou na unidade, à segunda coluna, de megafone, anunciando que a unidade estava a ser cercada e exigindo a rendição imediata de todos os revoltosos. Depois rodeou tranquilamente a unidade, numa operação que durou meia hora, três quartos de hora o máximo e, ao fim desse tempo, tinha a situação totalmente dominada. Às oito horas, estavam os dois, tranquilamente no meu gabinete.

EXPRESSO: Quantos elementos dos paraquedistas tinham vindo ocupar esta unidade?

P.F.: Até às três horas, deveriam ser cerca de 40 ou 50. Depois dessa

hora, que coincidiu com a altura em que me descobriram e que perceberam que eu deveria ter feito alguns contactos pelo telefone, foram reforçados por uma chaimite e uma GMC, com carga de pessoal, alguns elementos do exército, que mais tarde se verificaram serem do Ralls. Com esta ajuda, o efectivo deve ter atingido cerca de 100.

EXPRESSO: Aquel da Região Aérea, não houve nenhum elemento que tivesse aderido?

P.F.: Havia. Um ou outro elemento, e a Polícia Aérea, mas no total eram poucos. Neste momento, passo até precisar que os oficiais responsáveis estão quase todos detidos, e as praças foram todas mandadas para a disposição.

"De estrelas no bolso"

EXPRESSO: Voltando à ação do coronel Jaime Neves, como se processou ela, a seguir à rendição dos paraquedistas?

P.F.: O pessoal todo que estava aqui na unidade ficou detido no refúgio, onde de resto passaram essa noite.

EXPRESSO: Falou com eles? Qual era o seu estado de espírito, o seu moral? Estavam acobardados, ou ainda revoltados e dispostos a ir por diante?

P.F.: Não falei com eles, mas soube que estavam vencidos, completamente derrotados. Se eles não tinham razão, como não haviam de estar vencidos?

EXPRESSO: E o capitão Paulino? Conta que era ele o "comando" da operação...

P.F.: Era ele e mais alguns sargentos da Comissão Coordenadora de Sargentos da Força Aérea, que estavam na Região Aérea. Eles eram os "comandantes da guerra". Até se dizia por aqui, que o Paulino já trazia as estrelas no bolso...

EXPRESSO: E o capitão Sobral Costa?

P.F.: Esteve cá logo na manhã do dia 25, com os pára, não havendo já a menor dúvida de que estava metido nesta aventura. Assim como, quanto ao major Costa Martins, também já sabemos agora que esteve aqui na Região Aérea, tentando mesmo aliciar alguns oficiais.

EXPRESSO: Onde estão neste momento, o major Costa Martins e o capitão Sobral Costa?

P.F.: Isso gostaríamos nós de saber... Há outro elemento, também da Força Aérea, inculcado neste golpe, o major Pereira Pinto, ex-elemento do Conselho da Revolução, e actualmente membro

preponderante do SDCI, onde era praticamente o braço direito do comandante Almada Contreiras, o que para além das restantes provas que já temos quanto ao total envolvimento do SDCI neste tudo, constituiria só por si, uma prova cabal desse mesmo envolvimento.

EXPRESSO: Já há uma estimativa de quantos elementos paraquedistas entraram activamente nesta operação?

P.F.: Foi praticamente a totalidade dos elementos de Tanos, embora, e isto pouca gente deve saber, tenha havido vários sargentos que se desolidarizaram e se vieram apontar aqui. Mas é preciso lembrar, por outro lado, que havia uma coacção muito grande, muito medo; não deixavam as pessoas sair, ter outro opinião, etc.

EXPRESSO: Mas, por isso mesmo, há os responsáveis, e os outros...

P.F.: Claro que sim. Há elementos muito responsáveis dentro deste processo, mesmo dentro dos sargentos paraquedistas.

Há mesmo aqueles que estavam legitimamente convencidos que estavam a defender a sua "bóia verde", como se costuma dizer.

EXPRESSO: Para terminar, gostaria que contasse o que sabe de Monte Real, das movimentações de populares, do que por lá se passou, etc.

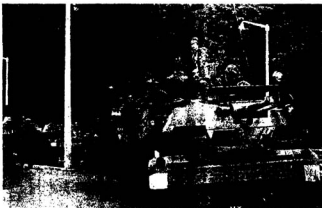
P.F.: Houve, logo de início, uma grande movimentação popular que foi feita espontaneamente, tendo por objectivo mostrar e demonstrar o vivo repúdio pela ocupação de Baze pelas tropas paraquedistas. Uma imensa massa de gente, acumulando-se em frente da porta de armas, e, segundo as informações que tendo ao longo do dia, estava mesmo muito zangado aquela situação.

Pinho Freire: "Zeca Afonso estava em Tancos"

Continuação da p. 3

A determinada altura, ficaram saber que a sua posição era irredutível, e que não consentiam que as tropas para que fossem salvas de lá, com as respectivas armas. Se desarmados. Al gemu-se alguma

confusão e foi preciso parlamentar daqui, com o comandante da Base de Monte Real, que por sua vez teve conversações com delegados daquela manifestação, no sentido de que as tropas abandonassem definitivamente aquela Base Aérea. Em Tancos, e ainda segundo as muitas informações houve uma espécie de jogo do vai-vem, quando os sargentos, já decididos a abandonar a base, depois da acusação do P.R., se dirigiram ao Regimento Al., encontrava-se o cantor Zeca Afonso que, entre outros civis, presentes us manipulou de novo, aliciando-os com algumas promessas de apoio que nunca vieram a ser cumpridas, e que os instigou a regressar de novo.



COMANDOS EM MONSANTO: Pinho Freire soube que eles tinham chegado, quando os seus guardões fugiram

Eanes, Lourenço e J. Neves: falta de tempo

TAMBÉM contactado pelo EXPRESSO, o coronel Jaime Neves, lamentou não lhe ser possível falar mais demoradamente para o nosso jornal, alegando uma série de reuniões, não só no Regimento de Comandos como no Palácio de Belém. No entanto, diz: "não julgo ser possível que antes da próxima quarta ou quinta-feira, estejam criadas as condições para um total regresso à normalidade, na Região Militar de Lisboa, e por isso, não posso permitir o ingresso de nenhum civil, dentro desta unidade, antes dessa data".

Por seu turno, o general Ramalho Eanes, recentemente nomeado para o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, ao quem também contactámos no Regimento de Comandos de Amadora, invocou igualmente a falta de tempo, para uma conversa mais demorada, e remeteu para mais tarde, a análise que lhe pedíamos da actual situação política.

Igualmente, o brigadeiro Vasco Lourenço, novo comandante da Região Militar de Lisboa, se furtou a um depoimento, alegando estar muito ocupado por sucessivas reuniões.

Pezarat:

Tentativas em Bencatel e Monforte não tiveram apoio popular

NA MANHÃ DE quinta-feira, 26, o EXPRESSO, pediu ao brigadeiro Pezarat Correia, comandante da Região Militar do Sul, que se pronunciasse sobre o 25 de Novembro, bem como sobre a evolução da situação militar na região de que é comandante:

— A Região Militar do Sul tem forças empenhadas em actuar energeticamente, de modo a neutralizar todas as manobras contra-revolucionárias de carácter militar que ainda possam surgir. Estas forças encontram-se localmente em permanente actividade, no sentido de assegurar o normal prosseguimento da vida das populações, que de um modo geral se encontram calmas, vivendo e trabalhando como em qualquer outro dia.

Como insistissemos sobre quais tinham sido as reacções na Região Militar do Sul, ao longo do dia 25, disse-nos o brigadeiro Pezarat que houve efectivamente tentativas por parte de forças populares, nomeadamente em Bencatel e Monforte, de, ao longo de todo esse dia, levarem a cabo uma paralisação do trabalho. — Este movimento não teve a menor receptividade, não só nas populações, como por parte dos partidos políticos mais representativos. É a intervenção dos F.A., desmobilizando rapidamente as barragens nos locais referidos, foi o suficiente para desmobilizar os intentos dessa natureza, que pretendia impedir a restante população de se dirigir aos seus locais de trabalho. E acrescentou:

— Gostaria de deixar aqui bem explícito que, desde a primeira hora, todas as unidades respondem prontamente ao estado de prevenção a que foram sujeitas, e que agiram com grande prontidão de acção, quando a sua função, chamada, e isto, mesmo quando a situação ainda não tendia sequer

para a classificação que se veio a verificar mais tarde.

No clima um pouco indolente que se viveu nas primeiras horas, a resposta das unidades foi, pois, não só muito clara, como rápida e eficiente.

— Dê-nos já ainda o comandante desta Região Militar que, na noite de quarta para quinta-feira, manteve com os comandos de toda aquela região, uma reunião de trabalho, com o objectivo de fazer o ponto da situação, e ainda de que os comandantes colhessem os elementos necessários para poderem manter as suas unidades e respectivas populações, devidamente esclarecidos acerca do desenrolar de toda a situação. E a finalizar: "Estão as unidades e populações mobilizadas para recuperar sempre subvertidas ou fregadas que intentem ainda aliciar elementos mais desprezíveis."

Quanto ao brigadeiro Charais, comandante da Região Militar Centro, mais uma vez alegando uma total falta de tempo, remeteu o nosso jornal, para a entrevista que concedera momentos antes a um repórter da estação oficial, especialmente chamado, para esse fim.

Com efeito, disseram-nos fontes próximas ao quartel da região militar de Coimbra, e nosso brigadeiro, tem estado quase permanentemente em contacto telefónico com o Conselho de Revolução em Belém, e em sucessivas reuniões, aqui na unidade, com os outros comandantes militares. Como fossem muitos os pedidos de entrevistas, depoimentos, etc., tomou a iniciativa de chamar um repórter da Embaixada Nacional a quem deu uma longa entrevista sobre a actual situação política, fazendo o ponto sobre o estado da mesma, e dando a seu parecer pessoal sobre o modo como tem decorrido os acontecimentos.

Pires Veloso:

Deixar no vácuo os manipuladores

RECEBEMOS DO BRIGADEIRO PIRES VELOSO UM DEPOIMENTO QUE ENVIOU A NOSSO PEDIDO. ANTECEDIA-LO A SEGUINTE NOTA:

As prestigiado jornal EX-PRESSO. Fomos uma condição para esta publicação — que seja notado que o comandante da RMN pela autorização a SEKA e general CEM, António Ramalho Eanes, para a divulgação da presente proposta. Com os melhores cumprimentos. A. Veloso.

1. Procurando ser o mais breve possível diria que vejo a situação actual como o despertar de um povo, que viveu dezasseis meses embriagado por uma revolução que há muito aguardava e da qual

esperava a solução dos seus problemas e a satisfação dos desejos expressos pela sua esmagadora maioria, face ao surto de golpismos e aventurearismos que sistematicamente se sucediam com vista a impo-lhe soluções políticas para as quais não estava inclinado.

2. Penso que o significado mais saliente da grave crise, que esperamos esteja em vias de terminar, reside no facto de ter havido uma significativa demonstração da vontade do povo que soube apoiar com o seu esforço e os seus sacrificios aqueles que queria saírem vitoriosos e deixar no "vácuo" os que manipulados, conscientes ou inconscientemente, trilharam caminhos errados servindo interesses de minorias, sem dúvida dinâmicas e bem preparadas.

3. Quanto às perspectivas que se

oferecem a... se soubermos... oportunidade para... responsáveis, embora... sempre com humanidade... adquirir a autoridade abalada... reestruturar as forças armadas, e, enfim, resolver com firmeza e decisão um conjunto de problemas de prioridade incontestado deixando o governo governar poderosamente, contando com as inúmeras qualidades do nosso povo, mais uma vez demonstradas, ter "a casa arrumada" e, mais fortes, mais unidos e conscientes, caminhar no rumo dos grandes objectivos nacionais, que são, nunca é demais afirmá-lo, a garantia da independência nacional, e a construção do socialismo, numa sociedade livre e democrática, compatível com a idiosincrasia do povo português."



Cronologia dos acontecimentos militares

A CRONOLÓGIA exorta dos acontecimentos do golpe de 25 de Novembro e das acções militares que conduzirão à sua neutralização ainda não está devidamente esclarecida, incumbindo a sua elaboração a uma Comissão de Inquérito já em funcionamento. Procurando garantir o máximo de exactidão possível, o EXPRESSO esforçou-se por confirmar todas as informações que aqui se transmitem.

DIA 25

4 Horas — Tropas paraquedistas ocupam as instalações e os arsenais das BA 3 (Tancos), BA 5 (Monte Real), BA 6 (Montijo), o Estado Maior da Força Aérea, o Comando da Região Aérea, o GDACI (Monsanto), mais tarde, a base da Ota. As unidades de Lisboa, sob o comando do COPCON: Estado de prevenção rigorosa e imediatamente ocupam posições estratégicas. O COPCON solicita também ao CIAAC (Cascais) protecção anti-aérea, ordem que não virá a ser cumprida.

11 Horas — O Regimento de Comandos entra de prevenção rigorosa. Realiza-se uma reunião militar em Belém, onde estão presentes os comandantes das RM(Castro e RM(Sol, Rosa Coutinho e Figueira Soares, Moisés da Silva, V. Lourenço e Sousa e Castro. Pezarat assegura que o regimento de Extremoz pode enviar um esquadrão de reconhecimento se for necessário.

12.30 — Elementos do EMGFA deslocam-se do Restelo para o Regimento de Comandos, onde se estabelece o primeiro ponto de comando das operações contra os sublevados. À mesma hora, o Presidente da República classifica a operação dos paraquedistas de sublevação. Às 16.45 é decretado o estado de emergência na RML, desmoldando-se assim as operações militares sob comando directo de Costa Gomes. O CIAAC desloca-se para o Regimento de Comandos, libertando assim as quatro companhias sob comando de Jaime Neves; este realiza um briefing-plenário para as suas tropas. A EPC (Santarém) e a EPI (Mafra) iniciam movimento para Lisboa.

20 Horas — Ataque ao GDACI, reforçado com tropas do RALIS, que se rende sem resistência. Os Comandos são substituídos por tropas da EPI.

DIA 26

4 Horas — Mandado apresentar na EMGFA, Dixis de Almeida rende-se, confirmando a existência de um golpe e denunciando outros militares envolvidos.

8 Horas — Ataque dos Comandos à PM, porque três oficiais superiores dessa unidade se recusaram a apresentar-se no EMGFA, apesar das garantias dadas por Costa Gomes. Entretanto, unidades da Força Aérea ocupadas vão sendo abandonadas, encontrando-se os sublevados na Base Escola de Tancos.

13 Horas — A EPC ocupa o DGMMG em Beirós e aperta-se o cerco ao RALIS. O esquadrão de reconhecimento de Extremoz dirige-se para Setúbal, onde nada chega a suceder. Leal de Almeida, do RALIS, deseja entregar-se; civis impedem-no, mas, ao fim da tarde, os militares entregam-se. Apenas fica um foco de resistência na BE de Tancos, que será resolvido no dia seguinte.

Dois discursos no rescaldo

• P. de Azevedo: "pelo VI Governo ou pela aventura"?

NO RESCALDO dos últimos acontecimentos políticos, o Primeiro-Ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, proferiu um discurso, na noite do dia 28 de Novembro. Começou por fazer referência "aos actos de irresponsabilidade e de aventarismo que tinham ocorrido da rebelião armada", lembrando-se seguidamente sobre a quem proferiria "o triunfo da indisciplina militar, do radicalismo político, e da anarquia civil", para concluir dizendo: "é pelo que responde".

Ancuou depois que "o Conselho de Ministros, reunido nessa tarde, considerou estarem preenchidas as condições para poder retomar a plenitude da sua acção governativa" acrescentando, todavia que "resta saber se as forças políticas, e as fontes de informação em especial se encontram ou não conscientes de que não podem voltar a cometer os mesmos erros, que hoje milharão contribuintes, da rebelião armada", embora reforçasse que "ninguém fosse culpado sem prévio julgamento".

Finalizado o historial dos acontecimentos, o almirante Pinheiro de Azevedo, entrou na parte mais prospectiva do seu discurso, declarando que "a hora é de decisão". "M se desfilarem as Forças Armadas (...), "já se definiu o Governo (...)", "cabe agora aos partidos políticos, e aos cidadãos uma clara opção sobre se são pelo VI Governo, ou pela aventura".

A terminar, o Primeiro Ministro manifestou a esperança de "não voltar a ouvir que a responsabilização dos meus responsáveis não necessariamente é seguida, que a obtenção do crédito externo põe em causa a independência nacional, que o reconhecimento do povo português da liberdade e democracia, que as medidas de sustentação são inimigas dos trabalhadores, que o VI Governo, por se opor a todos os extremismos, é um Governo de direita".

Proferiu "nesta hora de reconciliação", os seguinte pacto: "Que o governo governar, os trabalhadores trabalhem, as forças armadas vigilem, e as instituições funcionem, e que a revolução avance".

• Costa Gomes: "A incipiência das relações com o mundo socialista"

NO DIA 29, o Presidente da República, general Costa Gomes, fez, por seu turno, um discurso, começando por afirmar, que "a profunda generalidade entre o povo português e a de uma comunidade político-militar e curto prazo, ao tendo ocupado no esclarecimento do povo, a verificação de uma mádoza manipulação de sectores de informação pública, ordenados para criar um clima tenso e angustiante que preceda os temporais políticos".

Mencionou depois que o "povo tinha tido um papel fundamental, por não se deixar manipular para o seu envolvimento na aventura golpista". Acrescentou que foi "distinta e localizada a participação popular nas tentativas partidárias ou sindicais de mobilizar o povo contra as forças que defendiam a liberdade e que esse mesmo povo "acertou o alvo e disciplinou-se nas medidas necessárias, incluindo o estado de sítio, tendo saído quase lá mesmo mais longe, e colaborando activamente na sua própria defesa", e que havia sido "a acção popular que subverteu as revoluções de Rua Adren de Monte Real".

Ancuou então "a situação militar reconhecida, e que a criação das Forças Armadas e agora mais do que nunca pelo afastamento de certas figuras, cujo idealismo revolucionário estava insadaptado à geografia, à história, ao povo, ao sentido de uma revolução socialista em liberdade".

Terminou afirmando que "havemos de vencer a incipiência das novas relações com o mundo socialista que o ambiente religioso nos oferece, e que se "vamos abertos a todas as ajudas amigas de ocidente e oriente de que bem necessitamos desde que não ameaçam a independência nacional". Apelo para a "condição de fidelidade e de dignidade que os portugueses têm de ter".

Corvacho e Metelo detidos

OS TENENTES-CORONEIS Eurico Corvacho (antigo comandante da Região Militar do Norte) e Baptista (ex-chefe do E. Major do Copcon) e o major Amaro Metelo (vice-Primeiro-Ministro do Governo Provisório) encontram-se detidos em unidades militares. Corvacho estava primeiramente no CIAC em Cascais, de onde teria sido transferido de helicóptero para outra unidade.

Também se encontrariam detidos os maiores Emílio da Silva (ministro da Educação dos IV e V G. P.) e Barão da Cunha (do COPCON) e o capitão João de Beirão.

De primeira lista de militares detidos em Castiela, perto do Porto, divulgada pela Região Militar do Norte, estavam os seguintes nomes:

Major António Augusto Caco Rosa; Major Nuno José Varella Rubin; Major Carlos José Campos de Andrade; Major Mário António Baptista Tomé; Major Eduardo Dinis Leitão dos Santos Almeida; Capitão-tenente Manuel Marques Pinto; Capitão Luís Pessoa; Capitão José Manuel Lopes Gameiro; Capitão Nuno Santos Ferreira; Capitão Francisco Manuel Geraldo de Faria Paulino; Capitão António Luís da Fonseca Pereira Modesto; Capitão José Rodrigues Andrade; Capitão Jerónimo de Deus Ferreira de Matos; Tenente Vítor Manoel da Silva Godinho; Segundo tenente Américo Rodrigues Soares; Segundo tenente Luís Carlos Vieira Ferreira; Tenente Ernesto Jorge Ferreira Cerja; Alferes João Manuel Roque Gomes; Alferes Char José Moura Silvério; Alferes Edmundo Emílio Mão de Ferro Martins; Alferes Flávio Sanches da Silva; Alferes Luís Victor Pereira Lima; Alferes Ernesto Manuel Pina Parracho; Alferes Alexandre Manuel dos Santos Pires; Alferes Joaquim Marques Rodó; Alferes João Manuel Ferreira Branco; Alferes António Manuel Rodrigues Moura; Alferes José António da Silva Gomes; Aspirante Albino Pedro Aaljo Lopes; Aspirante Cipriano José das Dores Ricardo; Aspirante Luís Manuel Álvaro Noronha Botelho; Primeiro Sargento Joaquim Moura Pedro; Primeiro Sargento Armados Martins Coelho da Silva; Primeiro Sargento Vítor Manuel da Cunha Leit; Primeiro Sargento João Armário Carrapato Saragoso; Primeiro Sargento José António das Dores Jacinto; Primeiro Sargento Ernesto Baptista Marreiros; Primeiro Sargento Amândio da Alegria Paizans; Primeiro Sargento Orlando Octávio Baidão; Primeiro Sargento José Gonçalves Moura; Primeiro Sargento Renato da Silva Dias; Primeiro Sargento Mário Armando Guilherme Correia; Primeiro Sargento Fernando Santos Orlino; Sargento Fernando da Silva Augusto; Furiel Amândio Gomes Carrons; Furiel José Alfredo Costa Rodrigues; Furiel Ernesto Martins Ramos; Furiel Abel Borges Esteves Lopes; Furiel João Carlos Lagos Guimarães; Furiel José Maria Valinhos do Nascimento; Primeiro Cabo Pedro Manuel de Sousa Figueiredo.

Desta lista os nomes mais conhecidos são os de Caco Rosa, Campos Andrade e Baptista Tomé, do R.P.M. Faria Paulino da unidade 5.ª Divisão, Dinis de Almeida do Bala e de três oficiais da Armada, entre os quais Marques Pinto do S.C.D.I.

Antecedentes: paraquedistas

O caso dos 123 oficiais paraquedistas projecta luz no 25 de Novembro

SITUAÇÃO que hoje se vive na Base dos Pará-quedistas de Luanda, é anormal: anormal do ponto de vista militar, como organização funcional de uma unidade. Deles saíram, como de conhecimento geral, 123 cartas, facto que veio provocar muito na opinião pública e que se veio a ser comentado nas mais diversas formas. Há uma grande ansiedade em saber o porquê de tudo isto. Como é que isto aconteceu? Esta situação resulta, não se entende, da tentativa de separar as Forças Armadas para esta que faz parte de uma estratégia habilitemente montada, aparentemente seguida e explorada só nos seus pormenores. Não há dúvida nenhuma em fazer esta afirmação, pois há exemplos e a provam: o caso dos soldados e que inteligentemente Jaime Neves e, em tempo oportuno, soube repórter na sua sede e, finalmente, tirar o melhor partido da situação que imediatamente lhe fora criada para uma determinada facção política que vivava, fundamentalmente, na mesma situação, que hoje, temos na Escola de Oficiais Pará-quedistas, em Tancos.

Isso tudo para provocar a apreensão a que acima referimos... Jaime Neves soube usar, com energia ousada, as forças desse mal-estar e a intensidade dos acontecimentos e para preservar, a todo o custo, o silêncio e a coesão da F.A., para operar um volte-face na si-

tuação que essas correntes políticas pretendiam manipular".

Estas palavras são do capitão para-quedista António Brás e foram publicadas pelo EXPRESSO em 22 de Novembro, integrado numa mesa redonda com mais quatro participantes, entre eles um soldado-aluno, primeira peça de um processo que o nosso jornal pretendia desenvolver ao povo português e que foi interrompida pela suspensão dos jornais. Agora que o caso "para-quedistas" se coloca à luz do dia e é notória em todos os jornais do mundo, julgamos ser necessário situá-lo na história, à luz dos acontecimentos que o antecedem.

Como os leitores estão recordados, 123 oficiais deixaram a Escola das tropas para-quedistas de Tancos, seguidos pelo seu comandante atitudes tomadas depois de um Plenário a que presidia o general Moraes e Silva, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, quando interveio um soldado, chamando O CEMPA burguês e que nada tinham a ver com ele, nem com os restantes soldados incitando os seus camaradas a segui-lo. O general Moraes e Silva deslocara-se à Tancos para explicar em Plenário o caso do silenciamento do Rádio Renascença, silenciamento esse operado por uma companhia de intervenção de para-quedistas, aquartelada, no Lumiar, mas ligada à Escola-mãe de Tancos. Esse Plenário havia sido boicotado pelos argentes, que, entretanto, se reuniram no outro local.



Otelio com Vasco Lourenço. Na foto Vasco Lourenço aponta para uma local do EXPRESSO onde se falava de Vasco Gonçalves em repouso na praia. Otelio foi um dos que mais contribuiu para a queda de Vasco Gonçalves. Pouco tempo depois diz que Vasco Gonçalves era um autêntico revolucionário e segue-lhe as passadas embora sem a estrutura ideológica do ex-primeiro ministro.



Tropas do RALIS pronunciam de punho cerrado uma fórmula revolucionária de juramento de bandeira com Dinis de Almeida à cabeça. Poucos dias depois na iminência do perigo, Dinis de Almeida foi o primeiro a entregar-se, abandonando as tropas.

CASO Jaime Neves

Na últimos dias de Julho deste ano desenrolou-se nos Comandos Insurgentes um processo que teria o primeiro e único o afastamento de Jaime Neves dos Comandos Insurgentes, juntamente com o sr Lobato Faria, segundo comandante, capitães Rubeiro e Sousa, Falcão, Ferreira da Silva, Jaime Neves, tenente Moreira e srs Falcão e Coutinho. Jaime Saraiva de Carvalho, um de conversar com o grupo oficiais e soldados saneadores, não se imediatamente contra Jaime Neves, dizendo-lhe que tinha sido a confiança dos seus ins. Mais tarde, porém, depois de ir a outra parte, fez auto-crítica voltou com a palavra atrás, não que estava disposto "a ser sus galões por Jaime Neves" acabaria por ser reincluído no Comando do mesmo bem como os outros ins. Os saneadores tiveram de voltar a Unidade, depois de aberto o seu tipo de actuação. Na 1 de Agosto último, todos os ins se ocuparam do caso Jaime Neves através de primeira mão, emitindo sobre o mesmo uma comunicação da 5.ª Divisão do EMGFA. Jaime Neves, acusado pelo EXPRESSO de ser o "golpe" havia sido

manobra de um determinado partido. Foram estas, entre outras, as palavras que então nos disse: "Este golpe está absolutamente detido com firmeza como sendo dado por determinado partido. Sabe-se que os três oficiais que o comandaram são prisioneiros do mesmo Partido. Teriam mobilizado certas forças civis, nomeadamente a SOREFAME, as quais estavam prontas a intervir se necessário fosse. Com essa intenção criaram um clima de insegurança e tensão no quartel, principalmente entre as praças, espalhando uma onda de boatos, segundo os quais eu ia tentar um golpe reaccionário e até teria já sido contactado na Unidade por um oficial americano da CIA e que tinha passado com essa intenção uma vitória ao Quartel. À noite, onde efectivamente passei com um capitão que trajava à civil e é pouco conhecido ali, pois apenas há se encontrou há cerca de 20 dias. Ainda segundo estas boatos, a Unidade seria atacada pelos RALIS e P.M., o que levou efectivamente as praças a armarem-se, não sabendo a grande maioria o que é que se estava a passar.

O "golpe" foi manipulado por três oficiais a que se juntou um quarto em segunda instância, sete furrúis e duas a três dezenas de praças. O efectivo da Unidade é de cerca de 850 homens".

Jaime Neves viria a dizer noutros

jornais que esse determinado Partido era nada mais nada menos que o Partido Comunista. Aparece em foco neste caso, entre outras forças políticas, o CDR da SOREFAME. Também em foco, além dos oficiais dos Comandos nos aparecem no caso o major Tomé da P.M. e Dinis de Almeida do RALIS. Desempenhou, porém, aqui um papel de primeira importância, como acozate externo da manobra contra Jaime Neves, o CDR da SOREFAME.

A propósito dos CDRs vamos assinalar mais tarde a uma luta surda entre os CDRs (Comité da Defesa da Revolução) ligados ao Partido Cunhalista e os Conselhos Revolucionários, com uma dimensão mais ampla, menos enquadrados ideologicamente, abertos a várias tendências da chamada esquerda revolucionária, mas, no fundo, de inspiração e dinamização PRP/BR. Essa polémica, no entanto, havia de desenvolver-se depois da formação da FUR em que começou por entrar o PCP. Mesmo depois de abandonar o PCP passou a servir-se dela, identificando-se a maioria das vezes com os furistas na sua prática política, não apenas no nível das manifestações de praça, as tais unitárias, mas inclusive no trabalho de fábrica. Estava, mesmo q acontecer, ultimamente, que o PCP andava a rebuocar da FUR, havendo quase chegado a

perder a autonomia de direcção, facto que pode servir de base para fazer uma das várias hipóteses possíveis sobre o golpe que vê os pára-queixistas na cabeça do cartaz.

Em 28 de Junho, por exemplo, vamos encontrar militares a tomaz abertamente a defesa dos CDRs contra os Conselhos Revolucionários de Operários, Soldados e Marinheiros. Caso típico e sintomático é Ramiro Correia, o chefe da extinta 5.ª Divisão, 5.ª Divisão essa que se colocou inteiramente ao serviço do Partido de Coimbra, como é do domínio mais que público. Ramiro Correia falou ao EXPRESSO EM 28 de Junho, respondendo à pergunta:

Qual a sua posição em relação aos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores e ao Comité de Defesa da Revolução?

Esta foi a resposta de Ramiro Correia:

"Quanto a mim, os Conselhos de Defesa da Revolução são aqueles a que o MFA está directamente ligado e, por isso, são os únicos que me interessam directamente referir". "Interessa-nos que os trabalhadores, todos os trabalhadores portugueses, encontrem formas unitárias de participação e pensamos que eles podem vir a superar certas divergências partidárias, que, muitas vezes, são hipertrofiadas até por questões de Informação. A participação dos trabalhadores na revolução pode processar-se a vários níveis. Por um lado, estes CDRs, motivam os trabalhadores em ordem a que participem na defesa da revolução a nível político esclarecem-nos através da discussão dos problemas económicos, sociais e políticos do país". E mais adiante "As

pessoas têm de ser motivadas para a construção deste país, mas em clima de serenidade. E chegou o momento de o fazer, o que implica um esclarecimento, uma autoridade e a participação dos Comités de Defesa da Revolução. Não me repugna também aceitar que esse Comité, em certos sectores, em certos locais, estejam preparados para lutar e defender, de armas na mão, os seus locais de trabalho contra acções contra-revolucionárias. Na realidade, vamos assistir ao progressivo armamento dos CDRs e até a treino de tiro de operários, e outros o armamento de civis não desagradava ao próprio Otelo Saraiva de Carvalho quando, a propósito das mil G-3 desviadas pelo capitão Fernandes, de próprio, declarou que as armas estavam em boas mãos, o que levantou acusa polémica contra o então comandante do Copcon. Também para Costeiras, oficial marinho da linha PCP, o desaparecimento das mil G-3 era de importância muito relativa. Mas, nesses últimos tempos, FLRS e PCPs, mal se distinguem, e Otelo, na sua proverbial ingenuidade e tropismo populistas sem qualquer visão científica do movimento da história, deixou-se emalhar por completo, sendo jogado, desastrosamente, em substituição momentânea do "companheiro Vasco-nós-somos-a-muralha-de-são". Vejamos as recentes manifestações com o actor José Viana na orquestração, em que tanto Otelo, como Costa Martins nos aparecem em grande evidência. Vamos ver, dentro em pouco, como Otelo e Costa Martins desempenham um seu papel de importância primordial no caso dos paraquedistas.

"Para-quedaistas" de Tancos sublevados em caso desastroso

Na Escola de Para-Quedistas Tancos era uma unidade quase toda, na noite de sexta-feira, das 21 horas era inventado o comando, com o coronel João Oliveira como primeiro-sargento e o tenente-coronel Almeida como segundo. O capitão Heitor - Almeida e o tenente-coronel Leitão desempenhavam funções de mediadores na solução do problema. Na noite, pouco mais de duas dezenas de sargentos além dos oficiais da "Comissão" e os seus chefes e escanço de tratadores de guerra. Os dois oficiais encarregados de assumir o caso insistiram que não deviam estar presentes jornalistas e só fossem a entrar na Base-Escola. A "Comissão de guerra" aguardava as disposições e, ao mesmo tempo, os chefes dos sargentos que se encontravam na Unidade sendo a entrega do equipamento a uma companhia do exército, em princípio, ficaria na guarda da guarnição. Decidiu manter eles próprios a unidade rejeitando a entrega ao exército enquanto a "Comissão" não apresentasse na Base-Escola "J" colocando-se à disposição da hierarquia constituída. Depois um avião decolava Tancos presumindo-se que se tratasse os sargentos para os seus vários diferentes. Estaria dentro do quartel aguardando os seus chefes se teria aumentado, ou que durante a tarde lhe foi feita oferta para passar à unidade abandonando o caso. Uma testemunha garante que o avião teria reportado a Base-Escola o mesmo acontecendo aos sargentos designados como chefes directos. Um jornalista do "Diário Popular" propôs imediatamente proporcionar a fuga

a alguns dos sargentos o que não foi aceite por eles. O 1.º sargento Vieira de Sousa, componente da Comissão, afirmava pouco antes de se apresentar na Base Aérea n.º 3. "Neste momento continuo convencido de que participo numa luta justa. A minha luta é justa e a minha acção esclarece-se no sentido de estar mais perto do povo a que pertence sem que me movesse a mais leve intenção partidária. Não sou dono da verdade mas acredito na minha verdade. E se esta mensagem é crítica e difícil para mim e para os outros não leveo mal e sim como uma homenagem. Estes firmemente convencido que este país e este Exército têm uma grande necessidade de chefes verdadeiramente honestos".

Outro primeiro-sargento, não pertencente à Comissão, afirmava por sua vez: "Que País constituímos nós que nos determinamos a importar tudo? Copiamos ideias sem mais de um século supondo que somos um povo desprovido de muitas influências distintas. Esquecemos as nossas características próprias? Não somos capazes de formar a nossa própria sociedade justa sem nos estabelecermos em detrimento do pensamento e interesses do resto do Mundo?"

O estado de espírito que reinava nos poucos elementos que permaneciam na Base-Escola era de desânimo mais do que de pânico. Comentava-se o desmoronar do espírito de corpo que presidia à acção dos sargentos para-quedaistas durante alguns dias. As praças tinham deixado a unidade durante a tarde e os sargentos, na sua maior parte, receberam passaportes para se apresentarem na Base de Cortiça entrando depois na situação de licença registada até à convocação por parte dos novos comandos. O coronel Oliveira nunca reuniu a meio da noite de sexta-feira dia

que estava encarregado de proceder à reestruturação da Base-Escola. Na quinta-feira o coronel Alcino Ribeiro, o pára mais antigo do País, estivera também na Unidade, como observador, segundo se garantiu em Tancos. Todos os acessos ao Polígono Militar estavam controlados por blindados de Santa Margarida e de Santarém. Vigilância apontada sobre veículos automóveis no sentido de detectar armas de fogo. Tancos, pela Base-Escola de Tropas Para-Quedistas encerrara, na sexta-feira, um dos vários capões da grade onde que ainda paira sobre o País.

Muitos dos pára de Tancos deixaram transparecer na desilusão que patenteavam, na sexta-feira, os Bos da verdade quanto à manipulação que esteve no bastião. Um veterano da "Boia Verde" interrogava-se: "Onde estão agora aqueles que aqui vieram prometer e destruir? Para primeira vez conversados que entrávamos desfiladamente no coração da revolução colocados ao lado do povo e próximo chilo de arde. O que é que fizeram as grandes ideias revolucionárias? Parece que tinham a desilusão como recusa. Orelas, Falcão, Costa Martins? Onde estão? Que fazem? Não são queríamos os para-quedaistas de lado popular. E quando se a verdade que os pára buscaram tanta verdade aqui, mais ontem do que hoje."

Escutámos muitos desabafos. Ouvimos nomes de gente importante no seio da revolução. Gente apontada como culpada de transportar os passaportes para os quartéis. Para a Escola-Base de Para-Quedistas também, embora se não dissessem claramente aos pára quais os objetivos que se escondiam no auspício da acção desrecolada. Distintas as dúvidas quanto à acção dos pára por geração espontânea.

CC

Otelo aceita 20 000 tiros por minuto

No dia 19 de Novembro publicava EXPRESSO, na primeira página, uma notícia subtitulada ao seguinte título: "Otelo solidaria-se com os sargentos de Tancoas". Depois de noticiar o facto que também o comandante da Unidade, coronel Calheiros, havia saído da Unidade no dia anterior, solidário com a posição dos 128 oficiais acrescenta: "a Base Escola de Pára-quedistas ficou, agora, sob o comando do major Pessoa, que é o oficial mais antigo. Aliás, este oficial, após a saída dos 123, havia sido recebido no aeroporto por um grupo de sargentos, à sua chegada de Londres, tendo imediatamente sido levado para o Copcon, onde o esperava a Comissão de Sargentos de Tancoas e alguns oficiais, entre eles, o ex-ministro Costa Martins.

Esta Comissão de Sargentos pretendia avistar-se com o general Otelo Saraiva de Carvalho, o que de facto veio a acontecer em reunião que se prolongou das 22 h à 1 da manhã. Segundo fonte digna de crédito, os sargentos declararam ao general Otelo Saraiva de Carvalho que só nele confiavam e que, por conseguinte, lhe vinham oferecer a sua força que se podia computar em 20'000 tiros por minuto. (Sic). Para estes sargentos Otelo Saraiva de Carvalho seria o autêntico militar de esquerda. O Comandante do Copcon, depois de ouvir a exposição, não se contentou com a paraquedistas faziam alguns cozes de jêhô" Notícias chegadas até nós e de boa fonte,

garantem que Otelo Saraiva de Carvalho prometeu aos sargentos presentes que asseguraria o suporte financeiro e administrativo da Unidade até ao fim do ano. Teria inclusivamente mandado montar rádios na unidade ligados directamente ao forte do Alto do Duque, serviço que foi executado em Tancoas, por um capitão do Copcon, um aspirante e um primeiro sargento. Além disso ter-lhe-ia oferecido material bélico".

Tudo o que acabámos de escrever foi-nos garantido por testemunha presencial.

Otelo desenvolveu toda esta actividade, sem dar cavaco ao seu camarada no Conselho da Revolução Moraes e Silva. Aliás o superior hierárquico dos páras era Moraes e Silva e não Otelo, o que não impediu este de meter uma cunha de fractura na hierarquia militar, agravando ainda mais o caso. Aliás o apoio de Otelo ia concedendo a iniciativas deste género fez, certamente, que a CO-DICE se colocasse sob a sua égida, por reconhecer no Copcon o pivô da revolução. Co-dice era ideologicamente (e não só)

5.º Divisão. Por outro lado, também o então general Fábilo, Chefe do Estado-Maior do Exército, declara, a propósito dos Suvs, uma outra criação dos oficiais da 5.ª Divisão, havendo quem lhes chamasse os saraivas e C.ª Lda. (alusão ao coronel Varrás Gomes) uma boa resposta de esquerda às tendências de direita dentro das Forças Armadas. Como toda a gente sabe, os Suvs eram uma organização horizontal dentro das FAs, que contestavam, permanentemente, os comandos hierárquicos quando não seguiam a sua orientação. As palavras de ordem das manifestações mais recentes eram



Fabião e Otelo quando condecoravam Jaime Neves vitorioso como revolucionário. Pouco tempo depois Otelo já na crista das manifestações, FUR/Pedpistas, havia de dizer que a Jaime Neves custava muito a compreender a Revolução.



Uma foto que hoje dispensa legenda.



"Reacionários fora dos quartéis" palavra essa de ordem gritada também nos ajustamentos em que participou o PCP, até com mestres seus no comando da orquestra (caço José Viana). A rádio e a imprensa, afecta ao PCP já considerava como reacionários Melo Antunes e Vasco Lourenço, para não falar de outros à sua direita ideológica.

Voltando, porém, a Costa Martins e à sua interferência no caso dos pára-quedistas quando estes iam colocar-se sob o comando do general Otelo Saraiva de Carvalho (note-se que Costa Martins, segundo gritou José Viana na manifestação do Terreiro do Paço contra o VI Governo, estava ali na tribuna porque tinha sido espancado, por acaso, na rua quando ia a passar e os operários forçaram-no a que estivesse presente) vejamos o que disse a 22

de Novembro o tenente coronel Ferreira Morais ao EXPRESSO: "Entrachei que sendo aliada o comandante da Unidade, na passada sexta-feira, o coronel Calheiros, encontro reunidos, num restaurante de Lisboa, o major Costa Martins e o major Pessoa, juntamente com o capitão Barbosa Pereira, que pertencem à Coordenadora da Força Aérea. Pessoa que, nesta altura, se encontrava em processo na costas dos oficiais, para de antemão preparar a posse do major Pessoa no comando das tropas pára-quedistas. Em relação com esse encontro e com o possível comando do major Pessoa, foi-me dito pelo coronel Calheiros que, consultado esse major, na sexta-feira da semana passada, para uma eventualidade de assumir o comando da Unidade, ele alegou doença declarando que não se sentia em condições físicas para o fazer. E que nesse momento estava doente.

Se ele estava doente, como disse na altura, porque razão é que lá é horas, se encontra num restaurante, em Lisboa, com o major Costa Martins e o capitão Barbosa? Deixo isto ao ar porque me faz uma certa confusão. Isto para além das notícias que já foram divulgadas de um encontro da Comissão de Sargentos com o major Pessoa, logo que ele chegou de Londres.

O "Caso dos Pára-quedistas", ou seja, o difrendo entre sargentos e oficiais que aqui estamos a analisar, actualiza-se, também, na nomeação de Vasco Lourenço para comandante da Região Militar de Lisboa, não apenas por uma questão de tempo temporal (isto contemporâneo), mas porque se influenciam reciprocamente e porque vemos as mesmas forças a actuar.

Mas essas notícias ainda estão muito frescas e foi-lhes dada muita publicidade e toda a gente se lembra como os oficiais furto-pecepistas rodeiam Otelo e secundados pelo mesmo tipo de jornais vêm para público gritar que Vasco Lourenço era rejeitado pelos comandantes da Unidade da RML quando o que é certo, pelo menos 12 deles que é já a maioria, não tinham sido ouvidos, nem achados.

Ainda quando estes doze chegam à fala com Otelo, o comandante do Copcon pode desculpa, arrependido do que anteriormente tinha sucedido ao dar o dito por não dito, e teria afirmado que não se demitia, então por uma questão de coerência, mas que se o demitiram não ocorreria reabilitação.

De todo este processo, a maior vítima foi o general Otelo Saraiva de Carvalho, figura grande do 25 de Abril, mas cuja falta de estrutura política o deixava à mercê de qualquer manobra de saber populista. Não empregamos a palavra revolucionário, mas populista. E estamos a recordar quando, há relativamente pouco tempo, diz aos jornalistas que se tivesse lido mais, se tivesse mais cultura política, poderia ter sido o Fidel Castro da Europa.

Voltando aos pára-quedistas e à tentativa de desagregar as Forças Armadas, o que se passou posteriormente e que os levou a uma aventura suicida, sem qualquer possibilidade de sucesso foi fruto de um processo de forças políticas que visam a conquista do poder através de golpes, para depois imporem o seu reinado de cima para baixo. Este mesmo tipo de acção provocou o levantamento dos camponeses do norte e centro do país, que analisamos em reportagem à frente.

Antecedentes: Rio Maior, greve das duas horas

O mundo agrícola (Centro e Norte) entra em força na cena política

O PLENÁRIO dos agricultores em Rio Maior foi por demais importante para o deixarmos no esquecimento. Não apenas o plenário, mas todos os acontecimentos que se lhe seguiram em que os agricultores do centro e norte a alguns do sul, demonstraram uma capacidade de mobilização capaz de se opor a todas as outras manifestações que foram desencadeadas

pelo país fora, sobretudo em Lisboa. O nosso repórter assistiu a uma parte significativa dos acontecimentos na madrugada de 25 e na noite de 24. Este texto devia ter sido publicado no EXPRESSO de 26 de Novembro, que não pôde sair para a rua. Não lhe modificámos uma linha. Por isso, onde se lê ontem e ante-ontem deve tomar-se como referência o dia 26.

UMA ACÇÃO desordenada aconteceu e na madrugada de ontem, na sequência de um plenário de agricultores, em Rio Maior, que congregou participantes de 11 distritos do país e vários conceiões e reuniu ali, segundo informações que cobremos no local (não estamos presentes ao plenário, por isso nos servimos de referências em segunda mão fornecidas pelos camponeses) entre 25 e 30 mil pessoas, de cunho marcadamente antipêquista, constitui um fenómeno político de extraordinária relevância, na medida em que vem demonstrar a capacidade de mobilização e acção efectiva sobre os centros vitais da vida nacional, até agora só reconhecida e própria dos meios industriais e operários. O fenómeno, segundo impressões que vão chegando até nós, obrigará os responsáveis políticos a novas equações de forças e talvez contribua decisivamente para uma clarificação da cena política portuguesa com a entrada em cena das massas campestres.

Foram cortados os acessos a Lisboa, a partir das 18 horas, começando o facto a verificar-se na Vila de Rio Maior que, depois se estendeu a outras localidades de modo a cortar o país, isolando a capital do norte e centro e cobrindo-lhe os abastecimentos originários daquela região: carne, leite, peixe, legumes, etc., bloqueando, inclusive, a via férrea do Oeste. Houve mesmo quem chegasse a pensar em cortar a luz eléctrica, por alturas da Batalha, o que só não veio a realizar-se, segundo nos disseram pessoas da comissão, por haverem pensado nos doentes dos hospitais que nãoariam atingir de forma alguma. Quem de Lisboa, ontem de ma-

drigada, caminhasse para Rio Maior, depararia com uma longa fila de vários quilómetros com vulturas ligeiras e pesadas a impossibilitarem por completo a circulação rodoviária e com uma população erdita postada à entrada de Rio Maior a explicar o que se passava e o que pretendiam com semelhante atitude. Pequenos portemoneses, porém, à margem da subsistência do problema da reforma agrícola, um dos temas fulcrais do Plenário dos Agricultores do Norte e Sul do País, indicavam o tónus político do acontecimento. Uma bandeira nacional içada em improvisado mastro por sobre uma camioneta de carga, dava ares de fronteira no terminus da extensa linha de automóveis.

Que quer dizer aquela bandeira, perguntámos nós a um grupo que ali se aglomerava a esmo, com moedas de varapaus? "Para aqui é Portugal e para lá é Moscovo". O para lá era a direcção de Lisboa. Com somes phorcosos, entretanto, era mimosado o general Otelo, não sem que um elemento da comissão acrescentasse, ao saber que eramos jornalistas: "Não há direito que o Rádio Clube Português esteja adizer que uma das suas redacções era a saída do Otelito da Região Militar de Lisboa. Esses tipos querem-nos fazer mal de propósito, não informando correctamente".

— Mas vocês estão de acordo com o general Otelo?"

"De maneira nenhuma. Nós queremos é que ele vá para Moscovo, já que é incapaz de estar ao nosso lado. Mas não pedimos ao Presidente da República para o demitir. Também é verdade que não podemos impedir a rapaziada de gritar: "A foíce e o manto na cabeça do Otelito". Mas isso era lá



Agricultores no plenário de Rio Maior

com a esperança que não o grama. Como ninguém aqui.

No plenário formou-se uma comissão de quatro elementos que se arlístou em Lisboa, com dois membros do Conselho da Revolução, Vasco Lourenço e Pizarra Correia, a quem entregaram as reivindicações que, por sua vez, se fizeram chegar ao Conselho da Revolução. Foi-lhes dada uma garantia de resposta no prazo de

seis dias. As exigências são feitas ao Presidente da República e giram à volta da reforma agrária que, contudo, não emjeitam, mas exigem uma sua reestruturação de acordo com as peculiaridades próprias de cada região. Também a pessoa do Presidente da República, foi tocada no plenário e em declarações de responsabilidade como as de João Manuel Casqueiro que disse: "Fique bem claro que o

bloqueio das estradas não é contra o VI Governo. Nós estamos, sim, contra o Presidente da República, contra os militares que dominam e controlam o poder político e que não fazem respeitar a vontade do povo".

A moção dirigida ao Presidente da República, que resume em si, o plenário dos agricultores dos 11 distritos e alguns concelhos do país, é do seguinte teor:

A moção dirigida ao Presidente da República

Exmo. Senhor Presidente da República: Cerca de 25 milhares de agricultores, reunidos em Plenário, em Rio Maior, depois de ter sido analisada a grave situação em que se encontra a agricultura portuguesa (que põe em risco a sobrevivência dos que trabalham e vivem da terra, e que, a curto prazo, conduzirá à fome de todo o povo português, a anarquia nos campos, as ocupações selvagens, o roubo e venda dos bens por outros produtores, a destruição do efectivo pecuário nacional, a manipulação por minorias partidárias nos campos e a violação do direito de exploração da propriedade privada — tudo isto tendo sido presenciado com indiferença pelos responsáveis deste país, tendo até havido a participação activa, quer por parte de funcionários do Ministério da Agricultura e Pecuária, quer de militantes de algumas Unidades.

Perante este quadro triste, sentem os agricultores ser seu dever salientar o povo português na pessoa de V. Exa. de que não estão dispostos a que essa situação se mantenha, pois conduzir-nos-á, a curto prazo, à fome, à guerra, e a nova ditadura, Amém, Edifícios:

1. A revisão imediata da Lei da Reforma Agrária com a revogação do decreto-lei que limita os 50 mil pontos;
2. Que sejam proibidas todas as ocupações selvagens nas propriedades que se encontrem cultivadas, dando assim garantias a quem semeou, de colher o fruto do seu trabalho;
3. Que seja feita a revisão dos casos de ocupação selvagem já verificadas;
4. Que sejam proibidas as distribuições de pessoal (inpositos unilateralmente pelos Sindicatos Agrícolas);
5. Que sejam dadas garantias de indemnização para os investimentos feitos e a fazer, de forma a permitir um aumento de produtividade nos campos;
6. Substituição imediata das

Comissões Liquidatárias dos Agrilhões da Lavoura por Comissões de Agricultores eleitos nas suas grezes agrícolas, que garantam o seu normal funcionamento e transformação em Cooperativas autônticas;

7. Definição imediata por parte do Ministério da Agricultura e Pecuária de uma política agrícola, de forma a que os pequenos não continuem a ser vítimas da manipulação partidária de minorias;

8. Que aos agricultores sejam reconhecidos os direitos de sua associação, regulamentando-se pelo seu manifesto partidário a dependência do PCP e estejam iguais direitos para as outras associações constituídas e constituírem;

9. Que seja imediatamente estabelecido o preço dos produtos agrícolas, de forma a garantir a subsistência digna e humana quem vive e trabalha na terra;

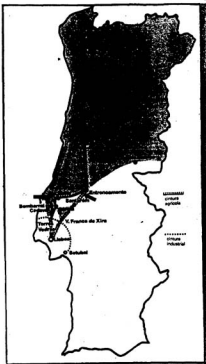
10. O pagamento imediato a produtores dos subsídios Campanha de 1974-1975;

11. O saneamento imediato dos técnicos do CRRA de Santarém pela responsabilidade nos factos ocorridos em Santarém e pela manifesta incompetência;

12. O saneamento imediato de todos os técnicos dos Organismos de Coordenação Económica e dos Centros Regionais de Reforma Agrária, de forma a que estejam de estar ao serviço de partidos políticos e passem a estar ao serviço dos agricultores e do consumidor;

13. O saneamento imediato do Secretário-de-Estado de Reforma Agrária, dr. António Bica.

Um dos oradores que usou a palavra no Plenário foi o Am.º Ezequiel Teles, que focou várias vezes os privilégios de que goza a cidade em relação ao campo. Disse em determinado passo: "A crise do mundo rural que atravessamos é devida a que os impostos que pagarem no interior do país não todos para fazer obras no interior das grandes cidades." E acrescentou: "Esta cidade industrial em que os operários têm todo automóvel, é feita à custa de todo o interior".



A cintura agrícola e a cintura industrial, o Norte e o Sul (as setas indicam os locais onde houve interrupções no trânsito ferroviário)

Greve das "duas horas":

o significado dum teste

HORAS ANTES duma tentativa de golpe de estado que visava abortar, num momento em que o Conselho da Revolução reunia com importantes debates a tomar sobre modificações nos comandos militares, o Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial — imediatamente secundado pelo PCP, MDP, Interindustrial e sindicatos da mesma linha política — lançou a palavra de ordem para uma greve geral de duas horas.

Numa primeira apreciação,

ainda que superficial a convocação de segunda-feira passada, na altura interpretada como uma "greve-aviso", constituiu um significativo fracasso para os seus promotores. Nos principais centros populacionais, à hora a que se previa a paralização, a vida decorria normalmente, sem que se notassem movimentos anómalos. Manifestações convocadas ao Porto, Coimbra e Beja, demonstraram já um poder de mobilização muito reduzido por parte das forças políticas afectas ao PCP.

De qualquer maneira, em algumas zonas da cintura industrial de Lisboa e no Sul do País verificou-se uma maior adesão a esta luta.

Entretanto, embora a Comissão Directiva Regional da Função Pública tenha exprimido o seu apoio à convocação, sabe-se que a esmagadora maioria dos funcionários públicos trabalharam durante todo o dia, contrariando assim esta posição.

Em algumas empresas que

entram em greve, estiveram presentes nos pickets, onde usaram da palavra, milhares da linha gongalviana, como aconteceu, por exemplo, na Lamas e na CUF.

Os pontos mais focados, nas regiões aprovadas pelos plebiscitos dos trabalhadores que apoiaram esta luta, foram as exigências de dissolução imediata do VII Governo Provisório, as demissões de Jaime Neves, Pires Veloso, Albino de Magalhães e Morais e Silva, a saída do FPD do Governo e a formação de um governo de esquerda.

Aviso do PCP

Para já, um posto curioso a considerar, é o facto de o PCP se ter substituído a si próprio e à Interindical, como instrumentos de iniciativas para lutas, pelo Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da CIntura Industrial de Lisboa.

Uma vez provada a dependência partidária da Central Sindical, que já ninguém duvida, o que decorre valeu os fracassos das suas últimas mobilizações (recorde-se a greve parcial de meia hora, em meados de Agosto, ainda no tempo do V Governo Provisório, que tanta polémica levantou na altura, sujeitando-se a um apoio bastante crítico de certas organizações da chamada esquerda radical) o PCP, fazendo questão no "rígido apartidarismo" do SPTCTIL, passou a utilizar este organismo como ponto de partida para as suas mobilizações.

Não, esta tática proporcionou-lhe já importantes triunfos em momentos extremamente delicados na medida em que, com o argumento e a face de apertado o PC passou a atrair os apoios de algumas organizações da Esquerda radical. Foi o caso da grande manifestação do Terreiro do Paço, com a qual o PCP pretendeu pressionar uma modificação no elenco governamental, modificação que obviamente significaria a sua consolidação nos centros do poder.

Mas a explicação do feito numérico do Terreiro do Paço, está, necessariamente, na mobilização geral, em que teve particular peso a zona silenciosa, e a adesão de "certos aliados".

De resto, isso reflectiu-se na última manifestação em frente do Palácio de Belém, onde o número de presenças foi bastante mais reduzido. Mas também aqui se pretendia pressionar o Governo, só que, desta vez, as presenças pareciam não terem surtido o efeito desejado. O discurso vago de Costa Gomes não satisfaz as cópias



promotoras da manifestação, e estas mostraram-se impotentes para evitar a demobilização que se lhe seguiu.

De qualquer maneira, a convocação para uma luta nos próprios locais de trabalho é bem diferente das manifestações que, através de distorções organizadas de massas, podem assumir aspectos bastante enganadores (veja-se as manifestações do tempo do fascismo, organizadas pelo Governo). E a nível nacional, nos próprios locais de trabalho, parece ter ficado provado que o PCP, mesmo com o apoio crítico de determinadas organizações da esquerda radical, tem uma implantação muito mais limitada do que se poderia esperar.

Isto poderá contrastar com a imensa demonstração de forças dos trabalhadores da Construção Civil, cuja direcção sindical é dominada pela linha PCP/MDP. Mas também aqui parece ter-se provado que os trabalhadores respondem muito melhor a mobilizações centradas sobre aspectos reivindicativos, atendendo assim às suas necessidades mais imediatas e presentes, do que a certas solicitações de carácter político, em que eventualmente se limitam a servir

de trampolim para o assalto ao poder de determinadas forças partidárias. Isso também ficou patente na manifestação da Construção Civil, quando os trabalhadores se recusaram a dar maior importância à luta pela demissão de certos governantes, como pretendiam alguns delegados sindicais, do que à exigência das suas reivindicações sobre o Contrato Colectivo de Trabalho.

Podemos, pois, concluir que o fracasso desta última mobilização do SPTCTIL, passa pela realidade da implantação efectiva do PCP (e seu aliado) a nível nacional. Se a intenção da greve era a de um teste final para a escalada, podemos afirmar que o resultado da tentativa de golpe de estado a que assistimos está perfeitamente adequado ao resultado daquela.

No entanto, isto não quer dizer que seja possível desprezar a força do PCP, muito especialmente por quem pretenda governar. De facto, o Partido Comunista, numa situação de oposição (ou mesmo de semi-oposição), com a sua implantação efectiva está, em princípio, em óptimas condições para desencadear lutas de reivindicações imediatas dos trabalhadores, para as quais não lhe será difícil obter úteis resultados no da Construção Civil. Este será o seu grande triunfo quando, estabilizada a situação militar, se sentir, vencido, à mesa das negociações com os outros partidos políticos.

Pedro D'Assunção

Apontamentos de reportagem

RALIS e a não resistência

A POSIÇÃO do RALIS no conjunto de ações militares que se materializaram no dia 25 de Novembro é indefinida nas 48 horas que se lhe seguiram. Rejeitando as disposições do poder de decisão militar a Unidade apresentava uma imagem de subversão que parecia não beneficiar do apoio da população dos seus efectivos.

Com um dispositivo de defesa própria montado no exterior, o RALIS teve o apoio de populações cujo volume variava segundo as várias vezes quando à eventualidade de assalto por parte de forças ligas ao Governo e ao Estado-Maior Geral. Durante a noite de terça-feira e todo o dia de quarta o dispositivo manteve-se, no exterior, enquanto cerca de duas mil pessoas se mantinham junto aos muros da unidade em atitude de apoio popular. Depois da saída de Luís de Almeida, na quarta-feira, se iniciou a desmobilização, tal como as condições climáticas, que contribuíram para a desmobilização das populações que se encontravam nas imediações. A meio da noite de quarta, os efectivos populares reuniram-se para pouco mais de cinco centenas de pessoas. Algumas das barreiras nos pontos de auto-estrada, e nas vias que negligiam a unidade eram parcialmente levantadas pelos soldados do RALIS, objectivando o esvaziamento de tráfego, principalmente ao fim da tarde.



SALGUEIRO MAIA NO RALIS — Um soldado disse que preferia ser atacado pela Escola Prática de Cavalaria do que pelos Comandos

As opiniões dos circunstantes divergiam. Havia quem lamentasse

que os soldados estivessem envolvidos numa acção de conseqüências

imprevisíveis, culpando o aventurismo de alguns oficiais. Por

outro lado, grupos partidários encorajavam os soldados a manterem a "defesa" da unidade prometendo maior apoio popular. Um dos soldados que integrava o grupo de defesa no exterior, circulando com a G-3 em bandoleira, afirmava que "já estavam cansados daquilo" garantindo que o melhor era "vir alguém para tomar conta da Unidade".

O dispositivo de defesa no interior mantinha-se, a meio da noite, com blindados colocados em pontos considerados estratégicos do quartel. Durante a maior parte do tempo as guarnições dos carros de combate não estiveram nos postos, o que leva a presumir que o grau de alerta no quartel já não era rigoroso.

Afirmava-se também que alguns oficiais do Quadro estavam na disposição de fazer a entrega da Unidade contra a opção de outra facção de oficiais. Avião "Fiat" da Força Aérea fez várias passagens de varrimento sobre a área da Unidade, ao princípio da tarde, motivando o completo debandar dos populares que ali se concentravam. Um helicóptero fez várias passagens de observação durante o dia, a baixa altitude. Um soldado dizia que se alguém tivesse que atacar o RALIS era preferível que fosse a Cavalaria de Santarém do que o Regimento de Comandos. Não se observava, contudo, qualquer determinação em resistir.

Expresso

15-12-01

7



EM FRENTE DO RI 11 DE SETÚBAL — Populares pedem armas, mas os militares não as deram



FISCALIZAÇÃO DE VIATURAS — O "acatamento por parte da população das medidas impostas" e "a tendência para a normalização a nível político-militar" reduziram a 4 horas (da 1 às 5 da manhã) o período de recolher obrigatório

R. P. Militar:

Das barricadas da noite às desilusões da manhã

A MADRUGADA de 26 viu-se de forma excepcionalmente agitada a Calçada da Ajuda junto aos dois aquartelamentos da Polícia Militar. A notícia da acção dos Comandos da Amadora em Movimento contra o GDACI, e justicieramente no sentido de libertar as cerca de 300 pessoas que se encontravam postadas junto a um dos acessos àquela unidade da Força Aérea, frente aos dois chaimites que o proibiam, acorrem milhares.

Várias barricadas com ferros, tápis de trênsito, canos metálicos, barros de madeira, etc. foram edificados em vários pontos da mesma calçada.

Frente às portas dos aquartelamentos da PM, muita gente (da zona e não só) se foi aglomerando, em casquinha polifónica, por umas horas, com soldados e oficiais do Regimento que se encontravam no exterior do mesmo, enquanto lá dentro eram tomadas as mais questionáveis medidas de segurança, com motobombas ligadas especificamente por cima dos muros de cerca de unidades acompanhadas por uma apertada cintura de vigilância humana.

A notícia (ou boato, na altura) de que estaria iminente a decisão de libertar os Comandos do "facista" Lúcio Neves sobre a PM, vindas de Movimento, circulou por várias vezes, dando lugar a certos períodos de acaloramento das discussões por parte dos pequenos e grandes grupos que ora se multiplicavam, ora se aglomeravam.

Entre as 1 e as duas horas da madrugada, um grupo de populares decidiu barricar a série para a direita do Regimento da PM.

Para tal, munizam-se de picaretas, pás e cachimbo de mão, deitam mão de tábuas, murelhas de cimento (de obras em curso na zona) e diversas outras coisas, e iniciam os trabalhos de abertura de uma vala a largura de 3 metros, aglutinando todo o material aqui referido com a terra retirada da mesma.

Decorrido por escassez de materiais, acabaram por derrubar (com a serrote) para completar a barricada que horas mais tarde espantadora do primeiro incidente sangrento sério da história do "25 de Novembro" e consequente recálculo.

OS TIROUS que atingiram os comandos teriam partido do antigo quartel de Cavalaria 7, do outro lado da rua, agora integrado no EPM.

Com efeito, a Polícia Militar estava na altura dos quartéis, em um frente do outro, e essa em a explicação que o facto de se chamarem mortos terem sido atingidos pelas costas. No edifício do extinto «Lanceiros 2», estava reunido em plena parada um plenário convocado pelo Comando da Unidade para as oito horas da manhã, «facto que prova a ausência criminosa dos responsáveis pela EPM», disse-nos um soldado, que



acrescenta: «pois se eles sabiam da existência do «últimatum» e tinham conhecimento que o prazo acabava às oito e que é que se chama isto? E até corre que eles sabiam do «últimatum» desde as sete e viste e não infuraram ninguém!»

Quando ao militar da PM morto durante os acontecimentos, foi atingido por uma rajada vinda da Direcção da Arma de Cavalaria (DAC) instalada num edifício contíguo ao do ex-Lanceiros 2; no intervalo entre os dois blocos ficava a porta do cavaleiro, que servia para o que em câlido militar se chamam os «desenfianços» (saídas da unidade sem autorização para

tal). A saída dos soldados da PM foi trágica: ferida desalinhada, saquinhos de plástico com roupa interior na mão. A GNR, mas, dava dispersar os soldados na porta da G3.

E os civis armados? Havia-os, mas, em boa parte, tratava-se de militares à paisana vindos de outras unidades e «depois de reacção, no meio do «grupos», ainda houve muito mesmo à civil que levou armas desmontadas».

Entretanto, como meio dissuasor máximo, os «Fistas» da Força Aérea sobrevoavam o quartel da PM.

Quando aos oficiais milicianos no primeiro momento detidos, apresentaram-se ao Quartel General da Região Militar de Lisboa, dizendo não querer servir sob as ordens de um tenente-coronel-entretanto chegado à Unidade; as causas deste comportamento radicalizaram-se no discurso proferido pelo novo responsável pela vida do Regimento, que aliás, se encontra acompanhado por oficiais do Quadro Permanente há tempos saídos, devido ao facto de não tolerarem o comando da «troika» Campos Andrade, Caco Rosa e Tomás.

Por outro lado, tudo leva a crer que se preparam inquirições com base nos serviços de informação da unidade, estando ainda detido um fuzil ligado àquela departamento. Durante o período em que os milicianos se encontravam presos, teria fugido um dos alegadamente responsáveis pelo «caso das armas de Beirolos».

Paraquedistas detidos em Santarém

SÃO DESTITUÍDOS de fundamento os rumores postos a circular quanto à tomada do quartel da Guarda Nacional Republicana em Santarém, por forças pára-quedistas sublevadas. O major Costa Ferreira, da EPC, contactado telefonicamente a meio da tarde de quinta-feira (27) esclarece que a GNR detivera quatro pára-quedistas e três ex-pára-quedistas, por violação às disposições de estado de sítio e recolher obrigatório. Infracção agravada pelo facto do condutor da viatura em que aqueles elementos se fe-

ziam transportar não possuir a licença de condução.

Os "páras" encontravam-se armados e estacionaram nas proximidades do quartel da GNR, sendo detidos sem resistência. Imediatamente principiaram a circular rumores de que uma força de pára-quedistas de Famos se deslocaria para Santarém visando a libertação dos detidos. A notícia não tinha qualquer fundamento, segundo informação do próprio major Costa Ferreira.

Entretanto, uma patrulha da Polícia Aérea da Base Aérea n.º 2

(Ora) deslocava-se a Santarém, devidamente comandada, para recolher os detidos que foram transportados sob protecção para aquela unidade da FAP. O major Costa Ferreira adiantou que a Escola Prática de Cavalaria, conjuntamente com as forças militarizadas, controla a situação militar na área de influência de Santarém. Confirma-se a presença ainda na área de Lisboa das duas sub-unidades da EPC destacadas para contrariar a sublevação que deu origem ao estado de sítio.

Dois "flashes" da tarde do 25 de Novembro

Comandantes militares (não) falam ao EXPRESSO

POUCO DEPOIS duma reunião na Presidência da República, que terminou cerca das 14,30 horas, em que estiveram presentes, além do general Costa Gomes, os brigadeiros Chazaras e Pizarar Correira, respectivamente comandantes das Regiões Militares Centro e Sul, bem como o capitão Vasco Lourenço, o EXPRESSO contactou o brigadeiro Pizarar Correira. Já no comando da sua região militar, em Évora, às 16,30 horas, Pizarar Correira disse "ser a situação no sul absolutamente normal, não se tendo registado até à altura nenhum problema local". Comentou igualmente, que no percurso Lisboa/Évora "não tinha notado nada de excepcional, encontrando-se toda a população a trabalhar." E acrescentou:

"O comando desta região encontra-se permanentemente ligado ao canal de comando de Lisboa, onde os centros de decisão acompanham, a cada passo, o evoluir de toda a situação." Instado a definir a actual situação, o comandante da região militar do sul classificou-a como "uma acção contra-revolucionária, devidamente manipulada, à qual a maioria do povo português não aderirá de forma alguma". Interrogado também sobre o teor da reunião que mantivera em Belém com o general Costa Gomes, Pizarar Correira adiantou que "o Presidente da República estava ciente de que os militares que integram a referida acção em breve fariam a sua auto-crítica, desistindo dos seus intentos". Salientou no entanto, que de momento "não tinham sido tomadas medidas no sentido de

prever qualquer entrada em acção de forças militares ou militarizadas, de forma a pôr termo ao actual estado de sublevação de algumas unidades de paraquedistas."

Quanto ao Brigadeiro Chazaras recusou-se a fazer qualquer declaração por "não julgar oportuno, que num dia com as características do de hoje, o comandante militar da Região Militar do Centro, comentasse a situação político-militar." Deste modo, remeteu o EXPRESSO para o COPCON ou para o Estado-Maior General das Forças Armadas, para qualquer informação daquele teor.

No intuito duma maior clarificação — ou da clarificação possível neste momento, — o EXPRESSO contactou igualmente, cerca das 17,30 horas, o coronel Jaime Neves, comandante do Regimento de Comandos da Amadora, o qual no entanto se recusou formalmente a fazer qualquer comentário, alegando que "estava demasiado ocupado na sua unidade, para poder perder um minuto que fosse..."

À mesma hora, tentámos entrar em contacto com a Presidência da República, onde se encontravam em reunião o major Melo Antunes, o general Moraes e Silva, (chefe do Estado-Maior da Força Aérea) e o capitão Vasco Lourenço. Porém não nos foi possível obter qualquer informação, visto haver uma ordem segundo a qual "em estritamente proibido fazer qualquer ligação telefónica para a sala onde se encontravam reunidos os elementos militares acima mencionados."

Telefonema (às 20 h.) para o palácio de Belém

CERCA DAS 20 HORAS o EXPRESSO entrou em contacto telefónico com um dos Conselheiros da Revolução que se encontrava dentro do Palácio de Belém, em reunião com os restantes membros do Conselho, à excepção do comandante Alameda Contreiras, no intuito de obter mais pormenores sobre o evoluir da actual situação político-militar.

"Estaseis todos aqui, muito calmos..."

EXP: Todos? O general Otelo também? O almirante Rosa Coutinho? E o general Fabião?

Conselheiro da Revolução: Todos, menos o Alameda Contreiras que não sei por onde anda! Deve estar a chegar...

EXP: Quem assegura neste momento o comando militar da região militar de Lisboa? O general Otelo ou o capitão Vasco Lourenço?

C.R.: Nem um nem outro! O comando de todas as operações militares é superiormente dirigido pelo Presidente da República, e por mais ninguém.

EXP: Viram durante Clemente, há momentos na Televisão?

C.R.: Sim, viu a muita toda. São uns doidos, uns fascistas! Contrarevolucionários...

EXP: Está delineada alguma acção militar, no intuito de acabar com a ocupação da TV por parte das forças que neste momento ali se encontram?

C.R.: Está.

EXP: Uma operação que será levada a cabo pelos Coroados, segundo se diz?

C.R.: Isso não posso dizer... Tudo o que posso adiantar é que neste momento estão em preparação grandes operações militares... todas elas comandadas superiormente, como já referi, pelo general Costa Gomes, na sua qualidade de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

EXP: E o general Otelo? Qual é o seu estado de espírito?

C.R.: Está calmo... Tem estado sempre ao telefone...

EXP: Com quem? Era curioso saber isso.

C.R.: Com quem? Isso não sei, não estou lá ao pé para ouvir...

EXP: Portanto, tudo calmo?

C.R.: Não há mais envolvimento de tropas rebeldes, para além daquelas que já se conhecem. Repito tudo calmo.



Costa Gomes



General Costa Gomes num almoço com antigos alunos do Colégio Militar. Esta foto foi proibida pela Censura no EXPRESSO, poucos dias antes do 25 de Abril

«ACEITO perfeitamente os epítetos, excepto o primeiro. Realmente nunca foi um defeito da minha pessoa hesitar nos momentos graves em que me tenho visto desde quase a minha infância. Eis os epítetos: indeciso, titubeante e pouco brilhante.

Foi Francisco da Costa Gomes, Presidente da República Portuguesa e Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, quem assim falou de si mesmo no dia 20, em Belém, perante os manifestantes que protestavam contra o VI Governo Provisório.

«O nosso pai morreu tinha o meu irmão 7 anos, diz a sr.^a D. Idalina da Costa Gomes, irmã do Presidente. Isso não impediu, no entanto, que a disciplina e a ordem continuassem a ser os vinculos desta casa. Nossa mãe, uma amiga invulgar, era uma grande disciplinadora. O Francisco nunca foi um professor particular, que, apesar de não ser formado, chegou a ser director-geral do Tribunal de Contas...

Toucas vezes o Francisco irradiava exuberante alegria. Os livros eram o seu mundo. Na escola era excelente. A família era o que mais lhe interessava. E tanto assim era que só começava se divertir ou passeava. Vinha apenas a casa nas férias grandes. Não tinhamos recursos para esbanjar. Além disso, a morte de meu pai obrigou minha mãe a 10 anos de luto e as noites de consoada e da Páscoa nunca foram então festejadas. Lembro-me, como se fosse hoje, o seu dia natal. Nunca gostava que alguém o mandasse, sem razão... Aqueles que conviviam mais de perto connosco interrogavam-se perante a permanente tristeza de Chiquinho.

Sempre pensou em tirar um curso superior para abandonar a carreira militar e licenciou-se, sendo capitão, e com distinção, em Ciências Matemáticas e Engenharia Geográfica pela Universidade do Porto. Mas nesta altura foi chamado para altas funções... No seu tempo era dos poucos estudantes que saíam da sua terra e, uma vez por outra, gostava de se entreter a ver os da sua idade jogar à bola, no jardim da Maria Rita.»

A sua biografia oficial é muito mais seca: Nome: GOMES (FRANCISCO DA COSTA).

Posto: General.
Estado civil: Casado.
Carreira: De Cavalaria da Escola Militar; Do Estado-Maior no Instituto de Altos Estudos Militares; De Altos Comandos; Licenciatura em Ciências Matemáticas pela Universidade do Porto.

Principais funções militares que desempenhou: Chefe do Estado-Maior do Comando Militar de Macau; Membro do Quartel-General do Comando Supremo Aliado de Atlântico; Segundo Comandante da Região Militar de Moçambique; Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola; Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas no tempo de Cacetano, de que vinha a ser exonerado; Actual do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Funções públicas: Subsecretário de Estado do Exército no regime de Salazar; Presidente da República.

Condecorações Nacionais: Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito; Medalha de Ouro de Serviços Distinguidos com palma; Medalha de Mérito Militar de 1.^a Classe; Grande-Oficial da Ordem Militar de Avis; Comendador da Ordem Militar de Avis; Oficial da Ordem Militar de Avis; Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar; Medalha Militar de Prata de Comportamento Exemplar; Medalha Comemorativa das Expedições a Moçambique 1965-66-67; Medalha Comemorativa das Campanhas das Forças Armadas, Angola 1970-1972; Medalha Comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Condecorações Estrangeiras: Grande Oficial da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul do Brasil.

Tudo isto já diz alguma coisa de Francisco da Costa Gomes com uma infância, a que é necessário atender que, sempre presente, lhe vai moldando o seu perfil psicológico e os traços fundamentais, a actuarem nos subterráneos da personalidade, ainda hoje se manifestam. E aqui se enceta perfeitamente o capítulo relativo à hesitação. Na infância parece que não lhe era própria, a avaliar por aquilo que dele diz a irmã. E na idade adulta, sobretudo, agora, como Presidente da República, quando partidos e várias correntes políticas o punam nas mais diversas direcções?

Temos de confessar que, na realidade, o epíteto de hesitante lhe ouvimos aplicar muitas vezes. Mas não será porque cada qual desajura que o presidente se decidisse rapidamente e porque nos sectores militares, apesar de todas as vicissitudes, conserva um grande prestígio (quem tem prestígio deve exercê-lo), sendo dos poucos generais que não é de aviário e que já no antigo regime, em 1961, participara numa tentativa de derrube do regime salazarista, embora, depois, tivesse para as colónias onde se estabilizou em postos de comando na guerra colonial?

Quem é ideologicamente Costa Gomes? Para já conseguimos saber que é um homem religioso, a viver uma religiosidade em moldes católicos tradicionais, com uma missa ao Domingo a que não falha e a assistência esporádica de um sacerdote. Ainda não há muito «ofeis pelo facto do seu filho não frequentar a missa dominical. Tem Costa Gomes um filho único, que lhe nasceu quando já não era propriamente um jovem, com entranhado amor-paternal reflectindo mesmo as características de semelhante situação. Hoje é um militante «ferrenhos» da União dos Estudantes Comunistas. Especulou-se, durante muito tempo, sobre os seus amores com uma filha do general Vasco Gonçalves que, no entanto, parece não levar ao casamento, como se dizia nos novos círculos sociais criados com o 25 de Abril.

No aspecto especificamente ideológico é difícil catalogar Costa Gomes. Há dias, ouvi-me dizer que, enquanto estivesse a presidir ao destino da Nação, nada permitiria fosse feito contra as classes trabalhadoras. Assisti-

mos, depois, a um número do Partido Comunista e respectivos agregados à personalidade de Costa Gomes, uma constante nas manifestações mais recentes. Por isso não tem faltado quem veja no Presidente da República, forte tropismo pelo Partido de Cunhal. Em abono desta tese e os argumentos, por enquanto, são apenas do lado de fora, milita o facto de quando da sua nomeação para o alto cargo que hoje desempenha, o general Vasco Gonçalves, de cuja ideologia ninguém duvida, haver irrompido, na residência do primeiro-ministro em São Bento, em louvores elevados ao mais alto grau e naqueles desabafos tão característicos. Mas também vimos, na altura, Vasco Gonçalves dirigir-se a Raúl Rego com grande consideração, enquanto paternalmente repreendia os esquerdismos dos rapazes do Rádio Clube Português, que Vasco compreendia no quadro «estas verdades», por causa do tal sangue na guerra. E havíamos de assistir, algum tempo depois (lembram-se da primeira manifestação da FUR?) aos improprios ou palavras de ordem contra Costa Gomes e ao vitoriar do «Companheiro Vasco, adá somas a marinha de aço». Acontece até que o PCP saiu muito encabulado e a partir daí, dizem-nos, que se começaram a esfriar as relações entre Costa Gomes e Vasco Gonçalves. Este ficou a acenar à multidão, mesmo depois de Costa Gomes, visivelmente indisposto, haver voltado as costas. Não garantimos, porém, o esfriamento das relações entre Costa Gomes e Vasco Gonçalves. Sabemos, com certeza, é que elas eram de grande afectuosidade, desempenhando, por assim dizer, o Presidente em relação ao seu primeiro ministro, um certo equilíbrio emocional.

Voltando, porém, ao aspecto especificamente ideológico, estivemos convencidos, no antigo regime, que Costa Gomes era um liberal inclinado para o social. Nessa fase acompanhou o então general António de Spínola, suplantando-o mesmo, embora não fizesse alarde de tal atitude.

Era o matemático que sabia friamente equacionar as situações, enquanto o outro era o impulsivo romântico que amava gestos largos. Muita gente, então, ficou convencida que quando o general Costa Gomes fora demitido por Marcelo Caetano do cargo de chefe do Estado Maior General, após o aparcimento de «Portugal e o Futuro» e as peripécias posteriores a Caldas, o fora por sintonia com António Spínola. Quando foi precisamente o contrário: Silva Cunha, na qualidade de ministro de Defesa, chamara Francisco da Costa Gomes para que este lesse perante os oficiais superiores um discurso de homenagem e fidelidade ao governo. Costa Gomes recusou-se, alegando que não podia fazer-se porta-voz de uma fidelidade das suas tropas sem as consultar. Para Silva Cunha esta atitude era inconcebível e demitiu-o imediatamente; com ele depois, Spínola se solidarizou. Já aqui nesta atitude desponta com evidência o espírito democrático de Costa Gomes, bem conhecedor, aliás, do descontentamento que reinava nas unidades.

Quanto ao livro do general António Spínola, que para o tempo português constituia heresia e para o regime uma pedrada coveira, também Costa Gomes tomou uma atitude corajosa. Para que a obra fosse publicada era necessário autorização do superior hierárquico e do ministro da defesa. Costa Gomes leu o livro e sobre ele deu o seu parecer, não se limitando às palavras da praxe, tradução do velho "nihil obstat". Elogiou-o, manifestando a sua concordância. Já Silva Cunha não era da mesma tempera. Não tendo coragem de ir contra o general do monóculo, limitou-se a escrever: «não li o livro mas confio na opinião do meu Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas». E assim estava safo de problemas com os superiores.

Depois do 25 de Abril já tivemos a tentação de lhe chamar democrata-cristão, no princípio, depois social-democrata e agora socialista. Costa Gomes vai avançando conforme as aberturas. Isto nos parece a nós. Passando as situações até as esgotar: lembremo-nos da queda de Vasco Gonçalves. Maldosos dizem que é o divertimento do velho e sabido matemático que se delicia na lógica dos teoremas, elevando homens e situações à categoria da abstracção. Seria, neste caso, o cultor da política pela política, como quem cultiva a arte pela arte.

Contra o que acabámos de escrever, porém, avulta que Costa Gomes ama a beleza materializada em algo de palpável e cultivava afectivamente. Um exemplo aconteceu com sua mulher: Maria Estela Varejão da Costa Gomes. Conheceu-a através de um quadro do seu amigo e pintor, Medina. Quis que este lhe apresentasse o modelo em carne e osso. E casou-se. E teve um filho e dizem-nos que adora a família, como já lhe acontecia em pequeno.

No 28 de Setembro foi a serenidade em pessoa. Quando pelos corredores do Palácio de Belém, se acotovelavam os oficiais que, progressivamente, dialogavam com Spínola, na vã esperança de arrancar um estado de sítio que lhe permitisse o domínio absoluto, falando, em altas vozes, em levantamentos populares e de unidades, Costa Gomes pede um helicóptero e vai dar uma volta. E viu que as coisas não eram como Spínola as pintava.

Uma história para encerrar esta tentativa de perfil do general Costa Gomes. Não sabem se é verdadeira, mas como tal foi contada:

Um banqueiro dirigiu-se ao Bussaco para confabular com António de Spínola. Descreveu-lhe a situação financeira da sua casa de crédito com as cores mais negras. Que dentro de dias abrisse falência, se lhe não acudissem. Spínola chama os conselheiros e barafustou: «que não podia ser, que o caso tinha de terminar, que a culpa era dos comunistas».

O mesmo banqueiro dirigiu-se a Costa Gomes e conta a mesma história pelas mesmas palavras.

Costa Gomes respondeu-lhe: «Não se preocupe... deixe que o banco vá para a falência. Já não é o primeiro e ninguém morre por isso».

O financeiro, então, levantou-se e argumentou com abundância de razões que ainda podia salvar o banco, que a situação não era assim tão má.

AGUIAR, Joaquim

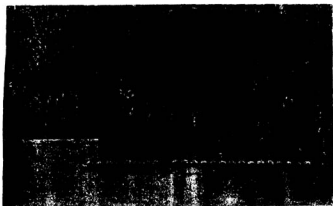
Análise militar, Conselho da Revolução, Estado de sítio

Da supremacia do comando militar competente à necessidade de apoio popular

Por Joaquim Aguiar

O FRACASSO DO GOLPE de 25 de Novembro não se ficou a dever a deficiente preparação dos sublevados (que alguns designavam por "militares revolucionários") nem a qualquer traição de algum dos implicados. O golpe foi derrotado pelo povo português que se recusou a pectar com esse aventureirismo e pela capacidade de comando que ainda existia nas Forças Armadas portuguesas, apesar de tudo o que se fez para a destruir. Esta segunda depuração do MFA que se segue à de 25 de Setembro, é conseqüência de uma renascença da unidade militar e das esperanças do povo português de que, finalmente, se poderão defrontar os graves problemas que se apresentam para o futuro imediato.

Esa será a principal indicação que se retira das palavras de Costa Gomes, de Pinheiro de Azevedo, dos conselheiros da Revolução que sublevaram, com o apoio dos comandos militares, dominar a tentativa anti-democrática que há muito se previa, como deixaram exposto em sucessivas declarações de aviso e em apelos à moderação. Muita coisa será possível esclarecer a partir de agora e certos ataques perderão todo o seu sentido, enquanto outros são agora claramente compreendidos à luz da investigação que se fará sobre os implicados, as suas acções e os seus apoios partidários.



A origem próxima do golpe

Tanto quanto é possível analisar com os elementos informativos disponíveis e pelas informações recebidas junto dos responsáveis pelo controle operacional e político das ações de neutralização da tentativa golpista, esta foi desencadeada de forma a coincidir com a tomada de decisão final do Conselho da Revolução sobre a nomeação de Vasco Lourenço para o comando da Região Militar de Lisboa. Essa decisão, que seria tomada na madrugada de 25, seria apenas a ratificação de uma anterior decisão, mas que tinha sido fortemente contestada por alguns comandantes da EML e, em particular por Saraiva de Carvalho.

Com o problema político-militar que assim se criou e com a ampla difusão que dele foi feita pelos órgãos de comunicação, seria intenção dos planejadores do golpe criar aí um tema de forte capacidade de mobilização popular que servisse, no momento crucial das operações golpistas, para neutralizar a ação das forças fiéis às autoridades legítimas.

Mas muito antes de se falar do afastamento de Saraiva de Carvalho da RML já estavam em desenvolvimento as operações preparatórias do que viria a ser o 25 de Novembro. Alguns membros do Conselho da Revolução consideravam mesmo que, a partir dos resultados eleitorais e, certamente, após o "documento do COPCON" (em resposta ao "documento dos Nove") e a constituição da FUR se deveria prever, mais tarde ou mais cedo, uma operação deste tipo. Aliás, isso foi várias vezes denunciado em declarações públicas e em análises feitas no Conselho da Revolução.

Por outro lado, recordam-se também certos factos que, embora noticiados, apareciam descoordenados, sem ligação concreta que se pudessem facilmente prever, mas que agora mostram toda a sua importância.

Assim, elementos do Conselho da Revolução recordam as ações desenvolvidas pelo Gabinete de Estado (aparentemente com a

intenção de definir condições para uma negociação política) e, em especial, o seu documento "Aviso-circular do MFA"; as reuniões que frequentemente se realizaram no COPCON, estando Saraiva de Carvalho presente em muitas delas; a soma dessas reuniões, em que estiveram Otelo, Fábis e também na sequência de CR, este último acabou por declarar que iria demitir-se do CR e por razões que só poderia comentar ao Presidente da República; recordam ainda as muitas reuniões que elementos da antiga 5ª Divisão realizavam regularmente, dedicando-se a planeios de trabalhadores de grandes empresas defendendo a

Ocupação das bases aéreas

Esa foi, facto, a acção inicial dos sublevados: a partir da Base Escola de Tancos, na madrugada de 25, os paraquedistas avançaram para as bases que estão mais próximas de Lisboa, controlam os acessos e ocupam as respectivas instalações.

Entretanto, tinham sido já retirados dessas bases alguns meios aéreos, mas não há dúvida de que os que restavam ainda tinham um potencial de fogo significativo, com rievo para os helicópteros e algumas armas. A base de Cortegaça, que estava a ser defendida por paraquedistas que tinham abandonado Tancos, acompanhando os 123 oficiais que se apresentaram no EMFA (e também seguiram para a Cortegaça), acabou alguns desses meios aéreos retirados das bases ocupadas, mas não era aconselhável a sua intervenção sem uma maior clarificação da situação na RML.

Na manhã de 25, ao mesmo tempo que se realiza em Belém uma reunião militar com o Presidente da República, no EMGFA preparam-se os primeiros dispositivos de comando para as operações de defesa da RML. De facto, já se tomara claro que o movimento contestativo dos paraquedistas tinha objectivos mais amplos do que a contestação de Morais e Silva ou Pinho Freire Iques, entretanto, estava detido em Monsanto, embora com acesso a telefones, através dos quais mantinha o Presidente da República ao corrente da situação.

Sabia-se que unidades de

necessidade da revolta armada, como aconteceu no âmbito do golpe, importante será também recordar os sublevados contestivos de membros dirigentes do SDCI com convocações agentes do MEDLF às provocações efectuadas à disciplina e colóquio militares, e os que não se tinham de sítio contestativos e pontos estratégicos dos paraquedistas, um processo retributivo de conteúdo pouco claro, mas que se radicalizou rapidamente e que, segundo fontes militares, tinha o objectivo fundamental de bloquear a capacidade operacional da Força Aérea, de modo a impedir que ela actuasse no momento em que o golpe fosse desencadeado.

Lisboa, sob comando do COPCON, tinham ocupado posições estratégicas: a AEM na estrada, ao aeroporto e a zona de Belrolas, ao mesmo tempo que reforça a protecção à unidade e começa a chegar civis; a EPAM ocupa a RTP; para o RCP vão tropas da PM, EMFA, Tron Alto e paraquedistas. Por outro lado, a Base da Ota é ocupada por paraquedistas. Ao princípio da manhã, o COPCON pedira ao CIAAC (Casaca) que garantisse a sua defesa anti-aérea, ordem que não viria a ser cumprida.

Cerca do meio-dia, oficiais presentes no EMGFA deslocam-se para o Regimento de Comandos, que estava de prevenção rigorosa às 11 horas (ocupando unidades do COPCON estavam já de prevenção rigorosa, desde que surgiu a questão do afastamento de Saraiva de Carvalho do comando da RML). Sabia-se também no EMGFA que Almeida Contreiras se tinha barrado de, pelo menos, dois oficiais que aí prestam serviço.

No entanto, prevalecia a opinião de que estas acções dos paraquedistas e das unidades do COPCON eram apenas provocações para forçar uma saída de unidades afectas às autoridades legítimas para, imediatamente a seguir, desfazer um golpe fracassado, que se supunha poder ser desencadeado com o apoio dos Puzos e a protecção de brigadas que, entretanto, tinham ido para o largo. Durante esta análise, os oficiais do EMGFA consideram-se prontos a ordenar a saída da EPC ou do esquadrão de reconhecimento de Estremoz que Puzat Cordeiro pusera entretanto à disposição da RML.

A declaração de sublevação

O mecanismo operacional de defesa só é acionado quando, em nota oficial, o Presidente da República classifica de sublevação a acção dos paraquedistas. A partir deste momento, a legitimidade para uma intervenção contra os golpistas está perfeitamente definida.

O comando das operações é instalado no Regimento de Comandos (depois haverá ainda dois outros postos de comando, um em Belém e outro no Estado-Maior de Estrada), onde se encontram Ramalho Eanes, o tenente-coronel Trindade (de EPD), o brigadeiro Vasco Rocha Vieira, o major Barroco, os tenentes-cordeiros Tomás Pinto, Costa Reis, Flaminio Miguel e outros oficiais. Em Belém, fica o major Lourival Santos com uma equipa que avalia a situação política e o comportamento dos órgãos de comunicação. Deslocando-se frequentemente entre o Regimento de Comandos e Belém, Vasco Lourenço, Mário Antunes e Sousa e Castro, estabeleceram a ligação entre os dois postos de comando. Castro e Costa, Costa Neves e Mota de Silva, fazem em Belém, a ligação com a Força Aérea.

Contudo, a situação é ainda de certa expectativa, na medida em que não há movimentos significativos de unidades e, por outro lado, a velocidade de progresso da EPC e do regimento de Estrada é necessariamente lenta.

A situação militar é confusa, pois só duas unidades de Lisboa, além das que se desenvolvem as

operações, são consideradas seguras os Comandos e o CIAAC. A supremacia pertence aos revoltosos e isso leva à elaboração de planos para a evacuação de Lisboa, e para o lançamento do contra-ataque a partir do Centro e do Norte, o que se traduziria inevitavelmente numa guerra civil.

Isto levou um dos membros do Conselho da Revolução a dizer: "Eles podem efectivamente ganhar, se lançarem agora e ataquem mas então teremos uma guerra civil."

As 15.30, começa no Regimento de Comandos uma reunião, em que Jaime Neves explica aos seus homens a situação. As 16.30 o Presidente da República decreta o estado de emergência na Região Militar de Lisboa, que virá mais tarde a transformar-se em estado de sítio parcial. Entretanto, tinha sido dada ordem ao CIAAC para se deslocar para Lisboa com forte concentração de material. As 18 horas, Durao Clemente, que ocupa com a EPAM os estúdios da RTP faz um apelo à população incitando-a a apoiar o movimento armado e a vir para a rua.

E a partir daqui que verdadeiramente começam as operações militares de grande envergadura. Este era o sinal de que as tropas já estavam à espera, pois logo a seguir a esta declaração não podia haver dúvidas sobre quem tinha efectivamente desencadeado o golpe. Para além da legitimidade militar que decorria de estarem sob as ordens do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, havia agora a legitimidade política para avançar em defesa da Revolução contra um grupo de oficiais anti-democráticos que não hesitavam em correr o risco de uma guerra civil.

Rápido desenvolvimento das operações

O passo fundamental das operações que estão se desenvolvendo de grande rapidez, contrastando com a anterior fase de expectativa, é o movimento do CIAAC para o Regimento de Comandos, permitindo a Jaime Neves desenvolver as suas operações penhas, na medida em que precisa de garantir a própria unidade.

Desenvolve-se então a operação, que é o ataque a Mafra ao GDACI, guardado por paraquedistas e por tropas do R

A operação era difícil porque estavam pouco populares (mas em muito número do que se previa) no planejamento da operação porque, se houvesse recebido guerrilha reforçada, criava condições para um ataque de paraquedistas que ocupava outras unidades e, sobretudo, os fuzileiros, que algumas fontes indicavam como prontos para atacar.

Numa tentativa de neutralizar este perigo, Sr. Carvalho foi aconselhado a manter-se em Belem, junto ao Presidente da República, numa instituição em homenagem ao COPCON, Costa Gomes, onde se preparava a questão proposta, que se desenvolveu em dois, forma par e íntima de relacionamento com a dada que se poderia ter desenvolvido muito grave.

Portm, a primeira operação de Comandos viria a desenvolver-se de forma muito favorável e por um conjunto de razões que os líderes militares, empenhados no comando das operações, não ficam do seguinte modo: a) a total capacidade militar dos Comandos, que paralisou qualquer resistência das unidades militares que estavam no GDACI, e a falta de mentalização das duas em presença; enquanto os Comandos sabiam exatamente que faziam e porquê, os paraquedistas e os soldados do RALIS tinham mais do que uma palavra de ordem avocando total falta de apoio popular, ainda mais demonstrado os fatores de Monsanto já que aparecia a proteção humana que estavam à espera, de falta de comando nos envolvidos, de baixa crendice e profundas divisões, incapazes portanto de planejar um conjunto completo de operações militares, acabando por vítimas da desorganização e da perda das Forças Armadas que eles próprios tinham

prolongamento das operações

Depois da manobra decisiva de libertação do CIAAC para o movimento de Comandos, entram em movimento a EPC, e também a EPI (Mafra) e uma coluna de soldados de Extremoz.

Quando os blindados de Cavalaria do Porto se deslocam para a base aérea de Cortiças, eles também colocados em situação de poderem avançar para ocupar posições na RML, unidades das outras três regiões militares.

Ocupado o GDACI, em consequência, os Comandos são novamente libertados para novas operações, sendo agora a sua constituição garantida pelo EPL. Durante a noite, registam-se algumas concentrações de soldados na margem sul do Tejo, sabendo que lhes fossem distribuídas armas e libertando os fuzileiros a apoiar os resultados. Na verdade, a intervenção dos dois mil soldados poderia ter alterado a situação, mas teria de ter sido decidido logo no início das operações. Ora que o movimento de tropas estava quase concretizado com a movimentação da Cavalaria, era já muito difícil alterar a situação.

Talvez por isso mesmo se vem a dar um pequeno golpe de teatro, com a rendição do major Dinis de Almeida que, mandado apresentar ao CEMOFA, confirma estar envolvido no golpe, sobre o qual dá alguns pormenores e afirmando ter sido traidor (acusação que depois se fez feita por outros militares envolvidos na mesma aventura). Entretanto, o comandante do RALIS afirma estar sob as ordens do CEMGFA, muito embora a unidade continue em posições de defesa e com elevado número de soldados armados no seu interior, que se realizavam reuniões com os soldados.

Mandados também apresentados ao Palácio de Belem, três oficiais da PM (Campos Andrade, Simão e Curo Rosa), depois de serem solicitados garantias de que não seriam presos, não resistiram o mínimo que lhes é feito por Costa Gomes, chegando mesmo a marcar um pênalti para a hora em que se deveria o prazo. Foi então dada ordem a Jaime Neves para ocupar a unidade, tendo este procedido imediatamente a por meios pacíficos de dois dos seus homens atingidos por balas. Durante o ataque inesperado, Jaime Neves mandou registar os seus homens em posição de ataque e invadir a unidade, onde encontrou soldados desarmados, completamente desorientados e abandonados pelos seus comandantes.

Pouco depois das 14 horas, entra em operações em Lisboa a coluna de Salgueiro Maia, que ocupa a cidade sem qualquer resistência, quando invade qualquer resistência de resistência do RALIS. A

partir desta fase, é apenas uma questão de tempo, sobretudo porque se começa a fazer sentir o efeito dos jactos que sobroem a unidade, fazendo dispersar os populares que se encontram nas proximidades.

Na margem sul, a coluna vinda de Estremoz dirige-se para S-tbal, onde, de acordo com informações militares, se estaria a tentar desencadear uma acção de resistência, com apoio em populares, mas que não se veio a concretizar.

Entretanto, são substituídos os comandantes das unidades que estavam implicadas na movimentação golpista, feitas muitas prubes e passados alguns mandatos de captura, salientando-se o do coronel Vareda Gomes, que esteve a

comandar operações no quartel do Alto Dugus, do COPCON.

No Marilka, continuaram a realizarem reuniões de forma quase permanente, tendo mesmo desenvolvido uma actividade, sem fundamento, que afirmava optarem os fuzileiros e camilheiros da Base Escola de Tancos, últimos focos de sublevação e que estara comandado por tropas parapoliticas sob o comando do tenente-coronel Almeida, recentemente chegado de Angola.

Um portador curioso da realidade de Tancos será o facto de o oficial que ocupava a posição de comando da unidade sublevada, ter estado em contacto com Vasco Gonçalves, tendo este considerado que a continuação da resistência nas condições existentes seria um puro suicídio.

Controle dos meios de comunicação

Enquanto esta operação desenvolvia com êxito, uma igualmente importante, está a desenvolver-se com o apoio do Exército da EPC, comandado pelo tenente-coronel Salgueiro Mala: a neutralização das emissoras de rádio e televisão. Aproximando-se de Porto de Mós se localizam os estúdios da Rádio Clube Portuguesa (que como a EN e a RTP, fará a continuação da mobilização popular para junto dos objectivos militares) as forças da EPC fizeram o último ao RCP, que se preparou a emissão cerca das 21h. Não que se refusa à EN, é uma possibilidade de sobreposição técnica da emissão de Porto de Mós sobre a de Lisboa, mas a ser feito cerca das 21h. O processo técnico se utiliza, das 20,15, na RTP, interrompendo curiosamente Duras Claret com um filme de Danny Keaton. Desprezíveis de uma das acções principais, sem ser coordenado, sem apoio popular, sem soldados que tivessem de combater, os revoltosos por a sua efectiva vantagem inclui termos da RML, enquanto as tropas leais iniciam um processo de consolidação de posições, em casos com o apoio efectivo das populações, como aconteceu na recuperação da base de Beja, concretizada também das 22 horas.

**Estado de sítio
— alcance
e atenuamento**

RECOLHER OBRIGATORIO
proibição de uso e porte de armas, suspensão da liberdade de domicílio e censura prévia a todas as formas de correspondência são as principais alianas da nota oficial da EMGFA divulgada no dia 26, e que tinha por objectivo esclarecer o alcance do estado de sítio parcial anunciado na imprensa e em vigor na área geográfica da Região Militar de Lisboa.

Na mesma nota, o EMGFA informava que o estado de sítio parcial abrangia ainda a "faculdade de detenção dos indivíduos suspeitos ou perigosos, independentemente de mandado judicial ou formação de culpa".

Efectivamente, a proclamação do estado de sítio significa, ainda que transitariamente, uma reversa restrição das liberdades e garantias individuais. De todas as disposições no sentido, aquela que eventualmente mais directamente toca um sítio criado de portugueses é o recolher obrigatório. Quanto à suspensão da circulação de publicações jornalísticas na área de Lisboa, sabe-se que pelo menos dois jornais de Lisboa ultrapassaram a proibição militar fazendo as suas edições sair na provincia.

Entretanto, o EMGFA "vizia a informar a população de que estavam proibidas as actividades venatórias, em virtude da situação politico-militar e tendo provavelmente em vista a perigosidade do manejo publico de armas de fogo num momento em que as autoridades militares procuram localizar armamento na posse de civis. Por isso mesmo, a proibição de caça vizia a estender-se a todo o territorio nacional, na tarde do dia 25.

Ao principio da noite de sábado, e tendo em vista "o acatamento por parte da população das medidas impostas e a tendência para a normalização, a nível politico-militar", o EMGFA viria a proceder a alterações ao estado de sítio parcial, reduzindo substancialmente a sua severidade. Assim, o periodo de recolher obrigatório, que se estendia da meia noite ha 5 horas da manhã, foi diminuido de uma hora, passando a vigorar entre a meia e as cinco. A mesma nota informava que eram autorizadas os espectáculos desportivos e que, finalmente, era autorizada "a publicação, na área da RML de jornais, com excepção dos jornais "estabelecidos" cujas administrações tinham sido suspensas no dia 26, por decisão do Conselho da Revolução.

**A lição
e os responsáveis**

Esta tentativa de golpe surpreendeu mais pelo seu fracasso total do que pela forma como aconteceu. Sabia-se, há muito, que acções deste tipo estavam em preparação, e até com o apoio efectivo da extrema-direita. Sabia-se, também, que um golpe realizado em Lisboa tinha efectivas possibilidades de êxito, sendo em conta o estado em que se encontravam as respectivas unidades e a facilidade com que elementos agitadores se infiltravam junto dos soldados. E temia-se que uma população manipulada pelos orgaos de informação e pela propaganda partidária pudesse aderir, num primeiro momento, a este tipo de acção aventureirista, dificultando a necessária acção militar de controlo dos golpistas.

Mas o que não se esperava é que o comando dos revoltosos fosse tão deficiente, ao ponto de não ter sabido aproveitar a vantagem efectiva de que dispunham. Nem se previa que os compromissos no golpe fossem tão ingenuos que se tivessem exposto da maneira que fizeram, sendo facilmente detectada a rede de conspiradores e a linha de responsabilidades.

No entanto, elementos do Conselho da Revolução consideram que é necessário saber distinguir os responsáveis materiais, aqueles que efectivamente desencadearam as acções, dos responsáveis morais, os que alimentaram ideologicamente nos primeiros a ideia de que teriam todo o apoio se resolvessem desencadear uma aventura deste genero. Na primeira linha da responsabilidade moral, deveria estar os que, colocados em posições de chefia militar, não souberam e não quiseram cumprir a sua missão e se deixaram arrastar por interesses e ambições pessoais, habilitando exploradores por gutos.

Estes mesmos elementos do CR defendem desta triste experiencia que ficou provado, por um lado, a

supremacia de um comando militar comprometido e, por outro lado, quem é que o povo português apoiou.

Partilhado entre o "SDCI, o COPCON e o RALLIS, o comando operacional dos revoltosos não teve a unidade militar e politica necessaria para garantir a victoria mesmo quando tinham a supremacia efectiva. Não houve a escrever enunciação dos aguçados do último documento do COPCON, conhecido pelo documento dos desolto, quasi todos estão presos por impugnação material no golpe, mostraram-se totalmente incompetentes no dominio militar.

Mas a sua incompetência foi também, e sobretudo, politica, já que se mostraram incapazes de compreender que as massas populares nunca se apoiam, nem os seus soldados não combatentes sob as suas ordens. Essa é a grande lição a retirar desta experiencia fracassada — e que, se tivesse sido feita, conduziria Portugal a uma guerra civil.

Foi prometida clemência e justiça no julgamento dos culpados. Considera-se que essa é a única attitude correcta, mas desde que se desculpam efectivamente todos os responsáveis, morais e materiais. A melhor maneira de neutralizar a sua acção será sempre a austeridade e a expiação pública do caminho a que esses aventureiros e oportunistas, sem consciencia politica ou ideologica, conduziram Portugal.

O Conselho da Revolução antes e depois do 25 de Novembro

PARA ACOMPANHAR o desenvolvimento das operações militares em curso e apoiar o Presidente da República, o Conselho da Revolução esteve reunido, praticamente em sessão permanente, desde a tarde de 25, altura em que o general Costa Gomes convocou extraordinariamente o CR, que ainda na véspera tinha estado reunido.

Na medida em que os conselheiros do Exército e da Força Aérea estiveram empenhados em acções de comando das operações, não foram muitas as ocasiões em que estiveram todos reunidos, fazendo-se, habitualmente sessões parciais para analisar questões concretas. Entretanto, manteve-se sempre o conselho Alameda Comandante que, contudo, esteve presente em Belém na quinta-feira, tendo sido autorizada a sua saída.

Logo na tarde de 25, o ambiente era um pouco tenso entre os membros do CR, na medida em que, como se sabe, havia fortes divergências entre eles e que agora se tinham concretizado no que há muito alguns vinham denunciando: um golpe de força dos chamados militares revolucionários, que acabaria por servir, se tivesse falho, os interesses da extrema-direita e conduziria o país para uma guerra civil.

Embora não se conhecessem, ainda pormenores sobre os responsáveis directos, era manifesto que alguns dos membros do CR tinham, pelo menos, uma responsabilidade implícita, seja por aquilo que fizeram como por aquilo que, por incompetência ou por cálculo, não fizeram.

Otelo e Fabião

Havia, em especial, segundo informação de um conselheiro presente, a necessidade de levar Otelo Saraiva de Carvalho a compreender que este golpe não tinha qualquer possibilidade de êxito duradouro em Portugal, já que a sua presença poderia alterar a situação de hesitação e indecisão em que se encontravam os oficiais revoltosos. Este ponto foi directamente realçado pelo próprio Presidente da República, tendo Saraiva de Carvalho respeitado integralmente a obediência que deve às autoridades legítimas.

No entanto, quando posteriormente se debatem a possibilidade de permanecer no CR, Saraiva de Carvalho considerou que tal não seria possível, pois a sua análise do que acontecera o levava a concluir que se estava perante um golpe de direita e que não podia continuar a colaborar numa evolução política desse tipo.

Já em relação ao general Fabião parece não se ter esboçado qualquer argumentação de defesa da sua parte, tendo reconhecido que não poderia continuar nem no CR nem como CEME, apresentando portanto o seu pedido de demissão. Carlos Fabião será substituído na chefia do Estado-Maior do Exército pelo general Ramalho Eanes, que comandou todas as operações militares que levaram à derrota dos revoltosos. Quanto a Saraiva de Carvalho, que saiu já do posto de governador da RML e que, extinto o COPCON por ordem do general Costa Gomes, como CEMOFA, ficou



Otelo

Desaparecerão

também desprovido desse posto de comando, não aceitou ainda nenhum dos lugares que entretanto lhe foram propostos.

Também o almirante Nuno Coutinho apresentou o seu pedido de demissão, depois de ter feito uma análise da situação actual e de reconhecer que não havia já condições para continuar a dar o seu contributo ao CR. Aliás, esta sua decisão estaria já a ser considerada pelo facto de ser contestado na sua função de Director dos Serviços de Apoio ao Conselho da Revolução.

A entrevista de Melo Antunes

Um outro ponto saliente das reuniões que se foram realizando no CR foi a entrevista que o general Otelo Saraiva de Carvalho teve com o major Melo Antunes "concedida" à RTP e, em particular, a sua defesa da permanência do PCP na coligação governamental. Vários membros actuais do CR com quem foi possível contactar declararam que esta é efectivamente a posição do Conselho que considera ser esta a melhor forma de defender os mais interesses dos portugueses. Em sua opinião, este tipo de reacções são o resultado de uma situação emotiva e que, com mais ponderação e uma melhor análise da situação, os que agora se mostram surpreendidos com as declarações de Melo Antunes acabam por reconhecer que esta é a posição mais correcta.

CR reforça posição de Vasco Lourenço na véspera da sublevação

COM A ratificação da nomeação de Vasco Lourenço para comandante da RML, o CR assumiu a responsabilidade de fazer cumprir uma sua anterior decisão, apesar de uma vasta campanha de protesto contra o afastamento do general Otelo Saraiva de Carvalho desse cargo. Na opinião de vários membros do CR, é nessa decisão que se deverá



R. Coutinho

de vida pública?

encontrar o motivo efectivo que conduziu à sublevação dos pára-quedistas, posteriormente apoiada por diversos oficiais que estavam em oposição à nomeação de Vasco Lourenço e, por isso, se aliamos taticamente com o general Otelo.

Mas, conforme nos informaram na manhã de ontem, nem a nomeação de Vasco Lourenço teve efectivamente em causa durante o agitado fim-de-semana, nem os membros do CR ficaram surpreendidos com a acção desesperada que certos oficiais levaram os pára-quedistas a praticar. "Desta vez não houve nenhuma "invenção", mas sim uma vez os pára-quedistas foram manipulados: agora, o 25 de Novembro é um 11 de Março de 1976 e não um 25 de Abril", afirmou um dos membros do CR que de facto aconteceu em Março.

Estes membros do CR não se recordam de nenhuma outra reunião tão calma desde que se criou o CR, sucedendo ao Conselho dos Vinte, isto será uma indicação segundo concluem, de que ninguém tinha dúvidas quanto ao que viria a ser o destino final.

Constatado, foi com certa surpresa, segundo nos informaram, que constataram a relativa uniformidade de posições críticas quanto às recentes posições do general Otelo e, por outro lado, a pouca convicção que foi posta na sua defesa por quem se esperava que o defendesse.

Um óbvio elemento do CR disse mesmo que embora tivesse previsto fazer uma intervenção acentadamente crítica, no que se refere às últimas contribuições de Otelo para o arranjo e consolidação do processo revolucionário português, achou mais correcta sublinhar o papel positivo que esta controversa personalidade também teve no desenvolvimento de muitas acções, militares e políticas antes e depois do 25 de Abril.

O general Costa Gomes quis ouvir a opinião de todos os consultores, consultados um a um e começando pelos comandantes das regalias militares que estavam

presentes, tendo ainda lido parte de uma carta que sobre este ponto lhe tinha sido enviada por Pires Velos. Foi ainda referida, e considerada por Costa Gomes como muito importante, uma moção entretanto aprovada no Estado-Maior do Exército, e que propunha a demissão dos generais Otelo e Pabão dos cargos que actualmente occupam. Esta moção, votada num plenário com 143 presenças, teve 110 votos a favor do afastamento, 30 abstenções e 3 votos contra.

Antes de se tomar a decisão final, foi referido por um membro do CR que seria desejável tentar, apesar das posições muito claras já manifestadas por todos os presentes, um último esforço de conciliação que evitasse uma crise que poderia assumir proporções incalculáveis. Mas foi immediatamente recordada a essa conselho que ele mesmo tinha assumido, quando da saída do "grupo dos nove" do CR, em Agosto, uma posição inversa da que agora defendia, afirmando seria possível entre a linha politica então dominante, e a que pertencia a linha proposta pelos "nove" e, por isso, deviam ser definitivamente afastados.

Além, o general Costa Gomes, que desde o principio conduziu a reunião com muita firmeza, interrompendo mesmo a reunião sempre que algum conselheiro tinha que se ausentar, não teve dúvida em conduzir, depois de ouvir todas as opiniões, em afirmar que só poderia aceitar a confirmação da decisão anterior.

Isso mesmo se verificou pela leitura do communicado final, subscrito pessoalmente por Costa Gomes, na sua dupla qualidade de Presidente da Republica e de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas.

O general Saralva de Carvalho, visivelmente abalado, mas mostrando-se disposto a aceitar a posição exposta pela maioria dos seus camaradas, considerou também que efectivamente não havia qualquer possibilidade de se encontrar uma zona de compatibilidade entre a sua concepção de revolução e aquella que ali se defendia. Na medida em que se sentia muito cansado, pôs mesmo a hipótese de vir a pedir uma licença para ir a férias. Se tal decisão se vier a concretizar é de prover que o general Costa Gomes assumia o comando directo do COPCON, no quanto se mantiver a situação de licença do general Saralva de Carvalho.

Também o almirante Rosa Coutinho não quis deixar de manifestar o seu desacordo quanto á decisão que lá se tomou, elidindo os outros membros do CR que eles seriam os responsáveis pela escalda de repulção a que aquela decisão os ia obrigar e que, nessa altura, seria ele que abandonaria o CR.

O Conselho foi interrompido para receber uma delegação de plenário de pequenos e médios agricultores que se tinha realizado em Rio Maior e na sequência do qual se tinha procedido a um corte das vias de comunicação com Lisboa (ver, portaria na página 11).

Partidos políticos

Os partidos antes, durante e após o 25 de Novembro

Algumas posições prévias

No dia 21, menos de vinte e quatro horas depois de regressar da sua viagem interrompida aos países de Leste, Álvaro Cunhal divulgava a posição do Partido Comunista Português sobre a situação: "Os factos mostram claramente que o VI Governo Provisório, pela sua composição e pela sua actividade, não está em condições de resolver qualquer dos problemas que a revolução enfrenta". O PCP, pela boca do seu secretário-geral, insistia em que "a aliança da direita é responsável pela situação criada". A declaração do Comité Central, lida por Álvaro Cunhal, era peremptória no julgamento das últimas decisões tomadas pelo Conselho da Revolução: "as decisões de natureza militar do Conselho da Revolução, na madrugada do dia 21, têm de interpretar-se como significando uma cedência, objectivamente considerada, às exigências da hegemonia PSD/PS no Governo para a preparação de condições de um apoio-militar e uma nova política antipopular de direita". E acrescentava: "Paralelamente, a posição radicalista de "tudo ou nada" de certos sectores, cristalizandose numa plataforma secretária, nem dá uma solução militar de

esquerda nem facilita uma solução política para a situação no imediato. Essa posição tende a dividir e a isolar os elementos revolucionários nas Forças Armadas e a facilitar, por isso, o êxito da ofensiva das forças da direita."

No mesmo dia, o Comité Central da União Democrática Popular emitta um comunicado em que historiava as "manobras dos partidos burgueses e dos seus apoios militares", salientando, no entanto, que "a guerra civil iminente não é inevitável... se o povo se unir como um só homem em torno dos seus organismos próprios, Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores e Conselhos de Aldeia, unidos em torno das suas comitês soberanos mostrar uma vigilância cerrada aos oficiais reacçãoários e recusarem virar as armas contra os seus irmãos fardados ou civis, os planos miseráveis para provocar a guerra civil no nosso país caíram pela base".

No dia seguinte (sabado), o V Governo provisório exparte o vontade do MFA e dos três maiores partidos portugueses, embora lamentavelmente o PCP portista na sua política suicida de ódio à democracia política e queira à viva força uma ditadura militar supostamente de esquerda, que



representaria o primeiro passo para o retorno ao fascismo. O comunicado do PS apelava para todo o povo português no sentido de exigir "o respeito pela vontade popular, o poder ao Povo e as armas para os quartéis", ao mesmo tempo que, durante o fim-de-semana, aquele Partido promovia em todo o país dezenas de comícios e manifestações.

Para o Partido Popular Democrático, no mesmo dia, "não se pode ao mesmo tempo ser chefe militar e encapotado SUV", desencadeando aquele partido um violento ataque contra militares que considerava implicados em diversas infracções ao princípio da autoridade: "Por isso são os militares, fundamentalmente os seus comandados, os seus chefes, principalmente o Presidente da República quem, neste momento, deve dar uma resposta ao Povo português".

Sábado foi também o dia em que o PS, instado pelo Presidente da República a promover um encontro com o PPD, apresentou a seguinte hipótese, com grande significado antes de "clarificada a situação político-militar", ou segundo as palavras de Mário Soares, "até que o Partido Comunista deista de governar pela força este país".

Para o Movimento Democrático Português/CDE, "as massas populares defrontam-se com um Poder que pactua com a reacção, utiliza os seus métodos e que, como ela, define como seus inimigos os trabalhadores e as forças revolucionárias". Na emergência, o

MDP/CDE apelava para uma "intensa vigilância revolucionária contra todas as manobras e golpes", tomando clara posição contra a nomeação de Vasco Lourenço para o Comando da Região Militar de Lisboa.

No dia 23, o Partido Revolucionário do Proletariado e o Movimento de Esquerda Socialista divulgaram um comunicado em conjunto em que defendiam a criação de Governo de Unidade Reorganizada da classe operária e dos trabalhadores, do Poder Popular armado em última aliança com os órgãos representativos dos soldados e marinheiros, nos quartéis, e com os oficiais e sargentos revolucionários que demonstram... estar dispostos a levar até ao fim o processo de tomada do poder e da Revolução Socialista".

Também a Frente Socialista Popular, afirmava que "desautorizado, marginalizado e ridicularizado pela classe trabalhadora e pelos militares revolucionários civis e Militares) o VI Governo usou de chantagem com armas, numa última tentativa de posseger a sua política reaccionária". E acrescenta: "A denúncia dos golpes militares que Charal, Pires Veloso, Petraraj, Moraes da Silva e outros plagiaram na sombra, não representa o fim das suas manobras golpistas" e "contra-revolucionárias". De facto, a FSP advertia para o perigo de múltiplas conspirações, civis e militares, nacionais e internacionais, que estavam na força "para impedir o avanço do processo revolucionário".

Durante o comício nacional promovido em Lisboa pelo PS, o secretário-geral, Mário Soares, insistiu na ideia de que "o Povo português já compreendeu que há uma massa minúscula que quer volucionária, avante! Na força implantar uma ditadura localitária", acentuando que "o Povo está a levantar-se em antaño para barrar a passagem a esses aprendizes de ditadores".

Os acontecimentos de Rio Mouro precipitaram, no dia 24, a situação. Em todo o caso, e durante este dia, os partidos políticos continuaram a divulgar posições sobre a sucessão de factos que entretanto se iam registando.

Assim, o Partido Popular Democrático divulgava, às 14 horas, um comunicado em que, a propósito da convocação de uma greve de duas horas na cintura industrial de Lisboa, afirmava: "Trabalhadores, como dizem sempre, pretendem novamente paralisar o país "simbolicamente" — isto é, simbolicamente quanto a tempo que o País não parará" e acrescentava: "O Povo português não pactua, nem pactuará, com esse tipo de actos. Enquanto o tempo, exige dos seus responsáveis que ponderem as responsabilidades que estão assumindo". Mas a maior quantidade de documentos téria lugar na noite de 24 para 25, quando se tornaram conhecidas as decisões tomadas pelo Conselho da Revolução de confirmar a nomeação de Vasco Lourenço para o comando da R.M.L. e as primeiras consequências dos acontecimentos de Rio Mouro.

Clara subida de tom

Com efeito, logo na madrugada de terça-feira, dia 25 a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP afirmava que "elementos reacçãoários estão a levar a cabo actos de subversão de maior gravidade", citando "a reacção a multiplicar as ameaças e pressões". O apelo então divulgado pela D.O.R.L. do PCP concluiu incitando "os militantes e simpatizantes do Partido a concentrarem-se nos centros de trabalho e a classe operária, as massas trabalhadoras e populares a serem em prática a mais activa vigilância".

Para a FSP, a implicação de oficiais afectos ao grupo dos Nove e já mencionados no seu comunicado de domingo em tentativas directas passava a ser claramente fascista. Todos eles estariam "arquitectando planos à Pinoche". Por outro lado, a FSP considerava que "a burguesia genceira operações a partir de Rio

Maior e faz provocações às forças revolucionárias, utilizando demagogicamente o povo da região".

O Comité Central de UDP definia o momento como de "alerta" contra os movimentos de tropas, "nomeadamente de oficiais reacçãoários". Inicial na tese de que o Governo e as instâncias militares pretendiam, com as suas decisões, levar o povo "a uma guerra civil fratricida", ao mesmo tempo que defendia a posição de Otelo Saraiva de Carvalho: "Enquanto os soldados depositarem confiança no general Otelo, o povo não pode permitir que este seja substituído".

No mesmo sentido se orientava a declaração do MDP/CDE, para o qual a decisão do Conselho da Revolução se tratava "de uma atitude de enorme gravidade, que traduz uma vontade deliberada de agravar a crise político-militar, accentuando, ainda mais, a viragem à direita". Acentuava aquele partido que "o momento é de maior vigilância, de estreita ligação dos militares entre os militantes revolucionários e as organizações progressistas, e de elevada disposição de luta, e de

firme apoio e intervenção na luta em defesa da liberdade e da Revolução.

Enquanto isso, a Liga Comunista Internacionalista denunciava o reformismo do PCP e alertava que o caminho dos trabalhadores "é o de prosseguir firmemente a luta contra a infiltração e os despedimentos, pelo saneamento dos reacçãoários dos quartéis... contra o VI Governo e a colaboração de classes".

Denunciava também, de entre os chefes militares, Jaime Neves, Pires Veloso e Moraes e Silva.

Então, o PRP e o MES divulgavam novo comunicado conjunto em que se dizia: "É chegada a hora de, definitivamente, dar-mos uma lição à burguesia". O comunicado referia-se à greve de duas horas realizada na cidade industrial de Lisboa, salientando que nos plenários então realizados "com a presença de oficiais revolucionários, aprovaram o manifesto dirigido por estes aos soldados, marinheiros, à classe operária e ao povo trabalhador". Peremptoriamente, os dois partidos afirmavam, referindo-se à nomeação de Vasco Lourenço: "Camara-das, não podemos permitir que Vasco Lourenço ponha os pés no Quartel-General da R.M.L.". O comunicado conjunto concluiu da seguinte forma: "Perante este ataque da burguesia, a classe operária, os camponeses, os soldados e marinheiros responderão com a violência necessária para pôr cobro às acções fascistas e para avançarem na tomada do poder. Com eles estarão os militantes revolucionários e os oficiais revolucionários, organizados na defesa dos mesmos objectivos. Operários e camponeses acorram em massa aos locais de trabalho e mantenham-se organizados. O povo trabalhador deverá estar preparado para tomar nas suas mãos os órgãos fundamentais em cada local".

No meio da tormenta

A reacção dos partidos políticos à evolução da situação militar durante o dia 25 caracterizou-se por um relativo atroz na emissão de posições públicas, evidentemente dependente do próprio curso previsível dos acontecimentos.

A primeira reacção parece no entanto verificar-se na Assembleia Constituinte, a qual, mesmo antes de tomar conhecimento da declaração do estado de emergência, e por proposta do PS, suspendeu a sessão. Votaram a favor da suspensão o PS, o PPD e o CDS, e contra a UDP.

A figura sul generis da tarde seria dada pelo PCP (que tal como o MDP/CDE, regressou à sala depois de a proposta já ter sido votada) e que, mesmo assim, leu uma "declaração de voto", anti-regimental, porque feita por deputados que não tinham votado anteriormente. A declaração de voto do PCP atacava a suspensão pedida pelo PS, que a considerava suspensão de actividades (o que viria a ser informado pela Mesa ao marcar a hora sessão para dia 26), e afirmava que o PCP não queria a guerra civil.

Durante a tarde, os principais partidos parecer ter iniciado a mobilização dos seus militantes, embora o PS só o tenha feito ao fim da tarde, e o CDS apenas tenha recomendado o contacto permanente com os elementos dirigentes.

As 12 horas, o PPD divulgou um comunicado do seu Secretariado Nacional, em que denunciava a sublevação dos pára-quedistas como uma "violência e uma traição", acentuando que com ela "atacam" a colaborar "algumas outras unidades militares e alguns serviços como o S.D.C.I., instalado no edifício Grão-Pará". Afirmava

que "é sempre reaccionista qualquer tentativa de acanotoada contra a convivência e ordem democráticas"; no seu comunicado das 19 horas (que comentava a declaração do estado de emergência), o PPD apoiava a decisão do Presidente da República, recordando que desde a primeira hora condenara "mais esta intenção militar, claramente conqitrida e manipulada por ninjuntus golpistas e ávidos do poder".

A mesma hora, o Partido do Centro Democrático Social (CDS) tomava pública a posição do Secretariado da sua Comissão Política, que considerava que a sublevação "demonstra de forma evidente o grau de indisciplina nas Forças Armadas": "As tropas sublevadas atingiram o máximo de insubordinação como fruto da isonicação ideológica a que foram submetidas por parte de sectores políticos minoritários de inspiração comunista anti-popular e anti-democrática". Nesse comunicado, o CDS solicitava a todos os seus militantes que se mantivessem em contacto com os dirigentes do partido.

As 22 horas, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado afirmava que o país se encontrava "à beira da guerra civil contra revolucionária", da qual era principal responsável "a política aventureirista e golpista do partido dito comunista". Criticando violentamente as decisões do Presidente da República, o MRPP acentuava que estas eram "não apenas o começo da resposta do outro centro da contra-revolução ao golpe social-fascista, mas também uma base na qual a classe dominante pensa apoiar-se para, de seguida, tentar desencadear uma ainda maior repressão sobre o proletariado e o povo". Considerando a sublevação dos pára-quedistas como uma "demonstração do desespero social-fascista", o MRPP exortava a classe operária a



25
de
Novembro



reunir-se em torno dos seus organismos de base, "cerrando fileiras" contra "o fascismo e o social-fascismo".

As 23.30, o Secretariado Nacional do PS emitiu um comunicado em que historiava os acontecimentos político-militares, considerando que "já de há muito que o Partido Socialista vinha alertando o povo português contra o aventurismo supostamente de esquerda de alguns grupos militares que, sob a capa de posições esquerdistas, são objectivamente

aliados da reacção e do fascismo". E o comunicado do PS continuava, salientando a actuação dos seus militantes junto da Base Aérea de Monte Real (o que viria a ser também acentuado em comunicado do PPD, relativamente aos militantes deste partido) esortando-os "a porem-se ao lado do Presidente e da República, do VI Governo Provisório e do Conselho da Revolução para que, em cooperação com as autoridades militares legítimas, pombam cobrir a aventura contra-revolucionária de alguns pára-quedistas manipulados por forças reacçãoárias, por hábeis conspiradores, a fim de salvar Portugal da guerra civil e fazerem triunfar a liberdade e o socialismo pluralista".

O último comunicado conhecido do PPD, distribuído depois das 22 horas, desencadeava um violento ataque contra a extinta 5.ª Divisão do EMGFA, "os Ramiros e os Paulinos... (que) aparecem novamente ligados à reacção". E acrescentava: "Agora não inventam golpes, FAZEM-NO'S". Revelava ainda que o capitão Faria Paulino (que considerava já "ex-capitão") se encontrava preso e que os principais órgãos de informação (RTP e ENO) se achavam ligados aos emissores do Norte.

Finalmente, ainda datada de 25, uma nota da Comissão Política do

Comité Central do PCP, analisava a situação político-militar, que considerava "degradar-se hora a hora". A nota continuava: "Por razões que terão de ser ulteriormente consideradas, os militares revolucionários que procuraram dedicadamente resistir aos sanhaamentos à esquerda e ao enfraquecimento das unidades progressistas perderam posições, apesar de apoiados pelas massas trabalhadoras". E sem transição o PCP insistia na "necessidade de se encontrar urgentemente uma solução política para a crise". Para o PCP, "a saída da crise está na reorganização do MFA numa base progressista e na formação de um governo de esquerda na base de uma plataforma que corresponda aos interesses, aspirações e objectivos das classes trabalhadoras e do povo em geral".

A nota do CC do PCP esortava os seus militantes a "manter tenazmente as suas organizações e a sua actividade regular", a "manterem-se vigilantes contra quaisquer provocações", a "insistirem na firme defesa das liberdades" e a "multiplicarem os esforços no sentido da unidade da classe operária, das massas populares, de todas as forças progressistas". Para o PCP, "o momento exige grande serenidade e grande confiança no futuro".

No rescaldo das operações

Da 26: ainda com importantes operações militares a decorrerem, mas já com a nova correlação de forças militares em definição e partidos políticos pronunciam-se sobre a situação criada.

Em comunicado datado do Montijo, às 3.30, o MRPP procede a uma análise da situação, denunciando uma vez mais as posições do PCP e perguntando em relação aos partidos "pseudo esquerdistas": "Porque é que ontem nenhum (exceto o nosso partido) ousou passar por cima das decisões do Conselho da contra-revolução e salta para a rua? A questão é simples, nenhum deles saltou porque todos sabem que não poderiam mobilizar o povo, contra a situação que provocaram". E de entre os apelos que interia, o comunicado do MRPP afirmava que "o povo melhor do que ninguém já percebeu que a situação é de guerra, le que devia proceder de forma organizada e sob a direcção dos órgãos da sua vontade ao seu armamento, contactando para isso as comissões de soldados".

As 5.20, o PPD, em curto comunicado, saudava os seus militantes concluindo: "A Luta continua!"

O CDS, pronunciando-se às 10 horas da manhã, advertia de que era ainda cedo "para que os portugueses se entreguem a um entusiasmo fácil, pelo domínio já conseguido pelas forças democráticas sobre os grupos insurreccionais extremistas", e chamava "a atenção das autoridades constituídas para a necessidade de consolidar as vitórias alcançadas sobre a contra-revolução, garantindo a pacífica exemplar de todos os conspiradores, o pluralismo dos órgãos de informação dependentes do Estado, o pleno exercício das liberdades e garantias, a disciplina militar e o completo desmantelamento das milícias civis". UMA SAUDACTAO ESPECIAL. 11AOS JORNALISTAS DO CENTRO E NORTE DO PAIS32 ENCERRAVA O COMUNICADO.

Uma hora depois, o Partido Socialista fazia o ponto da situação militar, acentuando que "o PS pela mobilização de massas desencana e pela rede informativa mantida tem desempenhado papel determinante em toda a modernização das forças democráticas". Para o PS, o momento continuava a exigir "firmeza, vigilância e serenidade revolucionária", concluindo: "Neutralizado o reaccionarismo da pseudo-esquerda militar, a direita perdeu um dos seus mais importantes trunfos e abriu-se agora a todo o Povo português novas e mais claras perspectivas para a consolidação da via democrática para o Socialismo".

A mesma hora foi escolhida pelo Secretariado do PPD para desencadear o primeiro grande ataque contra o PCP, que considerava indirectamente responsável pela sublevação. Com rara veiosia, o comunicado dizia: "A politica goliata e social-fascista do PCP, de minorias burocráticas ultra esquerdistas e dos militares seus cúmplices e títeres, cuja posição se revelou como verdadeiro social-fardismo-fascista, deu o resultado que os portugueses neste

momento verificam". E homenageava os Comandos estritamente mortos, durante a tomada da P.M.

Um ponto das diversas movimentações que, segundo o PPD demonstravam o comprometimento do PCP e da 5ª Divisão no "golpe" consistia o conteúdo de novo comunicado, emitido às 12.30.

De um sector completamente diferente, vinha à mesma hora, a denúncia da "traição" do PC. O Secretariado da Comissão Política Nacional do MES emitia ao fim da manhã um comunicado em que saudava "os valerosos páras de Tancos, os verdadeiros revolucionários F. M., e o mesmo tempo que afirmava que "a burguesia, lançando uma ofensiva militar fascista, controla agora os rádios, a TV, os jornais e manuseia a posição do Movimento". "O MES não aceita que se acuse as forças populares de serem as causadoras da actual situação de golpe reaccionarimilitar a caminho do fascismo". E mais adiante: "O MES acusa a Direcção do PCP de estar a traír a classe operária, os trabalhadores e o Povo Português, persistindo na sua atitude passiva, desmobilizando a classe operária e os trabalhadores da luta contra o golpe reaccionário a caminho do fascismo". E concretizando: "Na noite de 25 para 26 de Novembro o PPD deu-se ao trabalho de mandar para casa dos trabalhadores quando estes se preparavam em muitos locais de trabalho para passar à ofensiva". E exportava a preparar "na ofensiva a resistência popular ao fascismo e ao imperialismo que procuram pôr as garras sobre a nossa pátria". No mesmo sentido, o Liga Comunista Internacionalista apelava para a greve geral, "por concentrações de massas junto às unidades militares de esquerda e aos órgãos de informação". Mas quando, como resposta, o PS, dirigindo-se aos trabalhadores de Lisboa afirmava que as tentativas para mobilizar os trabalhadores procurando arregimentá-los para confrontos com as forças militares tinham conteúdo "contra-revolucionário e criminosos".

As 16.30 e a propósito de mobilizações feitas por partidos de esquerda em Setúbal, o PPD denunciava a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal como "um dos grupos irresponsáveis que atirando o povo português a caminho da guerra civil". E aproveitava para lançar algumas palavras de ordem contra "As Comissões Administrativas que não servem o Povo e se servem do povo".

As 17 horas, o CDS exigia a "clarificação do Estado", entendendo por esta fórmula o esclarecimento dos centros políticos de decisão; e logo exige, para o CDS, "paz, serenidade e confiança". O comunicado acrescentava:

"É preciso que o clima de golpeismo permaneça em que durante meses vivemos e que, afinal, foremos a grave insurreição a que, afinal, fomos, não mais se possa repetir".

Enquanto a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa ("O Grito do Povo") denunciava "o golpe militar projectado para dia 25 de Novembro e desencadado pelo partido social-fascista de Cunha", e acentuava "que os partidos da FUR, que agora berram contra a traição de Cunha, cometeu a desfechamento do seu papel de verdadeiros provocadores ao serviço do triunfo da reacção", o PS promovia, no Porto, uma conferência de Imprensa, em que o seu secretário-geral acentuava que o 25 de Novembro ficaria gravado na nossa História, "porque não se deixou avançar o social-fascismo". O PS acusaria então, além do PCP, a FSP, o MES, LUAR e MEDPDC de responsabilidades na sublevação.

MÁRIO Soares caracterizaria enfim a posição do seu partido perante o 25 de Novembro, em declarações que estão transcritas no EXPRESSO: "O 25 de Novembro marca a ota dos conspiradores anti-democráticos que queriam substituir em Portugal uma ditadura militar comunista totalitária. O 15 de Novembro abre perspectiva à democracia e ao desenvolvimento do socialismo. Uma revolução socialista que fale claro não é compreendida pelo povo português, que ama as liberdades e não está disposto a perdê-las". Mário Soares lembrava que "como o Partido Socialista vem dizendo há vários meses, a linha aventureirista do PCP tinha que conduzir outro caminho: o path: à beira da guerra civil". E acrescentou: "Felizmente, o bom senso pôde prevalecer, graças à determinação de oficiais como o coronel Jaime Neves, o brigadeiro Pires Veloso ou o capitão Vasco Lourenço; graças também à posição tomada pelo Presidente da República e pelo Conselho da Revolução; e ainda graças à determinação do VI Governo e do seu chefe, o "almirante sem modo" Pinheiro de Azevedo".

Antes e durante os acontecimentos, disse ainda o secretário-geral do PS, os militantes socialistas sobveram estar mobilizados em favor da defesa das liberdades da sua concepção pluralista do socialismo".

Com o segundo dia de operações praticamente vencido e a situação politico-militar em vista de clarificação, os partidos faziam o balanço da sublevação. Da proclamação do PPD à soberiedade do PCP, ia afinal o espaço que medeia entre 21 e 26 de Novembro. Antes, durante e depois do 25 de Novembro, as tomadas públicas de posição dos partidos revelaram os destinos diferentes que para cada um deles poderá eventualmente significar a nova situação politico-militar.

Siana, Diogo Jorge

Extrema esquerda, jornais

Posições da extrema- -esquerda antes do confronto

PARA ALGUNS SECTORES o 25 de Novembro ficou conhecido, entre outras coisas, como o «golpe da extrema-esquerda». Ora, para além das responsabilidades efectivas que determinadas organizações políticas terão no desencadear do processo que conduziu à tentativa de golpe de Estado, a referência à «extrema-esquerda» peca pela sua total ausência de rigor político. Com efeito, o que globalmente se designa — de forma simplista, aliás — por «extrema-esquerda», isto é, o conjunto das organizações que se afirmam à esquerda do PCP, compreende uma grande diversidade de correntes, separadas, por vezes, por antagonismos radicais de linha ideológica e prática política. De qualquer modo, não se trata aqui de analisar o panorama que hoje nos oferece a chamada extrema-esquerda portuguesa e as razões profundas ou aparentes das orientações e das divergências que se detectam no seu seio. A questão que se põe é de âmbito bastante mais restrito, mas extremamente pertinente face aos acontecimentos que o país viveu nos últimos dias: nas vésperas do 25 de Novembro que posições defendiam — e em que campos se situavam — algumas das mais conhecidas organizações ditas de extrema-esquerda perante a crise político-militar que então se aproximava do ponto de ruptura e a ameaça de guerra-civil que se anunciava?

Este breve — e evidentemente incompleto — panorama de posições de organizações de extrema-esquerda nas vésperas do 25 de Novembro revela, de algum modo, perante a lição crua dos acontecimentos depois verificados, como parte delas se encontravam completamente (e até pateticamente) equivocadas sobre a relação de forças existente, tomando o país mitológico (e ideológico) que construíam nas suas análises idealistas, pelo país material e concreto. Nomeadamente, as teses «insurreccionais» que alguns agrupamentos vinham defendendo nos últimos tempos viram o seu absurdo demonstrado pela evidência brutal dos factos. Mas também no plano militar parece ter ficado definitivamente comprovado que a aparente politização — em termos popu-



listas e espontaneístas — de algumas unidades militares (exemplo flagrante do RALIS) não correspondia a uma consciência revolucionária com um conteúdo material e organizativo: a rápida desmobilização verificada nas unidades revolucionárias deve ter decifrado, também neste campo, muitas ilusões febris. Nestas condições, a questão que se levanta — e neste momento com acuidade maior do que nunca — para a extrema-esquerda que se pretende empenhada numa prática revolucionária consequente é a de se saber se a lição dos acontecimentos, apesar de toda a sua força desmobilizadora, poderá ainda aproveitar aos que têm insistido em manter-se divorciados do movimento real da sociedade, aqui e agora, tomando a si mesmos da ideologia pelo Jumo da realidade.

V. J. S.

Certas organizações agrupadas no FUR — como é o caso do PRP e do MES — vinham propondo nas últimas semanas, com insistência, a via da insurreição armada, como forma de resposta à "guerra civil contra-revolucionária". Nomeadamente, o PRP no último número de "Revolução", publicado antes do 25 de Novembro, considerava que a suspensão das actividades do Governo era "mais uma forma de hesitação, a que se seguem tentativas de arranjos e rearranjos ao nível militar. Poté que é que nos quartéis as coisas deem à direita. Nessa situação, a direita pode recorrer a duas vias. Uma será reunir o máximo de forças da direita, fazer entrar o ELP e desencadear uma guerra civil. Sabemos que os trabalhadores, os militantes revolucionários ganharão nesse confronto, porque têm muita força do seu lado. Mas o descaço do Governo e da direita pode acarretar muitos mortos e feridos. Outra via possível será a decair chamar a NATO ou os Estados Unidos e stão provocar em Portugal, não uma guerra civil

mas uma luta entre os trabalhadores portugueses e os invasores estrangeiros. Mas estarão os soldados europeus e americanos dispostos a invadir o país da Europa?"

Por outro lado, o PRP, que insistiu na sua crítica tradicional ao que chama o "reformismo" do PCP, contestava os propósitos defendidos por este partido através de palavras de ordem como "mais Revolucionários no Conselho da Revolução" ou "Reacionários fora do Governo, JÁ!". Com efeito, segundo o PRP, "a solução é a grande movimentação de soldados, trabalhadores armados, militantes revolucionários no sentido da tomada de poder. Os trabalhadores não podem continuar a ser carne para canhão de manobras ou escadote para outros tomarem o poder. A única via possível é o armamento dos trabalhadores para tomarem o Poder e para o segurarem. Para que esse Poder revolucionário possa fazer cumprir um programa revolucionário."

Se o PRP definia em termos e com que estrutura organizativa se

processaria "o armamento dos trabalhadores para tomarem o poder e para o segurarem", outra das forças componentes do FUR, a LUAR, limitava-se, na mesma altura, a considerar "que já é mais do que tempo de conjugar as diversas correntes de esquerda e revolucionárias em torno de uma plataforma que seja a base de um governo de unidade revolucionária. Claramente empenhado na construção de uma verdadeira fase de transição para o Socialismo que conduzirá à sociedade sem classes e ao fim da exploração do homem pelo homem. Por outro lado, a LUAR defendia como "exigência da necessária reestruturação da aliança Povo-MFA, em moldes eficazes de acção revolucionária" "o alargamento do Conselho da Revolução a forças revolucionárias civis, cuja opção socialista seja reconhecida por todo o povo português", ao mesmo tempo que denunciava a "estratégia dirigista" do PCP e a sua manobra de aproveitamento e desvio das estruturas do poder popular.

Insurreição como?

De qualquer modo, estas posições tomadas pelas duas organizações da FUR que marçam, confusamente, militas armadas, eram significativas da estratégia global daquela Frente. Por um lado, uma certa demarcação relativamente ao PCP, mas limitando-se a denunciar o "dirigismo" ou o "reformismo" do partido de Álvaro Cunhal, sem apontar o carácter "revisionista" ou "social-fascista" que lhe é atribuído pelas organizações que se reclamam do marxismo-leninismo. Por outro lado, o PRP defendia a via de insurreição armada, mas ficado-se por referências in-

teiramente abstractas à expressão organizativa das várias forças que a essa insurreição aderiram: Insurreição com? Com quem? Com que direcção política?

A do FUR? Tanto o PRP como a LUAR omitiam qualquer alusão a esta Frente de que, no entanto, ambos participam; ora, independentemente de hipotéticas razões de ordem tática, o que parece evidente a este respeito é que, para além de certas acções pontuais — manifestações, comícios ou curtas iniciativas concertadas de agitação e propaganda — a FUR não existe enquanto estrutura de coordenação e articulação das actuações dos movimentos ou grupos políticos que nela se acham representados, constituindo, sobretudo, uma imagem externa de "unidade" para afirmação publicitária de força (que parece, todavia, não ter

resultado, a julgar pelo relativamente escasso número de presenças registado nos comícios ou outras concentrações de massas convocados expressamente pela FUR) do que uma unidade real, visando uma estratégia concertada a todos os níveis e uma futura integração organizativa. A este respeito era sintomática a posição da LUAR ao defender o "alargamento do Conselho da Revolução a forças revolucionárias civis, cuja opção socialista seja reconhecida por todo o povo português". Com efeito, num momento de ruptura, avançar com uma proposta tão abstracta como esta dizia bem da total indefinição do projecto político com que certas organizações de esquerda se identificam. Se é que esse projecto sequer existe. Mas isto não é ainda tudo.

Aposta "guevarista"

Na realidade, os que falavam de "insurreição armada" — ou pelo menos a sugeriam — apostavam apenas num processo voluntarista que, depois de descredadeado, pudesse vir a encontrar espontaneamente, na sua dinâmica desconcertada e caótica, um modo de organização. Ora, esta aposta "guevarista" no espontaneísmo tem muito que ver com a impoência dos grupos políticos — armados ou não — que não conseguiriam pôr de pé um embrião organizativo mínimamente implantado, operacional e consequente.

Viu-se assim, por exemplo, o caso dos tão falados Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, lançados pelo PRP e pouco tempo depois desaparecidos e esquecidos. Daí que as organizações integradas na FUR tivessem jogado todos os seus trunfos numa organização como a SUV que, no entanto, veio à superfície apenas depois da suspensão da 5.ª Divisão do EMGFA. O que significa que a organização paralela dos militares só foi colocada

da como necessidade na sequência da marginalização de uma estrutura legal enquadrada por oficiais maioritários afectos à linha do PCP. Daí a hibridação do SUV, conjugando-se no seu seio — em conflito declarado por vezes, como recentemente se viram — uma corrente maioritária veiculando a estratégia do partido de Álvaro Cunhal e tendências minoritárias ligadas a certas facções da FUR. Por outro lado, e para além do SUV, constata-se-se a atomização dos embriões organizativos dos soldados e oficiais de esquerda, em lutas pontuais e sem articulação, pelo menos duradoura no caso do RASP e do CÍCAP no Porto é, a esse respeito, elucidativo. Atomização que reflectia também a extraordinária pulverização dos movimentos e grupos políticos de esquerda que disputando entre si uma posição de hegemonia, e, atendendo à capacidade de organização e de manobra do PCP — de longe superior ao conjunto de todas as facções FUR —, mesmo no caso de estas se encontrarem unidas, o que não era o caso — é evidente que os SUV e outras estruturas paralelas de sinal semelhante existiam como força constituída e interventiva apenas enquanto isso aproveitasse

à estratégia do partido de Cunhal. Isto é, enquanto se tacitamente jurou político. Com efeito, no caso de um hipotético regresso em força daquele partido aos postos-chave do aparelho de Estado — nomeadamente a nível militar — era visto que o seu primeiro objectivo seria desembaraçar-se de todas as estruturas paralelas ou semi-facções que, a partir daí, poderiam vir a entorpecer a sua acção. E o que se aplica aos SUV de organizações semelhantes tem lesão esbamento no que se refere às organizações do poder popular, em relação às quais o PCP dirigiu uma poderosa ofensiva recuperadora, desde que se viu marginalizado do aparelho de Estado. Através dos seus quadros adestrados para as intervenções de controlo e manipulação das organizações de base — as quais, devido aos seus escassos meses de vida espontânea e à natural inexperiência política de muitos dos que confundiram o processo inicial de gestão dessas organizações, se tornavam extremamente vulneráveis às infiltrações e manobras partidárias — o PCP conseguiu, assim, dispor de uma posição de hegemonia na mais forte rede de comissões de trabalhadores actualmente existentes: a Cintura Industrial de Lisboa.

Linhas de clivagem entre as organizações M-L

Entretanto, entre as organizações que se reclamam do marxismo-leninismo assinalam-se algumas linhas fundamentais de clivagem.

Por outro lado, estão as que se propõem unificar, em Congresso anuenciado há já largas semanas — mas que tem vindo a ser adiado por vicissitudes várias, com divergências e conflitos à mistura —, no já designado futuro Partido Comunista Marxista-Leninista Português (PCMLP). São elas, a ORCP-M, o CMPLP e o DCMLP, a primeira, com quadros de militantes reconhecidos pela sua associação à UDP; a segunda, nascida inicialmente de uma cisão no PCP-MI de Eúlio Vilar e, posteriormente, da dissolução do Partido de Unidade Popular que osomover às eleições para a Constituinte; a terceira, mais conhecida também pela sua participação eleitoral com a sigla PUC-MI e através do jornal que edita, "O Grito do Povo".

Por outro lado, e demarcando-se destas correntes, que qualifica de "neo-leninistas", encontra-se o MRPP, que vem anunciando também para breve a sua transformação em partido e que, entretanto, se tem batido pela constituição de uma Frente Única Democrática e Popular.

Finalmente, e num campo ideológico e de estratégia política inteiramente diverso, está o PCP-MI — reconhecido pela China mas totalmente desacreditado aos olhos de quase todas as organizações M-L — de Eúlio Vilar (identificado com a hoje extinta AOC que tem vindo a estar associado sistematicamente às manifestações do PS e defende a necessidade de uma aliança táctica com a social-democracia como barreira contra o avanço do "social-fascismo" encarnado pelo PCP. Próximos desta posição, mas com uma linha de elaboração teórica diversa encontram-se pequenos grupos que igualmente se reclamam do marxismo-leninismo — é o caso da UCM, que edita o jornal "A Classe Operária", e da UCRP, que publica "O Comunista", as quais pretendem associar-se sem fazer à preparação do Congresso que deverá lançar o PCMLP.

Para além da profusão de siglas — que por vezes reflectem significativamente o sectarismo e a luta de facções presentes no movimento M-L, apesar de todas as organizações se reclamarem igualmente do estalinismo e denunciando-se com cabantes diversos o "social-fascismo" do PCP — esta divisão em três compartimentos poderá ser apontada como excessivamente esquemática e simplista, já que, por exemplo, no primeiro grupo, a UCM, segue uma orientação distinta das restantes,

aproximando-se conjuntamente em algumas tomadas de posição, da linha do MRPP, mas grado o antagonismo que ambas as organizações manifestam entre si.

De qualquer modo, na véspera do 25 de Novembro e ao contrário do que aconteceu com certas facções FUR, nenhuma das organizações que se reclamam do marxismo-leninismo, apontavam de imediato, nesse momento, a via da insurreição armada, embora algumas delas venham anunciando a fase preparatória da tomada do poder pelo proletariado e seus aliados. Aliás, verifica-se que o MRPP — que há meses atrás inscrevia a revolução na ordem do dia, com o consequente levantamento popular armado — passou a formular a sua posição de forma mais distanciada.

Entretanto, a ORCP-MI, apesar da sua denúncia do partido de Cunhal como sendo "social-fascista", tomou com o CMPLP, uma posição distinta das restantes organizações, ao designar como "linhagem principal" na conjuntura actual o fascismo, enquanto todas as outras têm colocado fascismo e social-fascismo — assim como imperialismo e social-imperialismo — em estrito paralelo, que, quando se tratam organizações, como o PCP-MI, de E. Vilar, vão mesmo mais longe, ao apontarem o "social-fascismo" como a mais terrível e funesta das ameaças (essa é a também basicamente a posição do UCRP e a UCM, que, quando são publicadas edições conjuntas dos seus jornais).

"Clima de guerra civil"

Concretamente, antes do 25 de Novembro, a actual crise política, a ORPC vivia preocupada "a unidade antifascista contra a guerra civil". Depois de acusar o PS, PPD e PCP pelas suas responsabilidades no "actual clima de guerra civil", a ORPC afirmava "ter vindo a denunciar os perigos reais de um golpe fascista", razão porque tinha vindo a apelar a "classe operária para tomar a cabeça da luta anti fascistas para usir à sua volta tudo o que pode ser usado, a utilizar uma tática aberta e hábil que aproveite e aprofunde todas as divergências no campo do inimigo. Mas — sublinha estretamente a ORPC — ao mesmo tempo que apelamos a esta luta decisiva, selectamos contra as tendências aventureiristas e às teorias "insurreccionais" que alguns sectores anti fascistas espalham a toda a hora. A divisão do povo promovida pelos partidos burgueses, o atraso da luta nos campos, a fôrça sabotadora dos social-fascistas ainda existente no movimento de massas, são condições concretas que mostram que as "insurreições" anunciadas em conferências de imprensa nos levariam a um banho de sangue, o que estes sectores constantemente fadêm." E a ORPC, depois de criticar os apoiantes do "Documento dos Nove" — cuja política abria "as portas à escalada fascista" — insistia em que "só se pode combater o social-fascismo onde ele encontra as suas forças: no movimento de massas".

Esta análise era essencialmente idêntica à que fazia a OCMPL, no seu órgão central, "A Verdade". Com algumas variações, porém: assim, por exemplo, a OCMPL era bastante mais agressiva nas suas acusações contra o PPD, PS e CDS do que contra o PCP — qualificado quase sempre e apenas de "revisionistas", ao contrário do que fazem as outras organizações m-l, insistentes na atribuição do epíteto de "social-fascista" ao partido de Cunha.

Mas para fazer face à crise, a OCMPL limitava-se a acrescentar que a situação existia — e admitia:

"basta que o povo tome em mãos a condução dos seus destinos". Na sequência, eram enumeradas algumas propostas de saída para a crise, tal como o "entusiasmo" esta organização. Só que, quer no caso da ORPC, quer no da OCMPL, essa "saída" era formulada sempre em termos voluntaristas, na ausência de um movimento real que, aqui e agora, correspondesse aos propósitos destas organizações.

Já a OCMPL reconhecia claramente que "os social-fascistas utilizam a capacidade que ainda têm de arrastar atrás de si largos sectores das massas trabalhadoras enganados pela sua demagogia e iludidos sobre o seu falso comunismo, para armarem, agora que estão em minoria no poder, em partido de oposição e em defensões de justas reivindicações populares". E a OCMPL observava que "osém, quando detinham mais ministérios e administrações, os social-fascistas espivaram forças repressivas do organizavam bandos de cacetiros para reprimir as lutas populares que ameaçavam os seus privilégios de novos senhores monopolistas — quem esquecem os empacamentos, nas estações da C.P., sobre trabalhadores em luta contra o aumento do custo de vida". Nesta perspectiva, o "inimigo principal" aparecia aos olhos da OCMPL como uma "baldra de duas cabeças, filha do hegemónio imperialista". Mas não certamente por acaso a cabeça que surgia sempre em primeiro lugar para a OCMPL era a do "social-fascismo" — embora esta denúncia fosse contrabalançada pelos ataques aos "fascistas e outras escumalha burguesa" que "utilizam manifestações de massa no Norte do País lançando incitamentos claros à guerra reaccionária". Mas face a esta situação, a saída proposta pela OCMPL é ainda uma saída voluntarista: "No momento actual em que os social-fascistas se procuram servir, em seu proveito, dos movimentos populares, é tarefa fundamental dos comunistas e de todos os revolucionários tomar a iniciativa e a cabeça das lutas de massa, e esboçar do seio do povo a canchã social-fascista". Como se bastassem os anátemas moralizantes e os apelos idealistas "à iniciativa" para que os dados concretos da realidade neste momento histórico se modificassem substancialmente de acordo com os desejos de usar os letrados...

"Não abandonar as massas"

Quando ao MRFP, sob a palavra de ordem "sem fascismo, sem social-fascismo, governo popular", a questão colocava-se na capacidade de dirigir o movimento de massas, em não abandonar as massas por um minuto que seja, mesmo que elas se dessem temporariamente à flor pelas convocatórias social-fascistas. A tarefa dos marxistas-leninistas é a de disputar palmo a palmo a direção das massas a todos os oportunistas e traidores e antes do mais aos revisionistas. Para que a classe operária e o povo possam marchar pelas suas próprias pernas no momento em que todas as forças reacionárias a tentam cavar, erguer a Frente Única Democrática e Popular surge como necessidade central.

Aqui o "socialismo" aparece como a alternativa. Mas uma Frente com quem, com que forças? (Sabendo-se que o seu leque teria de ser suficientemente amplo e a sua base minimamente sólida para permitir uma ofensiva vitoriosa). Concretamente, o MRFP defende um governo popular como "bruto dos embriões do poder que são os órgãos da vontade popular, de sua centralização regional e nacional sob a direção da classe operária". Mas — e encerrando as coisas do estrito ponto de vista do MRFP — é um facto conhecido que aquele movimento hegemoniza politicamente o Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores, que engloba neste momento apenas cerca de uma centena desses órgãos. Processos, por conseguinte, em fase apenas embrionária, muito longe de uma extensão e implantação ao nível do país — e mesmo sem esquecer a Frente Militar Única que o MRFP vem apoiando condicionalmente — que lhe permita suscitar, a breve trecho, o aparecimento de uma estrutura de centralização regional e nacional. Ainda aqui e no terreno do movimento real que se efetua perante os nossos olhos, a revolução não se inscreve na ordem do dia.

Linha chinesa e social-democracia

Finalmente, restam as organizações m-i aliadas à social-democracia e de que o exemplo mais conhecido é o do PCP-mi de Eduardo Vilar. Exemplo mais conhecido e que, apesar de se tratar de uma organização sem qualquer base de apoio significativo, diáspora do reconhecimento de Pequim. Por desconhecimento chinês da realidade portuguesa ou porque efectivamente é a linha do PCP-mi a que mais próximo se encontra da estratégia do governo de Pequim em relação à Europa? O grupo de Vilar não está longe das suas posições, de outros grupos m-i europeus que destruíram das simpatias chinesas, como é o caso do PCP-mi ("Humanist Group"). O que se passa é que a orientação da política chinesa para o continente europeu (desenvolvendo relações com os regimes mais conservadores e defendendo mesmo a permanência na NATO) como resposta ao "expansionismo soviético" é, pelo menos, tacitamente recusada pela quase totalidade das facções m-i portuguesas (o MRFP, aliás, já se manifestou concretamente nesse sentido). Assim, só o grupo de Vilar e os grupos responsáveis pela publicação de "O Comunista", de "A Classe Operária", de "Proletário Vermelho", de do recente "Luta e Unidade" secundam a linha chinesa neste campo: apoio ao VI Governo e aliança com o PS e o PPD. Vilar anunciou, há pouco, aliás o fim da sua "prolongada luta de mar" com o partido de Mário Soares, e pretende da recente disputa em Viana entre o PPD e o PS (mas tudo indica que uma das razões fundamentais do corte de relações estaria na tática de alianças entre o PS e o MRFP no terreno eleitoral). Assim, o PCP-mi, ao mesmo tempo que se inclinava para uma aliança com o partido de Sá Carneiro, acusava o PS de substituir o "perigo social-fascista e social-imperialista" e de se aliar ao partido de Cunha, confesso e declarado "inimigo principal" da organização vilarista...

Vicente Jorge Silva

Jornais na semana decisiva De 19 a 25 de Novembro: um "golpe" que esconde outro?

TERÇA-FEIRA, 19 de Novembro, o "Diário de Notícias" e "O Molho", em publicação privada, anunciaram com o maior destaque as primeiras páginas estar planeado para o dia seguinte um "golpe de direita", com base ao Norte do país. O "Jornal do Comércio" faz-se também com da notícia. Outros de informação: a Comissão de Vigilância Revolucionária do Norte. Elementos envolvidos na noticiada conspiração: Feres Veloso, Jaime Neves e Vasco Lourenço. Ainda no mesmo dia, o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas denuncia a notícia como "intencionalmente falsa" e informa ter sido já "analisado e devido procedimento penal contra os seus responsáveis". O "Diário Popular" publica com grande rilievo o desmantelo do E.M.G.F.A. segundo Carlos Pádua, entrevistado em "A Capital", ocasião que a notícia difundida pelos matutinos de Lisboa "não passa dum boato". Já o "Diário de Lisboa", porém, coloca outra carta na mesa dos "golpistas" noticiados e, com grandes títulos, avança: "Falsos e golpe constitucional — Mantém-se o golpe militar?". Segundo aquele jornal teria estado previsto para o fim de semana anterior um "golpe constitucional", que a sociedade de Pinheiro da Azevedo na manifestação de domingo em Viseu fizera gerar. Por outro lado, "o retorno de posição do general Otelo Saraiva de Carvalho" impediria a concretização de um pronunciamento militar na região Norte, simultâneo com a capital. Entretanto, o "Diário de Lisboa" silencia e desmentido de Costa Gomes e indica que, depois de falhado o "golpe constitucional", se manteria de pé o plano de um

golpe exclusivamente militar. Figuras diversas ligadas ao "grupo dos Novos", aparecem envolvidas com outros militares como Arentino Teixeira e Feres Veloso nos bastidores da conspiração. Ainda nesse dia, oficiais dados como patrocinadores do golpe, nomeadamente Vasco Lourenço, Sousa e Castro, Chaves e Jaime Neves desmentem o "golpe das matutinos". E Neves adianta: "É possível que o golpe de amanhã suceda entre golpes".

Mas ao dia seguinte, os dois principais matutinos de Lisboa, de informação aberta à linha do PCP, silenciam o golpe noticiado na véspera e passam a atacar noutra frente. Enormes títulos anunciam o "retorno de posição de Otelo", apesar das "insinuações das forças de direita". Estava em causa a substituição do comandante do COPCON pelo capitão Vasco Lourenço ao governo da Região Militar de Lisboa. Ainda nesse dia, "A Luta" — afilado ao PS — e "Luta Popular" — órgão central do MRPP — pronunciavam-se sobre o golpe anunciado na véspera e a questão de Otelo. "A Luta", a propósito desta teoria, salienta que a "letra pelo Pádua, que passa directamente pela direção de Inês de Castro da F.A., está a atingir o topo, desconhecendo-se agora, a sua linha, e o propósito de que. Otelo em retiro, se esse possível. A nomeia do comandante do COPCON em abandonar o seu lugar constitui mais um passo nas difíceis opções de mais controversa de facto se pronunciarem de processo político português. Que o general queria, que não, a sua fase política de apoio inclui agora as forças que vão do PCP facili-vit até à extrema-esquerda, formando um bloco de base com o de política comparativamente

forçadas". Por seu lado, "Luta Popular" afirma que o golpe anunciado na véspera é "uma nova revolução" dos oficiais da V Divisão social-fascista. O coronel Vaz de Gama e os seus apóstolos desculpam-se desta vez de "Combate de Vigilância do Norte", vieram de novo a luz do dia para

movimentação da classe operária e incapaz de assumir a unidade e interesse do povo português face a Angola — ignorando a independência proclamada pelo MPLA, vanguarda legítima do povo angolano — O VI Governo Provisório tem-se a última chance, a do patronato e do capital, fazendo "lock-out". Aliás, em geral, assiste-se a uma subida muito acentuada do tom agressivo dos jornais afectos ao PCP em relação às forças políticas e militares opostas a aquele partido.



Inversamente, "A Luta", título o "povo português espera que Costa Gomes resgata a verdade da maioria". Segundo aquele jornal, apesar do VI Governo — de acordo, aliás, com a posição do PS — "espera-se agora a palavra firme que tem falhado aos oficiais amarelos".

afirmar mais uma vez que haverá golpes. Segundo o comunicado, o tal golpe fascista seria hoje, porque faltar de informação "muito segura" (talvez os agentes duplos do SCDI, controlados pelo leão do partido social-fascista Almeida Costeira) tenham detectado uma conversa entre o cap. Vasco Lourenço e o brig. Pires Veloso, em que estes tinham afirmado que tinham de "ir para a frente e assumir responsabilidades". Quanto ao "Diário de Lisboa", não que renova o tom dos seus artigos da manhã e anuncia: "após fracassada a 'operação Otelo', encerra militar em posição de força".

Sexta-feira, o "Século" em manchete: "Costa Gomes não trairá os trabalhadores". Grande destaque é dedicada à manifestação do dia anterior em Belém contra a suspensão do VI Governo e ao discurso de Costa Gomes. O caso dos paraquedistas de Taboara volta a ser tema: "Pregas votam, por unanimidade 'não' à Honra registada".

E aliás sobre a chamada "operação Otelo" que se detém o "Jornal de Notícias" do Porto da manhã seguinte, mas analisando as contradições em que foi envolvido Saraiva de Carvalho, depois de ter tido o "povo a espera do PCP e do SUV", corrigindo "a esfera os efeitos da esmagamento". E o I. N. adianta: "Sem pena de perder as apótes que grassam nos últimos tempos, o general não pode abandonar as contradições das suas afirmações com as dos seus apóstolos. E isso faz afirmar, no momento, uma das mais importantes figuras políticas da revolução". Por outro lado, salienta aquele jornal: "Objecto desta 'operação Otelo', ao que parece dependida pelas que dizem respeito, o general terá tido vez e oportunidade de dirigir, ocorrendo o risco de, a curto prazo, se transformar num mito — o mito que dele fazem". E aliás na mesma linha de análise: "De ponto de vista da oposição, interessa discutir todas as perspectivas de organização das FA como garantia de que elas não servirão de nada ao Governo".

A tarde, o "Diário de Lisboa" coloca a reunião do Conselho da Revolução, iniciada no dia anterior, sob o signo da "ambiguidade" e pergunta: "Copa ou outra". Para "A Luta", porém, a ambiguidade não terá existido: "O CR decidiu — VI Governo deve continuar — Vasco Lourenço governador militar de Lisboa". E o vespertino aludo ao PS desta vez afirmações de Pires Veloso: "a falta de autoridade faz seu papel na revolução".

Ainda na quinta-feira, os dois matutinos de Lisboa afectos ao PCP concedem o maior relevo a decisão do Estado Maior da Força Aérea, ao impôr honra registada para as pragas e recrutas paraquedistas. Em segunda tiragem, noticiam a suspensão das actividades do Governo. Assim, é o "Diário de Lisboa" que, à tarde, comenta no estilo que lhe é característico e aos seus colegas matutinos a "revolução" do Governo. Em título: "VI Governo faz 'lock-out' — chantageiros e desleais, consideram as forças progressistas". Depois, em texto: "Falhada a 'operação Otelo', posto perante as recusas e guardadas

No dia seguinte, é o mesmo jornal de teatro: os jornais afectos ao PCP concordam o maior relevo ao facto de Otelo se manter no comando da regim militar de Lisboa, devido à recusa de unidades da R. M. E. aceitarem a nomeação de Vasco Lourenço. Na primeira página do "O Século", um "cartoon" em que Costa Gomes lê, sorridente, aquele jornal tendo se detida no título: "Hoje há golpe?", enquanto Vasco Lourenço, de calção furado, brinca com soldadinhos de chumbo junto a um caudex com a bandeira do RALIS. Mas, a sério, do RALIS também se fala com destaque: "mais um precedente revolucionário" é o Hulo que emite as a reportagem dedicada a cerimónia de juramento de bandeira na quinta unidade, onde fora adoptada uma fórmula nova invocando a classe operária, o povo e a Pátria. A legenda da foto é também significativa: "Pregas fizes de RALIS em frente pela Revolução, sob a continência do major Dião de Almeida".

A tarde, "A Luta" protesta, perguntando: "Quem manda no RALIS?". E adianta: "No regimento de Dião de Almeida, o dia 'obediência', quando é preciso dizer coisas que para fazer não são plausíveis. A essa plenária, assistem os membros das Hépticas, uma representação 'maioria' de cinquenta indivíduos. Os soldados são convocados através de alfalagos, à boa maneira dos mandacros prisioneiros do tempo de outra embora. Alguns vão, outros ficam mandados a assembleia aos seus mandacros que lá andam e que, por muito estranho que pareça, não são militares. Pola a, o mundo do RALIS não é o mesmo e comandante nem o Dião de Almeida. Quem lá "mais ordena" é um grupo de ex-militares que

De 19 a 25 de Novembro:

Jornais entre dois golpes

Continuação da 11

passaram à disponibilidade, mas que continuam a andar fechados, a ter um caso o armamento e a desempenhar serviços oficiais. Por outro lado, o respetivo sítio ao PS, afirma em "mandato": "Não tem representatividade a contestação de Vasco Lourenço". Ecu subtiliza: "Oste volta com a palavra atrás". "Vasco Gomes Edevoa mantém no COPCON". "Unidade principal da RML não alinhar na contestação". Ainda sobre a contestação de Vasco

Lourenço, "A Luta" pergunta em nota editorial dirigindo-se a Costa Gomes e aos membros do Conselho da Revolução: "Acusar V.Ezas, não se pode no entanto, mais esta GOLPE na unidade construída? Permitirão V.Ezas, esta MANDRADA destinada a minar definitivamente a vossa já tão frágil autoridade? Admitirão V.Ezas, condicionar esta situação de contestação directa com as funções que vos estão confiadas? Admitirão V.Ezas, esta estado de rebelião la-

toaria?"

O "Diário de Lisboa" contrapõe, entretanto, em primeira página, com foto de Otelo e sob o título "COPCON à prova de revolução", uma versão oposta: "Esquadrão, face à contra-ofensiva imediata da madrugada maior das unidades militares da região de Lisboa, Vasco Lourenço defende o cargo de comandante da R.M.L. para que acabasse de ser nomeado pelo Conselho da Revolução, Otelo só referenciado e mantido-se nos postos

que tinha. Ao mesmo tempo, a segunda militar e civil congrega-se no Copcon, tornando "privé" de processo revolucionário com fuzil para, finalmente, levar por diante o projecto da aliana Fero-MFA". Ainda em primeira página, o "D. L." destaca uma declaração conjunta dos secretários das Comissões de Trabalhadores da Círculo Industrial de Lisboa e da Interindustrial, ambos sítios ao PCP: "Se um governo de esquerda pode estar a guerra civil?"

Os dias últimos dias

Dois grandes temas ocupam os principais matutinos de Lisboa, na segunda-feira, 24 de Novembro, véspera da insurreição dos "parás": a greve de duas horas convocada pelo Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Círculo Industrial de Lisboa e a reunião decisiva do Conselho da Revolução marcada para essa tarde, tendo na agenda o caso do comando da R.M.L. Entretanto, sobre a questão dos "parás" afirma o "Século": "A decisão do Chefe de Estado Maior da Força Aérea, o facto há muito contestado general Mendes e Silva, de "desactivar" o regimento dos pára-quedistas encontrará pela frente a justa repressão não só dos soldados, sargentos e oficiais progressistas pára-quedistas como do todo o movimento associativo e reivindicatório que, de dia para dia, ganha maior vulto nas Forças Armadas". Por outro lado, destaca importante é concedido à afirmação de Otelo na entrevista concedida no dia anterior à TV: "Os dias vão lá de Vasco para reacção da Região Militar",

A tarde, "A Luta" titula: "Autodefesa do CR Joga-se esta tarde", ao mesmo tempo que apresenta grande relevo à manifestação promovida em Lisboa, pelo PS, na tarde de domingo. Sob uma foto de Mário Soares, um extracto do discurso do secretário-geral do PS: "O nosso Presidente da República em última manifestação em Beirós, falas de socialismo, mas esqueceram-se do pluralismo e da liberdade".

Quanto ao "Diário de Lisboa", o "C.R. decide sob pressão", em título de primeira página. Por outro lado, título e foto para o "fim de semana" do PS: "Milhares sítios, militares não". Chefe geral de duas horas e documento contra Vasco Lourenço — subscrito por várias unidades — está também em foco na primeira do D.L. Espinheiro, o "respostas sítios ao PCP" afirma que o "povoado 37 não tem Portugal", a propósito de uma "campanha" em vista a dividir em Fala unido há oito séculos e que, se os primeiros conjuntos de 92 mil quilómetros quadrados, são admitte separação". Segundo o "D.L." pretender-se a tirar o

Neste contra o Sul, dividir o país em dois, criar "dois governos. Força a guerra civil, impõe a intervenção estrangeira, inevitável numa tal situação". As páginas centrais daquele "respostas" são ocupadas por dois documentos de sectores militares: uma proposta de acção do CODICE e um manifesto de óbito oficial, "na linha de documento-COPCON". Sob a foto de um paraquedista, a legenda: "Os "parás", revolucionariamente, alteraram" do COPCON. Eles sabem agora que a "revolução não tem prazo". Há azeite e há azeite. Os "parás" vão passar a aderir ao objectivo certo e ponto exacto para o qual se parte para a construção do socialismo".

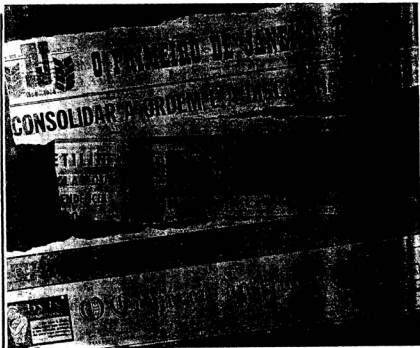
No dia decisivo, os dois principais matutinos, à hora do fecho da edição, não avançam ainda opinião sobre a sublevação ocorrida a partir dessa madrugada e o desfecho da reunião do C.R. A greve de duas horas do dia anterior é, entretanto, referida em títulos reformistas, enquanto o cerco a Lisboa, com origem em Rio Maior, classificado como "movimentação oficialista", surge em segundo

piano.

A tarde, o "Diário de Lisboa" chama por título principal, em grandes caracteres, e notícia de sublevação dos paraquedistas: "Plano progressista convulsiona a Força Aérea". E Eugénio Alves, repórter de serviço, descreve a retirada — das chaminets dos Comandos que nunca madrugada se haviam colocado em frente de P.M. E conclui assim: "Tudo de manhã. O comandante da P.M. seria o Presidente da República que, se o sr. João Nova, coronel, considerasse se inocua a sua unidade responder à provocação. Costa Gomes diz que se trata de um "equivoco" do coronel. Que os "chaminets" não há embargo. Tive o tempo o tempo e o calado a frente das chaminets. O coronel se passou junto do perfil principal de P.M. e não oficialmente. Vi outros filmes e como aconteceu. Acabou aliada manhã. Em duas horas do quartel um soldado de arma apontada para a sua gruta com o algarismo: "A reacção não passará!"

Algumas horas depois, que sobreviverá o repórter?...

Jornais, rádio, TV.



O PORTO tem sido, nestes dias, como, aliás, sublinhou um locutor da RTP, a capital da informação portuguesa. Aí continuam a publicar-se, regularmente, os três diários, "O Comércio do Porto", "O Primeiro de Janeiro" e o "Jornal de Notícias". Embora "O Comércio do Porto" e o "Jornal de Notícias" houvessem caído, inicialmente, sob o mesmo decreto de suspensão dos seus colegas estatizados lisboetas, logo a seguir as autoridades competentes reconfirmaram os corpos gerentes, directores e conselhos de redacção, não tendo chegado a interromper a publicação. Foi este um testemunho público de apreço pelo noticiário veiculado pelos nossos colegas do Porto que, há muito, vinham sendo apresentados, entre os matutinos, como os mais independentes na imprensa portuguesa e pela honestidade de que davam provas na procura da notícia.

O que os portugueses puderam ver e ouvir

Dias antes, na RTP...

O REGIMENTO DE Comandos, um completo e completo com o Major do Foco Português e o chefe do momento grave que o País atravessa, depois do Presidente da República e do Conselho de Revolução as medidas necessárias à normalização militar, indispensável à acção governativa do VI Governo, que, em seu entender passava pela substituição imediata de todos os militares que na prática se revelaram incapazes de servir apertadamente o Exército e o Foco Português, tal como a este foi prometido no Programa do MFA. O Regimento de Comandos encontrava-se, portanto, pronto para desmontar na operação que lhe sejam ordenadas no sentido de alcançar aquele objectivo — Regulamento de Comandos, 20 de Novembro de 1975.

Isto foi a 20 de Novembro. E Jaime Neves explicava a 21 no Telexoral:

"O Exército está destruído, praticamente. No nosso entender haverá algumas Unidades — eu não sei no caso da Regia Militar de Lisboa —, muito poucas Unidades efectivamente actuais em condições de cumprir ordens emanadas superiormente. (...) Individualizamos mesmo aqui determinados tipos de Unidades Militares que nesta altura achamos que deviam ter sido afastadas. Não quero agora, aqui, dizer o nome, porque não interessa. Referimos em termos militares que haveria determinados tipos de Unidades Militares que deviam ser reestruturadas. Outro aspecto que pensamos era que obviamente pressencionamos para que a Constituição salisse o mais depressa possível. E que o VI Governo governasse mesmo. Mas uma vez mostramos a firme determinação do Regimento em estar pronto a executar as ordens que fossem emanadas, desde que seja efectivamente para bem, para que o VI Governo governasse. E as ordens pelas causas militares, mas desde que fossem para que o VI Governo governasse e, portanto, desde que fossem para bem da maioria do Foco Português..."

E a 22, também na RTP. Otelo afirmava:

"Há pessoas que dizem que vi-

vem a Revolução e há outras que vivem reclusas a Revolução em todo e que são tão de espírito revolucionário. Há as que não compreendem nada da Revolução. O Jaime Neves tem-a vista em extremas dificuldades para compreender a Revolução. Ao longo de todo o processo as dificuldades dele têm sido muito grandes".

[...] "O Jaime Neves tem a sua formação militar, rígida, e faz-lhe uma confusão tremenda, como aliás faz a muitos outros comandados meus, que os métodos se permitem tomar atitudes que tomam. Eu, embora me dougure, realmente se tratando com as Unidades se destacarem logo da praça há muitas atitudes que eles tomam de indisciplina que são perfeitamente contrarrevolucionárias mas compreendo e aceito muito desajeito que acontece porque é o estado natural das coisas, é uma revolução que estamos a viver, um estado anormal em que uma sociedade está a viver".

E explicava, na mesma ocasião, o que, para ele, era a revolução:

[...] "Mantemos o documento-guia-aliança POVO/MFA na gaveta ou, pelo contrário, vamos regulamentar e pô-lo realmente em execução? E esta indagação que chega às Unidades e ninguém sabe quais são as coisas com que se há-de lidar. E perguntamos se essa é apenas a minha opinião, se é a opinião do Conselho, se é a opinião do General Costa Gomes que já não fala no documento, se é a opinião do Almirante Pacheco de Assis que também não fala, só porque os Partidos subscritores do Governo não fazem no documento e não se imparam quando alguém fala nele? Apesar de insistirmos Cauda a falar em socialismo Espinhola quando eu lhe refero a situação realmente a um poder popular. A forma de socialismo — base, para mim, com as condições de modernidade, com as condições de saúde. É a forma real de se construir um socialismo verdadeiramente no país, não sendo uma via social-democrata para atingir o socialismo. Então, esta definição total é que põe numa angústia tremenda os meus camaradas de quando pensavam: O Estado é aquilo que se na sua formação militar está habituado a receber

25 de Novembro

directras e a cumpri-las, se recebem directras muito concretas cumprirão porque são profissionais".

Não tem essa visão optimista das forças que apoiam Otelo, o Capitão Vasco Lourenço que fala, em contraponto nesse mesmo dia, na televisão:

"Eu não posso admitir que haja situações que não obedeçam às ordens do Comandante da Regia Militar de Lisboa. Essas Unidades estão duma maneira extraordinariamente oportunistas (que ven, aliás, ao encontro de toda a campanha que tem sido feita nos últimos tempos) e agarrar-se à figura do General Otelo dizendo que não actúan qualquer outro comando é não ser de. No entanto, em várias fases essas Unidades tiveram actuações, que opõem-se mesmo a decisões do próprio General Otelo, que tendo determinadas acções suas mesmas ordenadas pelo General Otelo. Eu não posso admitir que se far comandar uma Regia Militar ou comandar seja o que for, se tropas que ficaram sob o meu comando não actúem efectivamente com ordens por mim e estejam cada vez numa espécie de auto-governo, a fazerem aquilo que entendem. É o que se passa. Eu penso que há determinadas situações que tornam que der modificadas e foi nesse sentido que o assunto foi bastante discutido com o General Otelo para que se modificasse determinadas situações que existiam na Regia Militar de Lisboa. Pulo, até já demonstrou que não modificaria essas situações e não interam actuar agora aqui a dizer porque é que ele não as modificaria, se era porque não queriam, se era porque ficavam numa óptica diferente, se era porque pensavam em aspectos de amizade com alguns elementos em relação aos quais teria que tomar atitudes, se era por incapacidade."

E Otelo explica as razões por que não considerava Vasco um bom candidato a Governador Militar:

"O facto de Vasco Lourenço assumir o cargo de Comandante da Regia Militar de Lisboa, pelo seu perfil não é absolutamente correcto tal como he o seu comando e COPCON e Regia Militar de Lisboa sendo Major graduado com General desde que não houve a apontar ao Vasco Lourenço nenhuma vinculação de carácter particular

que dizer, se de não estiverem tão perfeitamente vinculados como está hoje a uma determinada função que é absolutamente específica para cada um. E apenas isso que não é Vasco realmente numa situação extremamente difícil."

Mas para Vasco Lourenço as razões são outras:

"Há determinadas situações na Regia Militar de Lisboa, nomeadamente no Regulamento de Polícia Militar, no Regulamento de Engenharia, na Escola Prática de Administração Militar, na Escola Prática de Serviço Material, na Base da Faria da Alameda — que tenho assim presente mais nenhuma, de momento — que efectivamente não podem continuar. Eu não tenho dúvida nenhuma que, neste momento, os Comandos destas Unidades ao constatarem a necessidade dum novo Comandante da Regia Militar e escolhendo-me como esse escolhido tinham totalmente paradas as também os combates a todos muito bem sabidos perfeitamente que eu não ia admitir de maneira nenhuma que sob o meu Comando existissem situações que existiam neste momento nessas Unidades. Portanto, é lógico e absolutamente natural que eles também me considerem a mim e em começo a ter dúvidas — sobre se alguns elementos estão já, não, em acções de auto-defesa. Eles já cometeram tantas acções no processo revolucionário, já cometeram tantas acções que são efectivamente contrarrevolucionárias — embora apareçam como a capa de revolucionárias — que sabem que não podem de maneira nenhuma continuar nas condições em que estão. Têm tido um procedimento, alguns deles, não todos mas alguns deles, profundamente oportunistas. São indivíduos que por uma política já antes de 25 de Abril, e até depois do 25 de Abril, alguns deles são indivíduos marcadamente fascistas".

Em confronto Vasco/Otelo — dois amigos que existem, para além das divergências crescentes, em afirmar-se como tal — era, em vésperas de 25 de Novembro, apenas mais uma bolha a vir à superfície de um calde que em óbvio estar a entornar-se. O conflito Vasco/Otelo foi um sintoma do estouro de uma situação de que a inurridão dos paraquedistas foi o pretexto, e que, para quem tinha olhos para ver, e sobretudo, ouvidos para ouvir o Rádio Clube, já a prenunciava.

Costa Gomes: como em todos os momentos difíceis...

cerca das 11 horas, o general Costa Gomes fez a sua primeira comunicação ao país sobre a crise que se passava.

"Como em todos os momentos difíceis da Revolução, aqui estou, a comunicar ao povo português as decisões mais importantes que a todos afectam. Eu não estou momentaneamente a falar publicamente sobre a actual situação militar, mas sim sobre o compromisso, por ser

concreto e objetivo. Continuari a mandar oficiais comunicados e notas oficiais a medida que elementos seguros estejam à minha disposição. Neste momento, depois de declarar oficialmente a seguinte ordem e Conselho da Revolução, verificando autônomos acordos e condicionamentos previstos no a.º 12 da Art.º 7.º da Lei Constitucional 3/74, 14 de Maio, reconheço como o Art.º 8.º da Lei Constitucional n.º 3/73, de 14 de Março. Nestas condições, declaro que as áreas geográficas afetadas pelos Exércitos da Região Militar de Lisboa, passam a vigorar o estado de sítio parcial. Como resultado, ficam legalmente restringidas, nesta área, as liberdades da liberdade de reunião, manifestação e expressão. Esta medida deve ser interpretada como o desejo de garantir a ordem, a tranquilidade e a unidade no seio das classes laboristas, afetadas pela actual situação. A terminar, aqui ficam dois apelos aos militares rebeldeiros, para que se rendam a sua posição potencialmente perniciosa de confrontação e consequentes vítimas e sofrimentos para o Povo português, resultando imediatamente nos seus aquartelamentos, sendo ficando imediatamente sob as ordens do Presidente da República. As povoações e zonas trabalhadoras, operárias e camponesas, para que se não deixem envolver em manipulações sérias que só agravariam a situação, nos vanguardas para uma política de extrema-direita."

Entretanto, o RCP deixara de emitir, a EN passou a estar sob controlo do CEMGA.

A partir desse momento, passa a ser autorizado apenas a difusão de comunicados oficiais sobre a situação político-militar portuguesa. Na rádio e televisão e nos jornais de fora da região militar de Lisboa. Porquê, pela mesma altura seria estabelecido que a publicação de jornais ficava suspensa, dentro desta mesma área.

O único posto de rádio a transmitir a EN limita-se a passar, em simultâneo, ou quase, com a RTP, os comunicados e as notas oficiais do CEMGA, da Presidência da República, dos Ministérios ou, a pedido, os de alguns partidos e de organismos oficiais ou de serviços públicos (como os de transportes), além de entrevistas com algumas figuras militares.

As notas e comunicados versam o estado da situação, chegando mesmo a contra-atacar um organismo militar (a CDE da Alentejo) que acusa os comunicados oficiais de serem falsos.

Esta não é a única fonte que, a partir de 25, o povo português tem para se manter ao corrente dos acontecimentos. Igualmente se referem aos jornais, para referir a proibição, a manifestações (que estavam a ser convocadas para Lisboa) para apoiar para que a população respeite o estado de sítio em vigor, não se deixando iludir, a acarambamentos de género recordando os inconvenientes que acarretariam. Dentro dos comunicados sobre a situação político-militar em que se vai dando conta da normalização progressiva nas várias regiões militares, há a

destacar um que se refere ao incidente entre os Comandos e a PM — de que resultou a morte de três militares, dois dos Comandos e um da PM — que, aliás, foi alvo de muita longa atenção na RTP, que deu a palavra a ambos os partes envolvidas em dias sucessivos. Nesse comunicado refere-se a presença de criminosos provocadores civis armados."

Após o dia 26, várias foram as personalidades do MFA que surgiram no ecrã da TV.

A intervenção do general Morais e Silva destinava-se a dar conta da situação. Historiando o golpe desde o início (foi precedido pelo

— Finho Freitas que, de Monsanto, De telefonou do quarto onde estava preso com três telefones à disposição...), focou que a sublevação dos paraquedistas seria um aspecto pontual de um plano mais vasto, referiu-se aos responsáveis que já conhecia, dizendo que as praças não sofreriam, visto que tinham sido manipuladas, apenas salientou do regimento, referiu também a colaboração das populações na desmobilização dos insurretos, referiu a solicitação dos fuzileiros por alguns paraquedistas, insistindo ser sua intenção evitar os erros cometidos no 11 de Março ao que se refere a prisões indiscriminadas.

Melo Antunes de novo o Pacto e o MFA

Foi de um outro peso a presença de Melo Antunes que surgiria logo a seguir falando do futuro político do país.

"É a mesma tempo que o país como se sabe, vivia sentindo uma desagregação das estruturas do Estado que ameaçavam tornar-se irreversíveis; grande parte da população portuguesa, fossem quais fossem as suas ideologias políticas vivia num estado de angústia e inquietação quase permanentes; sobretudo, verificara isto: não havia estruturas de autoridade que lhe permitissem pensar que haveria uma salvaguarda última de valores fundamentais da sociedade portuguesa, da sua cultura, da civilização a que pertence, e dos projectos políticos do futuro do país. No fundo, era a própria democracia e o próprio socialismo que através desse quadro construído em Portugal que estavam em movimento ameaçados. Isto foi um alarme que rebeldeiros, e era inevitável que tivesse rebatido, pois, a Forças Armadas, conseguiram efectivamente mostrar que tinham sido o resultado de energias de reserva accionadas que lhe permitiram, de uma forma decidida controlar a situação."

Depois de prestar homenagem a Jaime Neves e aos seus homens prisioneiros:

"Evidentemente que a situação do futuro deste país não se pode manter por meios militares, é por meios políticos que se resolve. Evidentemente que houve acções militares bem sucedidas ou que estão ainda em curso que tiveram como finalidade e controle de uma situação que estava desgovernada.

Agora, eu penso que estão reunidas, ou podem estar reunidas a muito curto prazo as condições para não termos mais todos os alarmes que existiram ultimamente na sociedade portuguesa quanto à inevitabilidade de uma via democrática para o socialismo". [...]

Temo que, para este país os caminhos de retorno, directo ou indirecto, às formas capitalistas de sociedade estão para sempre cortados (ou separam que estejam), os caminhos de qualquer sistema a formas de organização autoritária e, digamos mesmo, de direita, estão também cortados, e não pensamos que os militares que neste momento têm a direcção política, através do Conselho de Revolução e através da sua intervenção com os órgãos governamentais, podem ser os portadores dum projecto de alternativa de segurança que seja um verdadeiro projecto nacional capaz de fundir em si, naquilo que podemos chamar um bloco ideológico de construção, de edificação de uma verdadeira sociedade socialista. Esta, no meu entender, deve ser uma sociedade pluralista, verdadeiramente democrática, livre e, uma sociedade profundamente justa e humana, justa, em termos de organização social, justa, em termos de organização económica. Eu penso que quando se fala em pluralista isto significa que o concurso dos Partidos Políticos verdadeiramente interessados, também, na construção de uma sociedade nova em Portugal, é indispensável. E por isso que contra muitas "ruas" em certos sectores de esquerda se têm levantado contra a composição do VI Governo, me parecem não terem razão. Penso que, com estas forças políticas, é possível avançar na construção de uma sociedade efectivamente democrática, numa sociedade livre e dum sociedade em transição pacífica para o socialismo. E para que fique bem claramente expresse o meu pensamento — porque há vezes há dúvidas no que me diz respeito a respeito da política política de determinados Partidos — eu quero dizer neste momento, e isso considero muito importante, que a participação do Partido Comunista Português na construção do socialismo é indispensável. Não me parece que seja possível, sem o Partido Comunista Português, construir o socialismo. E temo que avançar com ele e temo que procurar juntar numa mesma plataforma prática, numa mesma plataforma de acção, política prática, os principais Partidos portugueses para que com o MFA avancem na construção do socialismo. E porque é que eu fale agora no MFA? É uma palavra que está retirada do vocabulário político já há bastante tempo, e porque penso, continuo a pensar que podem, neste momento, terem-se restaurado as condições para que o MFA recupere o seu prestígio e a sua capacidade de direcção política. Isto não quer dizer que não tenhamos a intenção de nos subtrair aos Partidos. Isto quer dizer, apenas, que nas condi-

ções concretas da sociedade portuguesa, o MFA pode ser o portador dum projecto nacional de transição pacífica para o socialismo ao qual colaborem todos os Partidos, embora os Partidos possam ter projectos particulares diferentes deste projecto nacional, mas que pode haver, em minha opinião, e deve haver, um pacto entre os Partidos e o MFA para uma concepção, digamos, unitária e pacífica de construção de sociedade nova a que me refiro." [...]

"Portugal é um velho País com 800 anos de história, já tem uma longa sabedoria, também, da mesma história, dum cultura sedimentada ao longo de oito séculos, e penso que existem dignas reservas, de energia moral, de cultura, de civilização, que nos permitem, neste momento, renovar um pouco criticamente todos estes meses passados, depois do 25 de Abril, e pensar que é o momento de se corrigirem alguns erros e de se avançar, de uma forma generosa e aberta para a edificação de uma sociedade onde os portugueses sejam, efectivamente, duma vez para sempre livres, e que tenham a sociedade justa que merecem".

Seguiu-se, um pouco mais tarde, no mesmo ócran, um "parêntese" e muito diverso no tom, comunicado do brigadeiro Pires Veloso que se destinava a "tranquilizar os espíritos na hora grave que o país atravessa", a "comungar da confiança no futuro", a manifestar apreço e confiança aos seus soldados, sargentos e oficiais e a agradecer, finalmente, de coração o testemunho de apoio recebido, reafirmando a sua "firme determinação de salvaguardar a ordem e a disciplina de que o povo norteño tem sido vivo exemplo".

Depois de Pires Veloso, Vasco Lourenço e Sousa Castro vieram fazer um ponto da situação, referiram pela primeira vez as prisões efectuadas e a efectuar (ainda sem nomes, só, como exemplo o de Dinis de Almeida de que diabolaram a "dignidade") insistiram na preocupação de que as prisões se passsem de maneira correcta e justa e focaram o desejo de voltar rapidamente à restauração de todas as liberdades, terminando com um voto: "que esta situação dramática, tenha pelo menos servido para erradicar de vez dos organismos responsáveis, dos escalões intermédios, de comando, dos órgãos de comunicação social, dos partidos políticos, de cada cidadão em particular, a irresponsabilidade que assaltou muita gente depois do 25 de Abril".

Como noutros momentos difíceis, prudência e tolerância...

1. E, no fim da noite, ouviu-se, pela segunda vez o Presidente Costa Gomes, que reitera a necessidade de prudência no avanço e a sua esperança nas eleições para a Assembleia Legislativa, terminando com uma exortação à tolerância e ao trabalho.

Continuação da pág. 11

Timor, Notícias curtas

Rádio e TV antes e depois do 25 de Novembro

"Não é com alegria que hoje se dirige ao País. O projecto de construção da sociedade socialista portuguesa pela via democrática e pluralista, foi sucedido por uma dramática situação sobre a qual debates profundos ainda não estão completamente solucionados. O que é dramático, é que hoje se registam as posições que para realizarem os seus objectivos não hesitam em lançar Povo com o Povo, militares contra militares. A vida humana não tem preço. Aqui fica a minha mensagem, a minha visita, à família dos militares mortos na construção com os Regimento da Polícia Militar, unidade cujo comportamento indisciplinado tem sido apreendido pelas forças armadas revolucionárias. Dentro da política de verdade que perseguimos, não me é ainda permitido fazer afirmações concretas quanto às responsabilidades profundas desta lamentável situação de interrupção de um projecto político que se quer de acordo com a vontade do Povo. Não poderia adiantar-se as conclusões dum inelutável inquérito e ao apuramento das responsabilidades. Faltam de acordo com os superiores critérios de justiça. Quero aproveitar esta oportunidade para confirmar vários princípios segundo os quais se cometeu a esta política de Presidente da República. Procura-se interpretar a vontade autêntica do Povo português avançando para uma solução socialista, por via pluralista e democrática, que respeite a vontade do Povo livremente expressa. As delegações, com vista à Assembleia Legislativa, do novo constituinte um ponto de referência para o mesmo em caso de soluções que se possuem é uma política de transparente autenticidade. Todas as declarações, depoimentos, os comunicados, omissões e omissões, como toda a obra humana, esqueçam-se sempre no desejo de apresentar ao Povo que somos, ao Povo que servimos, a imagem verdadeira e serena de todas as atenções. No caso concreto de que hoje vivemos, também como sempre se comunicou ao País sobre actos de quaisquer ataques, actos dos bostas, ou das manipulações insurreccionárias. Finalmente, merecemos a ideia de que um socialista se constitui com uma obra pragmática, com arranjos de acordo com os práticos. Não é com verdadeiros leões, com, com graves intencionalidades, com manifestações profetizadas que se edifica uma sociedade sem classe. Influenciar trabalhadores, trocar ferramentas que se encontram por armas que matam, confundir justiça legal socialista

com a institucionalização do ódio, não é indicador de avanço para o socialismo. E obra da prioridade do caso, de agentes dissimulados de extrema-direita, de passaderezos utópicos, ou de orientados vândalos de linhas. Referindo-me apenas ao momento que vivemos, digo a todos que os acoutados, disse preocupações insurreccionais — que também trabalhadores se debem utilizar por partidos ou organizações sem profunda reflexão crítica face aos interesses gerais do Povo e do País. Que todos estejam dispostos a trabalhar amadrioados de que hoje, e a ser hoje mais democraticamente tolerantes do que fomos ontem. Muito boa-noite".

A informação "paralela"

Entretanto, continua a ser através da escuta de transmissões militares que o povo português se vai dando conta, em directo, dos acontecimentos. Dista ven, não já a PM mas os Comandos, avança para o ar as suas preocupações: Clima de insegurança, necessidade de estarem preparados para acções especiais, alerta aos comunicados da OJPC e CMLR exortando a que não se respeite o estado de sítio, e aos planos da UDP de assaltar espiagatarias na Baixa da Bandeira... Decretam movimentos vários, de civis com paraquedistas, falam de buscas de armas, de operações stop... Falam de fazer face a eventuais acções armadas de grupos civis, para o que pedem equipamento imediato das forças militarizadas... Propõem que sejam suspensas todas as directivas do G. Dinamização do Estricho, nomeadamente Planário e ADUs que "vem conduzido à desagregação das unidades e às manipulações partidárias das mesmas".

Também, da Rádio Militar, ao longo do dia 27, nos chegam informações acerca de es-paraças que se feriam e se dirigem à Tanco, de 400 civis armados mais 2000 à arma para substituírem militares nos quartéis, de um subotocor que saiu directo de passal armado, em direcção ao Carregado...

Estas, algumas informações que completam e esclarecem o necessariamente pouco alimento dos comunicados oficiais.

Primeiras medidas

É também no dia 27 — com a situação militar quase estabilizada, que, às 22.15, é lido pela RTP um

comunicado anunciando a demissão, a seu pedido, de Otelo e Fabião, sendo este último substituído interinamente no cargo de CEME, pelo ten. cor. Ramalho Eanes, graduado em general. O COPCON é extinto e Vasco Lourenço é confirmado em Governador Militar de Lisboa, com a graduação em brigadeiro.

A meia-noite e dez, Vasco Lourenço aparece, mais uma vez, na TV, adar conta da evolução dos acontecimentos. Depois de desferir insistentes bostos, que devem alguns conselheiros da revolução como encontrando-se em fuga ("o almirante Rosa Coutinho está tu com os bostas", disse), exortos os civis a entregarem as armas e reitera a renovada importância do espírito do 25 de Abril, a exemplo do que fuzer Melo Antunes.

Embora se fale em prováveis grandes remodelações no sector da informação (com a próxima nacionalização da Rádio), colheu bastante de surpresa a nota oficiosa divulgada no dia 28 que demite todas as administrações dos órgãos da imprensa estatizada, suprimindo a sua publicação até à conclusão do novo administração. Eis os factos que levaram o CR a tomar tal decisão:

— O déficite global mensal é da ordem dos 30 mil contos;

— Alguns destes jornais tendem a produzir informação tendenciosa, distorcida e monótona;

— Clara irresponsabilidade popular e co-responsabilidade no clima geral de indisciplina e desordem pública;

— Contribuição para o ambiente que culminou no golpe contra-revolucionário em que se registou a perda de vidas;

— Necessidade de salvaguardar uma ampla liberdade de informação sem pactuar com irresponsáveis abusos de uma liberdade".

Foram atingidos por esta medida O Século e suas publicações, o Diário Notícias, A Capital, o Diário Popular, o Diário de Lisboa, o Jornal do Comércio, de Lisboa, e o Jornal de Notícias e o Comércio do Porto, de Porto.

No Porto, no entanto, as administrações foram reconhecidas.

Quanto ao Diário de Notícias, ignorando-se de momento as decisões que vão ser tomadas a seu respeito, é curioso notar que, na vigésima quinta edição, a edição Direcção admitiu a presença de jornalistas — xindos de A Capital — conhecidos pelas suas posições próximas do PCP. Que vastos planos (os ingleses tinham) vieram a não serem dados a luz?

No dia 28 à noite o Primeiro Ministro anunciou-se pela primeira vez desde o início da crise.

Semana Económica

DEVIDO à situação político-militar vivida esta semana no país, os acontecimentos ligados à vida económica foram suplantados pelo decorrer da crise. Para além disso, o facto de a informação ter sido restringida à divulgação de comunicados oficiais, ainda mais conduziu as atenções unicamente para o desenrolar das operações militares.

Por outro lado, é de esperar que as consequências desta crise sobre a economia nacional, ela mesma em plena crise, se venham a manifestar com mais clareza nos próximos dias, bem como, segundo foi divulgado num dos comunicados oficiais, seja de prever para próximo o estabelecimento de medidas governamentais que combatam os problemas mais urgentes com que se depara a nossa economia (ver notícia nesta página). Concretamente, um comunicado do Estado-Maior General das Forças Armadas de 28 de Novembro, aimed de suspender até 31 de Dezembro as negociações dos contratos colectivos de trabalho, referia o problema do desemprego e a necessidade de investimento produtivo, bem como as diferenciações de salários ainda existentes a nível sectorial e regional, apelando a futura adopção de medidas que protejam realmente as classes mais desfavorecidas e, para que todos os portugueses participem nos sacrifícios que a crise impõe, anunciando o futuro estabelecimento de legislação que afecte as classes cujos rendimentos não são provenientes de trabalho.

A seguir apresentamos, por ordem cronológica, os comunicados oficiais que ao longo desta semana abordaram problemas relacionados com a vida económica do país.

Notas oficiais M. C. S. dia 25 encerramento dos bancos

São encerrados todos os Bancos, casas bancárias e demais instituições de crédito e suspensas as suas actividades a partir de 26 de Novembro inclusive e até data a definir por despacho do Chefe de EMGFA.

M. C. I. dia 26 açambarcamento de géneros alimentícios

Frente às recentes alterações da ordem pública, registaram-se, por parte de alguns sectores da população, corridas aos géneros alimentícios, nomeadamente na região de Lisboa.

A Secretaria de Estado do Abastecimento e Procura pede à população que regularize, desde já, os seus fornecimentos, dado que o abastecimento de todos os géneros alimentícios está completamente assegurado para muitos meses.

Contudo, a manter-se esta corrida aos estabelecimentos, haverá inevitáveis rupturas de abastecimento, que vem prejudicar, sem a devida razão, a população economicamente mais desfavorecida.

Apela-se, portanto, ao bom senso de todos.

Entretanto, as autoridades competentes, ou seja, as Brigadas de Fiscalização Económica, em colaboração com a Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana, evidenciam todos os esforços para impedir que alguns comerciantes mecos escrupulosos venham a praticar açambarcamentos ou especulações.

Lembra-se à população que, nos termos da lei em vigor, é lícito aos comerciantes dosar proporcionalmente o volume de vendas, a fim de não prejudicar a justa repartição dos géneros, e para garantir as necessidades normais do consumo.

Pede-se ainda à população e ao comércio para, em caso de se detectarem eventuais rupturas de abastecimento, especulações ou açambarcamentos, contactarem imediatamente com a Direcção-Geral de Fiscalização Económica, sita na Avenida Duque de Aveia, 139, telefone 56 01 01, em Lisboa, ou para as suas delegações, em todas as capitais de distrito.

EMGFA dia 27 reabrem os bancos

O Ministério das Finanças, informa o público que, por determinação do Senhor Presidente da República e CEMGFA, os bancos e instituições de crédito reabrem amanhã, sexta-feira dia 28, retomando a sua actividade normal em todo o país.

EMGFA dia 27 novo apelo contra o açambarcamento

Conforme já foi amplamente divulgado, as recentes alterações de ordem pública levaram alguns sectores da população a adquirir injustificadamente grandes quantidades de géneros alimentícios, nomeadamente nas regiões do Porto e Lisboa.

O Estado-Maior General das Forças Armadas volta a apelar ao bom senso da população, no sentido de normalizarem, desde já as suas compras, pois, a manter-se esta corrida aos géneros essenciais, haverá inevitáveis rupturas de abastecimento.

A actividade comercial tem decorrido satisfatoriamente, correspondendo aos distribuidores e retalhistas o fornecimento e justa reparação de géneros.

Por outro lado, e porque as brigadas de fiscalização económica se mantêm em actividade excepcional de prevenção, já foi preso um açambarcador em Setúbal, posteriormente entregue à autoridade judicial.

Pede-se à população e ao comércio para, em caso de se detectarem eventuais rupturas de abastecimento, espoliações, açambarcamentos, não cumprimento dos preços tabelados, contactarem imediatamente com a Direcção-Geral de Fiscalização Económica, sita na Avenida Duque de Ávila, 136, telefone 36 01 01, em Lisboa, para as suas delegações em todas as capitais de distrito.

EMGFA dia 28 suspensas as negociações dos C. C. T. s

É o problema de desemprego um aspecto fundamental da grave crise económica que o país atravessa a qual só poderá vencer-se pela via de investimento produtivo sem o qual não se poderá, construir uma nova sociedade em construção para o socialismo.

Existem e tendem a acentuar-se grandes diferenciações salariais entre sectores e regiões que há que corrigir, importando a nível nacional adoptar uma política orientada pelo princípio socialista de retribuição a cada um segundo o seu trabalho.

Para que todos os portugueses participem nos sacrifícios que a crise económica implica, impõe-se para além das nacionalizações e da reforma fiscal já efectuada a adopção de medidas que atinjam as classes que auferem vencimentos não provenientes de trabalho.

Necessita o Governo, uma vez ultrapassada a situação de emergência que o país atravessa e impede o seu normal funcionamento, de um mínimo de tempo para repensar os problemas de economia nacional e consequentemente produzir a legislação adequada.

Por este motivo o Conselho da Revolução resolveu que sejam suspensas as negociações pendentes dentro do regime de contratação colectiva até 31 de Dezembro de 1975, afin de, entretanto ser definida pelo Governo uma política salarial e de fundamentos que vise reduzir as desigualdades existentes e a desigualdade salarial encurvada, proteja os salários mais baixos e, tenha em conta as possibilidades reais da economia e a progressão do custo de vida.

O 25 de Novembro em notícias curtas

Rosa Coutinho descansa no Alentejo

ROSA COUTINHO demitiu-se do Conselho da Revolução e seguiu em gozo de licença para o Alentejo. Um comunicado que assina o Presidente da República esclarece, no entanto, que "resolvo aceder, em consequência, a sua declaração de renúncia, a qual deverá ter ratificação pela próxima assembleia do MFA da Armada, esclarecendo, porém, que esta renúncia nada tem a ver com a subversão militar do 25 de Novembro, durante a qual a acção do Almirante Rosa Coutinho se notou pelo amor aos interesses do país e da Marinha".

Corvacho retido

TAMBÉM o major Eurico Corvacho, o ex-comandante da Região Militar do Norte, sendo embaixador para o efeito graduado em brigada do Sul, desde quinta-feira. Este não estará propriamente a descansar, pois, segundo informações de boa fonte, ali se encontra retido em relação com o 25 de Novembro.

Em Ovar os 123

O "GRUPO DOS 123", largamente falados no "EX-PRESSO" (trata-se dos oficiais paraquedistas que saíram da Base Escola de Tanços por não concordarem com o que ali se passava relativamente aquilo a que chamaram manipulação da Unidade por um determinado partido), encontraram-se na Base de Ovar, segundo um comunicado do EMGFA.

Segundo o comunicado, os 123 mais alguns sargentos e praças "que tomaram igual atitude foram destinados à Base Aérea de Ovar, onde colaboram activamente na defesa das respectivas instalações".

Denúncia de acções «cunhalistas» na Força Aérea

A NOTICIA que damos a seguir já devia ter sido publicada na nossa edição de 26 de Novembro, onde, aliás, chegou a estar paginada. Parece-nos, de justiça, inserir-a aqui:

Demitiu-se da Comissão Coordenadora dos Sargentos da Força Aérea, o primeiro sargento, Jerónimo Araújo Lopes, um dos seus elementos mais activos, que havia sido eleito no primeiro plenário realizado em Sintra, em Janeiro deste ano. A atitude do primeiro sargento, Araújo Lopes, está directamente ligada à sua recusa em ser rotulado politicamente como pertencendo a um determinado partido. "Não aceita fazer parte da Comissão, disse-me Araújo Lopes, para me envolver em publicas paralizações, mas não para significar a classe dos sargentos".

A razão pela qual nos procurou o primeiro sargento, Jerónimo Araújo Lopes, reside numa notícia por nós publicada, há oito dias em que reuníamos um comunicado das Brigadas de Intervenção e Vigilância Revolucionária das Forças Armadas, no qual se denunciavam acções cunhalistas na Força Aérea. A esta propósito, Araújo Lopes entregou-nos a seguinte carta com pedido de publicação:

"Tendo tomado conhecimento através do "EX-PRESSO" — Extra de 13 de Novembro de 1975, de que entre outros, os sargento-ajudante MMA, Jerónimo Araújo Lopes — ajudante-geral — um golpe "cunhalista" e, com efeito de que me "vissem a "pele do leão", apresentei humilde e respeitoso a S. Exa., o chefe do Estado Maior da Força Aérea, o meu pedido de demissão da Comissão Coordenadora de Sargentos da FAP, S. Exa. scilicet a meu pedido e solicitação-me a dar-lhe toda a publicidade que eu merecesse.

Considerando que a razão motívada desta atitude foi a cidadania pacífica, solidária e V. Exa. e Honra de publicação desta carta no seu jornal, esperando que os que a leram e as Brigadas de Intervenção e Vigilância Revolucionária das Forças Armadas dela tirem a natural lição. Lisboa, 20 de Novembro de 1975 — Jerónimo Araújo Lopes, S.A.J. M.M.A."

Mandato de captura contra o capitão Henrique Fernandes

O ESTADO MAIOR General das Forças Armadas pediu, agora, a captura do capitão Álvaro Henrique Fernandes, o célebre e tão falado capitão Fernandes que se responsabilizou publicamente pelo devor da mil G-3, de Beirós, a quem cujo paracadute Ovídio Saraiva de Carvalho havia de dizer que se encontravam em boas mãos, nunca se chegando a saber a que mãos foram parar. Foram divulgadas, entretanto, fotografias deste oficial, sem barba, sem barba e bigode e só com bigode.

Despejado o MES

O DESPEJO administrativo do MES, da sede que usufruía em Lisboa, foi ordenado pelo Ministério da Administração Interna perante uma situação que classificou de intolerável e ilegal. O Movimento de Esquerda Socialista, havia instalado a sua sede em prédio outrossa arrendado pelo respectivo senhorio à Acção Nacional Popular, sede essa que tinha sido cedida segundo o comunicado do M. Int. da Adm. Interna, a título gratuito, à "Comissão Organizadora do Mer", com a condição de entrega quando do interesse da Junta de Salvação Nacional e segundo recibo assinado por Vítor Vengouvis membro daquela comissão.

Segundo o comunicado a que nós estamos a referir, "por despacho conjunto dos ministros da Administração Interna e das Finanças, datado de 9 de Dezembro de 1974, foi transferido da ex-ANP para o Conselho da Inspeção de Jogos a posição contratual respectiva aquelas instalações. Prática essa que vinha, aliás, sendo seguida num plano de atribuição de instalações arrendadas ao Estado e que anteriormente se achavam ocupadas por organizações estrangeiras dissabidas ou extintas — sendo que obviamente quaisquer ocupantes a título precário, nomeadamente organizações políticas ou cívicas as teriam de desocupar".

Notificado o MES para as desocupar, não o fez, "primando-se abundantemente naquelas instalações desde 1 de Março p. p. Agrevida-se ainda, continua o comunicado, para isaque uma campanha cujo teorístico verbal esportes todas as obrigações contrárias pelas seus dirigentes".

Também o MES se recusou ao pagamento das rendas que já orçam em 72 mil escudos. "Para além disso, continua o comunicado, o MES "apoderou-se ilegalmente do mobilário existente no referido andar à data da ocupação, e que legalmente se recusou a devolver e não se compreende que a semelhança de anterior localidade, a ex-ANP, pretendia também aquele grupo político beneficiar de alojamento por conta do Estado".

Desobediência vinda do Leste

CERCA das 23.00 horas, dia 26, na rua Castilho, uma "operação stop". Aproxima-se um carro que os guardas da S.T. da P.S.P. mandam parar. O carro não cumpre e um dos guardas desvia-se para não ser atropelado. A peitruha dispara. O automóvel, Mercedes 280 de cor negra, pára bastante mais abaixo, junto do cinema Castil, com vários furos de projecteis, um dos quais no radiador que foi fatal. Lá dentro um casal de meia-idade. Não falam nenhuma língua compreensível pelos agentes da ordem. Estes julgam possível que são de uma embaiada mas não possuem documentos que os identifiquem. Vão, detidos, para o Governo Civil. Pouco tempo depois aparece um conselheiro de uma embaiada que os identifica e os leva consigo. Não se chegou a saber a razão porque não passaram à ordem dos guardas.

O carro tinha a matrícula "ABY-14-S2". Registo da Checoslováquia, com ocupantes deste país, como disse pale era o conselheiro.

Operações militares recuperam armas

SEGUNDO informação do Estado-Maior General Das Forças Armadas, diversas forças militares estão a proceder a operações que visam detectar e recuperar as armas

desviadas antes do 25 de Novembro e que poderiam ter sido utilizadas em acções partidárias ou de carácter de cariz contra-revolucionário.

O comunicado do EMGR foi repetidamente lido nos televisores da Emissora Nacional de TV, informa que parte das operações de recuperação foram interrompidas devido ao mau tempo.

Não haverá detenções indiscriminadas

OS COMUNICADOS oficiais referiram, durante todo o dia, a destituição de fundamente a afirmação, posta a circular, "forças que tentam ainda posições contra-revolucionárias de que estariam a ser mandados de captura contra-tantes do partidos ou organizações políticas. No texto faz-se um propósito de não se procederem detenções indiscriminadas e de se permitir a repetição das arbitrariedades levadas a efeito no 11 de Março.

PMs de Évora e Faro alibei os 25 de Novembro

TAMBÉM NO noticiário divulgado pelos meios de informação, a Região Militar do Sul, mas que as unidades de Região Militar de Évora e Faro receberam que vieram com os documentos do 25 de Novembro sinalando que as forças aquarteladas nestas localidades apenas dependem para o Regimento de Polícia Militar Lisboa, tendo sido ministrada instrução de policiar na pais.

Comandos

O REGIMENTO de Comandos ainda não está satisfeito, e foram as palavras que Jaime Nevez dirigiu ao Presidente da República que antecederam vislumbres de uma saída.

Jaime Nevez referiu-se a aqueles que pusham em direção sua compreensão do processo revolucionário, falado vislumbres Orelas mas que estava prometendo o povo português e o 25 de Abril, como se provou. Genu que o Regimento de Comandos está à disposição do Presidente da República para a data do espírito do 25 de Abril e para o povo português se sinta feliz.

Armas soviéticas na fronteira norte?

SOBRE A DETECCÃO de armas na fronteira norte por parte da Guardia Civil espanhola, grande quantidade de armas provenientes de origem soviética destina-se a Portugal, a RMN não va ontem em comunicados na e no Telemjornal das 19 horas dispôr ainda de elementos para informar a população mantendo entretanto em contacto com a Guardia Fiscal autorizadas fronteiriças e esclarecimento da questão.

Mandada arquivar a queixa do MUTI contra o VI Governo

DE ENTRE os múltiplos ataques de que o VI Governo Provisório foi alvo na semana imediatamente anterior à subversão de 25 de Novembro, destacou-se, pelo seu insólito: o do Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais em Defesa da Revolução (MUTI), o qual apresentou, na manhã de segunda-feira passada, na Procuradoria Geral da República, uma queixa contra o Governo por "crime de abandono das funções públicas".

O Secretariado do MUTI invocava as disposições contidas no artigo 315º do Código Penal e defendia a tese de que o crime por abandono das funções públicas se encontra nos "crimes contra a segurança interior do Estado", cando-se em sob a alçada do artigo

115º da Constituição de 1933 (ainda em vigor). No final da sua queixa os membros do grupo Secretariado sublinharam que o VI Governo se tornou prisioneiro da sua própria preocupação na "abstenção de uma legalidade absterção revolucionária".

A queixa do MUTI veio a ser objecto de um despacho extenso e fundamentado do Procurador-Geral da República em exercício, distribuído à imprensa pelo Ministério da Constituição Social, que faz anteceder a transcrição de algumas considerações. Para o M.C.S. "os trabalhadores intelectuais do MUTI saíram uma vez mais, do seu matismo ilustre, para um novo ataque ao VI Governo", invocando, para tal, "a continuação das mesmas trabalhe-

des", embora seja patente a falta do implícito mandado". O M. C. S. manifestava também a sua dúvida sobre se "a perseguição-crime que antecedeu a subversão merece um acto de honra — e que de este modo é corroborado pela circunstância de o primeiro signatário ser o intelectual temperista José Viana — se uma acto político". E transcreveu o despacho que além de mandar arquivar a denúncia ordenou que "haja se ordena por ora a instauração de procedimento criminal contra os seus subscritores, pela prática do crime de abandono das funções públicas, por se entender que a ignorância da lei, se é certo que no direito civil não justifica a falta do seu cumprimento", já pode ter cabimento em matéria de direito penal.

De facto, o despacho do Procurador Geral entende que dos argumentos legais invocados pelos subscritores (entre os quais se encontram os três juristas), pelo menos um nem sequer se encontra em vigor, por ter sido expressamente derogado pelo D.L. nº 352/74, de 21 de Agosto, assinado por Vasco Gonçalves e Costa Martins.

O despacho encontra ainda que, para além da sua improcedência, a queixa do MUTI temha encontrado divergência similitudes com a em matéria da Procuradoria-Geral da República, e em razão do modo que "os denunciados violaram... situação publicidade para, a prossecução do objectivo a que a Procuradoria Geral da República é estranha, e dos quais deriva ter sido manifestada absterção".

Portugal não reconhece independência unilateral de Timor

A BANDEIRA portuguesa foi arriada na praça principal de Díli, na sexta-feira passada, num gesto que corresponde à proclamação unilateral da independência por parte da FRETILIN, em dois três períodos políticos actualmente existentes naquele território.

A FRETILIN tem reivindicado, desde o início da luta pela independência, o exclusivo do controlo e administração da antiga colónia portuguesa. Por outro lado, aquele movimento manteve, durante largos meses, uma posição intransigente, no que respeita às suas relações com os outros dois partidos, a UDT (actualmente chamada Movimento Anti-Comunista — MAC) e a APODETI, recusando-se a sentar-se à mesa das negociações com esses movimentos, que não considerava representantes dos interesses do povo de Timor. Tanto o MAC, que engloba grande parte dos militantes da antiga UDT, como a APODETI, defendem a integração para e simples na Indonésia, tendo as posições do primeiro daqueles movimentos representado uma evolução relativamente às anteriores posições da UDT, verificada pouco tempo depois da guerra civil que abala o território desde o Verão.

A posição intransigente da FRETILIN, viria, no entanto, a ser revista, depois do encontro do ministro dos Negócios Estrangeiros português, Melo Antunes, com o seu colega indonésio, Adam Malik, em Roma, no princípio deste mês. Nessa altura, a FRETILIN declarou estar disposta a participar em conversações quadripartidas, com representantes dos outros dois partidos e do Estado português. A Comissão Nacional de Descolonização manifestou, logo após, a intenção de promover tal depressa quanto possível as conversações, para as quais

chegou, aliás, a admitir a data de 24 de Novembro.

Fundamentando a sua decisão de proclamar unilateralmente a independência, a FRETILIN invoca a demora posta por Portugal no início das conversações propostas, assim como a ameaça de invasão iminente do território por forças indonésias.

Em contacto com a Comissão Nacional de Descolonização, o EXPRESSO tentou obter mais informações sobre a situação no território e as diligências diplomáticas a promover nas próximas horas pelo Estado português, que afirmou não reconhecer a decisão da FRETILIN, nem sequer a que simetricamente foi anunciada pelo MAC e APODETI: integração, a partir dessa data, no Estado indonésio. Da parte daquela Comissão foi no entanto impossível obter mais esclarecimentos sobre a situação, tendo-nos sido afirmado que a posição oficial consta do comunicado da Presidência da República ontem divulgado, do qual extrairmos os seguintes passos: «Apesar de diversos obstáculos incompressivelmente levantados, Portugal tem empenhado todos os esforços para conseguir a realização de uma conferência com os vários partidos que se afirmam representantes do povo de Timor, pois, além do mais, a experiência mostra, neste caso, a necessidade absoluta de reunir todas as partes interessadas. E o comunicado continua: «As diligências nesse sentido desenvolvidas, e das quais tem sido dado oportuno conhecimento às Nações Unidas, resultaram num acordo quanto ao princípio de realização da conferência, mas surgiram dificuldades por parte do MAC e APODETI, no que concerne à fixação de data e local da mesma. É assim intransigentemente injustificada a afirmação de que a responsabilidade

debe na demora da efectivação das conversações calha a Portugal».

Reafirmado a identidade do Estado português com os princípios constantes da Carta das Nações Unidas sobre o respeito pelas formas acordadas pelos povos para o exercício do seu direito à autodeterminação, o comunicado da Presidência da República conclui que Portugal, «como potência administradora, não pode aceitar afirmações de independência, sem de integração em terceiros Estados».

O comunicado acrescenta ainda, na sequência pressuível de notícias que dão como possível uma invasão de Timor por forças indonésias (embora não refira este facto), que Portugal «não pode também deixar de repulgar e coadunar energeticamente qualquer intervenção militar no território de Timor português e adverte para as graves consequências que daí poderão advir, ao mesmo tempo que anuncia a disposição do Estado português de recorrer para as instâncias internacionais competentes, no sentido de obter uma solução pacífica do conflito».

Fontes próximas da FRETILIN esclareceram ontem que o novo Governo de Díli esperava ser reconhecido, no decurso dos próximos dias, por 25 estados, entre os quais a URSS. Um informador oficial suéco debruçou-se, em Estocolmo, notícias segundo as quais o Governo suéco teria reconhecido o novo Estado independente e o Governo constituído pela FRETILIN, acrescentando que desconhecia que, até à data, se tivessem verificado quaisquer contactos de representantes daquele movimento político com instâncias governamentais suécas, no sentido de pressionar o Governo de Otlof Palme a reconhecer o novo regime de Díli.

Dificuldades na organização da conferência dos PCs europeus

AS REUNIÕES preparatórias que se têm efectuado em Berlim, entre representantes dos Partidos Comunistas Europeus, e em que se tenta a obtenção de uma plataforma comum que permita a realização futura de uma Conferência dos Partidos Comunistas Europeus, têm produzido, segundo fontes dignas de crédito, resultados insatisfatórios.

E do conhecimento público a existência de divergências entre alguns partidos participantes nestas reuniões preparatórias, que se polarizam em dois blocos — o bloco liderado pelos PCs Italiano, Jugoslavo, Espanhol, Romano e Francês e o bloco liderado pela URSS que põem o apoio, mais ou menos incondicional, dos PCs da Bulgária, Checoslováquia e República Democrática Alemã.

As questões que suscitam, ainda, desacordo patente relacionam-se com a admittibilidade, ou não, de desvios práticos à ortodoxia marxista-leninista.

Com efeito o bloco liderado pelo PC Italiano tem sustentado a tese de que o Socialismo se constrói num país determinado, atendendo aos condicionamentos históricos, sociais e políticos específicos, que poderão obrigar ao abandono de práticas políticas revolucionárias e à aceitação das regras do jogo da democracia eleitoral.

Teses opostas têm sido defendidas por importantes líderes do PC da União Soviética (Zadator, Soutlov e Penomarev) que ultimamente, em artigos publicados nos órgãos oficiais do Partido, tentam ressuscitar a ideia de os

Partidos Comunistas Ocidentais deverão aplicar ortodoxamente métodos leninistas de conquista do poder.

Esta oposição tem atraído trabalhos das reuniões preparatórias de tal forma que não se pode qualquer acordo de princípio antes do final do próximo mês de Janeiro.

Outro factor impedimento do acordo localiza-se na discussão sobre o papel de direcção política que o PCUS tem insistido em conservar, e que tem sido rejeitado frontalmente pelos PCs Italiano, Espanhol e Jugoslavo (rejeição para o caso Jugoslavo, a sua denúncia oficial de práticas Kominformistas, que preza a criação de um "verdadeiro" Partido de feição pró-soviética).

Ao que se sabe, para ultrapassar o impasse a RDA teria apresentado uma proposta de plataforma de acordo que teria obtido a admittência, em princípio dos PCs Italiano e Francês.

De qualquer forma, estas questões, assim como a posição adoptar oficialmente face ao nacionalismo, estão longe de se encontrar resolvidas.

A questão portuguesa, já controversa que poderia acumular, parece que não muda da ordem de trabalhos da Conferência. Quanto ao resto, poder-se-á adoptar uma posição de apoio a esforços de democratização do país, sem especificação das linhas políticas que não consistam em passíveis de garantir o rumo democrático e anti-fascista da evolução.